

Fernando Roberto Campos

A Sociologia da Educação nos cursos de formação de
professores entre os anos 30 e 50:
um estudo da disciplina a partir dos manuais didáticos

DOUTORADO ~ Educação: História, Política e Sociedade

PUC/São Paulo

2002

Fernando Roberto Campos

A Sociologia da Educação nos cursos de formação de
professores entre os anos 30 e 50:
um estudo da disciplina a partir dos manuais didáticos

Tese apresentada à Banca Examinadora da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
como exigência parcial para obtenção do título de
DOUTOR em Educação no Programa de
Educação: História, Política e Sociedade, sob a
orientação da Profa. Dra. Mirian Jorge Warde.

PUC/São Paulo
2002

BANCA EXAMINADORA

*Da sabedoria é esta a conclusão final:
A vida e a liberdade só merece
Quem dia após dia as conquista.
E assim, cercados por perigos,
Passam seu dia os jovens, os adultos e os
anciãos.*

*Queria eu ver esta multidão
Pisar em solo livre como homens livres.
E se eu pudesse, a esse instante eu diria:
“És tão belo, fica:
o rastro de meus dias nesta terra
Nem em milênios deve desaparecer”.*

Göethe

*Às minhas meninas,
do meu coração.*

Beatriz, Laura e Cecília.

Agradecimentos

À Mirian Jorge Warde, pela orientação e contribuição na minha formação.

À Maria das Mercês Ferreira Sampaio e ao Luiz Barreira, pela análise e sugestões ao projeto de pesquisa.

À Lucíola L. Santos e ao Kazumi Munakata, pelas críticas e contribuições no exame de qualificação.

Aos professores do programa História, Política e Sociedade: Marta Maria Chagas de Carvalho, Odair Sass e Wagner Valente, que muito me ensinaram.

À Marta Luedemann, pela formatação do texto e à Maria de Lourdes C. Bistafa, pelo auxílio no trabalho de tradução.

Aos amigos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desta pesquisa: Bruno, Maíta, Antônio Donizetti, João do Prado, Celso do Prado, e aos colegas de doutorado pela troca de idéias.

À Cecília, pelo trabalho de revisão.

Ao CNPq, pela concessão da bolsa de estudos.

Resumo

Este trabalho analisa a constituição e o itinerário da disciplina Sociologia da Educação, entre os anos 30 e 50, tomando como fonte privilegiada os manuais didáticos produzidos nesse período. Apresenta sua trajetória marcada como disciplina escolar, instituída pelas mãos dos renovadores da educação, no currículo de formação de professores das Escolas Normais. Esta disciplina ocupou um dos lugares centrais na estratégia dos reformadores para a produção do “homem novo” e a diminuição do abismo que separava o país das “nações civilizadas”. Os manuais didáticos de Sociologia Educacional foram utilizados pelos autores pioneiros e católicos como instrumento de debate e difusão de suas teses sobre os diferentes projetos sociais e educacionais. Observou-se, também, a marcante influência das teorias sociológicas e educacionais norte-americanas na constituição da disciplina Sociologia da Educação no Brasil. Essas teorias foram incorporadas a partir das diferentes leituras que os autores apresentaram para a realidade social e educacional brasileira do período, visando a reorganização da vida escolar.

Abstract

The present work analyses the constitution and the itinerary of the discipline Sociology of Education during the period between the 1930s and 1950s, taking as a privileged source the didactic manuals produced in that period. This work has a trajectory of a regular discipline, instituted by the hands of the education reformers, in the teachers' formation of the "Normal Schools" curriculum. This discipline has occupied a central place in the strategy of the reformators for the production of the "new man" in order to narrow the gap that separates the country from the "civilized nations". The pioneers and catholic authors used educational Sociology didactic manuals as an instrument of debate and diffusion of their thesis about different social and educational projects. Also, it was observed a remarkable influence of the north-american sociological and educational theories in the constitution of the Sociology of Education discipline in Brazil. These theories were incorporated based on different readings that the authors presented to the brazilian social and educational reality of that period, with the objective of reorganizing the school life system.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
A escolha dos anos 30 aos anos 50	12
As fontes	15
Organização dos capítulos	20
Χαπὶ τυλο 1	
A LEGISLAÇÃO REFERENTE À CONSTITUIÇÃO DA DISCIPLINA SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO NO SISTEMA ESCOLAR BRASILEIRO E OS PROGRAMAS CURRICULARES	21
Introdução	21
A regulamentação da disciplina Sociologia e Sociologia Educacional nos Cursos Normais nos Estados	26
A Reforma do Distrito Federal	28
A Reforma pernambucana	30
A Reforma mineira	32
Reformas Paulistas	33
A legislação federal sobre o Ensino Normal	39
O programa de Sociologia Educacional nas Escolas Normais paulistas	40
Χαπὶ τυλο 2	
OS AUTORES DOS MANUAIS DE SOCIOLOGIA EDUCACIONAL	54
Introdução	54
Autores do primeiro período (anos 30): os pioneiros	62
Delgado de Carvalho	63
Archêro Junior	67
Francisca Peeters	69
Fernando de Azevedo	70
Convergências e divergências entre autores da 1ª geração	74
Autores do segundo período: consolidação	76
Theobaldo Miranda Santos	77
Amaral Fontoura	80
Geraldo Brandão	84

Χαπύ τυλο 3

O PRIMEIRO MANUAL DE SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO E A INFLUÊNCIA NORTE-AMERICANA: A *SOCIOLOGIA EDUCACIONAL* DE DELGADO DE CARVALHO 85

Introdução	85
Considerações sobre a Sociologia Educacional norte-americana	92
Um projeto para a sociedade brasileira	100

Χαπύ τυλο 4

OS TEMAS E AS TESES SOBRE SOCIOLOGIA EDUCACIONAL EXPRESSOS NOS MANUAIS 111

Introdução	111
Finalidades e caráter social da Educação	117
Instituições de natureza educacional	134
Pioneiros: o Estado educador	135
Católicos: o ensino particular e religioso	144
Brandão: reafirmando o Estado educador	150
Funções e organização social da Escola	151
A reorganização do campo pedagógico e da vida escolar	151
Nem tradicional, nem progressiva: de educação moral à educação renovada	160
A interlocução da Sociologia Educacional escolar com a Sociologia Educacional acadêmica brasileira	167

Χαπύ τυλο 5

O FORMATO DOS MANUAIS DE SOCIOLOGIA EDUCACIONAL: DESTINAÇÃO, PRESCRIÇÕES E ORGANIZAÇÃO INTERNA 170

Introdução	170
Configuração textual	174
Destinação dos manuais de Sociologia Educacional	174
Diálogos dos autores com os professores – prescrições para o uso dos manuais	179
Recursos formais didáticos	190
Organização interna dos manuais	190
Continuidades e rupturas: as trajetórias das edições	206

CONSIDERAÇÕES FINAIS 216

FONTES DOCUMENTAIS	223
BIBLIOGRAFIA	228

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 (Introdução)	
Relação por ordem cronológica e autor	19
Quadro 2a (Capítulo 2)	
Autores dos manuais de Sociologia Educacional da década de 30	60
Quadro 2b (Capítulo 2)	
Autores dos manuais de Sociologia Educacional das décadas de 40 e 50	61

Introdução

Neste trabalho examino a constituição e o itinerário da Sociologia da Educação no Brasil, nas décadas de 30, 40 e 50. Neste período, a Sociologia da Educação se desenvolveu pelas mãos dos educadores renovadores que a instituíram como disciplina escolar nas escolas normais. Portanto, é como matéria de ensino voltada para a formação de professores e ligada ao campo da educação que a Sociologia da Educação se instituiu no Brasil.

Os renovadores, ao elegerem a remodelação da escola como elemento estratégico para o processo de modernização do país, diminuindo a distância que o separava das "nações civilizadas", buscaram na Sociologia os fundamentos de suas teses e teorias educacionais para a efetivação das reformas do sistema escolar brasileiro. Nessa direção, o debate em torno das funções da educação e das relações entre educação e sociedade ganharam espaço na literatura pedagógica do período. A tradução, em 1929, da obra *Educação e Sociologia* de Émile Durkheim, por Lourenço Filho, é uma evidência da

importância dada à Sociologia pelos educadores renovadores que expressaram o prestígio desfrutado por esta disciplina na década de 30 e estabeleceram o diálogo entre Sociologia e Educação.

A Sociologia da Educação surge como disciplina escolar nas escolas normais na década de 30 e até os dias atuais compõe o currículo da formação profissional de professores primários. Durante seus quase setenta anos de história, a Sociologia da Educação sempre usufruiu de um estatuto autônomo com posição e carga horária definida na grade curricular das escolas normais, com programas de ensino próprios e manuais didáticos dedicados ao seu ensino. Desta forma, esta pesquisa apresenta um recorte para explicar a constituição e a trajetória desta disciplina na Escola Normal dos anos 30 aos anos 50¹.

No início de 1933, Fernando de Azevedo, à frente da Diretoria de Instrução Pública de São Paulo, promoveu uma ampla reforma na Escola Normal paulista². No conjunto das modificações executadas, destacava-se a introdução da

¹ Data dos anos 50 o desenvolvimento, no Brasil, de estudos sobre as relações entre educação e sociedade a partir da investigação sociológica. Nesse período, são realizadas pesquisas sociológicas sobre educação no interior da Universidade de São Paulo e dos Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e Centros Regionais de Pesquisas Educacionais do INEP.

² Fernando de Azevedo esteve à frente da diretoria do ensino paulista de 28.11.1932 a 23.8.1933 e promoveu uma importante reforma no ensino normal. A partir desta mudança, as escolas normais paulistas passaram a compreender três cursos: um primário com 4 anos de duração, destinado à prática de ensino dos alunos mestres, um secundário com 5 anos de duração, equiparado ao curso correspondente do Colégio Pedro II, com preparação propedêutica de candidatos ao curso de formação profissional de professores com duração de 2 anos. O curso profissional destinava-se à formação do professor primário e seu programa distribui-se pelas seguintes seções: 1ª Seção- Educação; 2ª Seção- Biologia aplicada à Educação; **3ª Seção- Sociologia** e 4ª Seção- Disciplinas Auxiliares. A 1ª Seção compreendia as seguintes matérias: Psicologia geral e educacional, Pedagogia, Prática de ensino e História da Educação. A 2ª Seção compreendia: Fisiologia e Higiene da Criança, Estudo do crescimento físico da criança, Higiene da escola. **A 3ª Seção, compreendia: Fundamentos da Sociologia, Sociologia Educacional, investigações sociais em nosso meio** e 4ª Seção compreendia: Desenho, Música e trabalhos manuais. O curso de formação profissional de professores, oferecia, no primeiro ano, Psicologia geral e educacional, Pedagogia, Prática de ensino, Fisiologia e Higiene da Criança, **Fundamentos da Sociologia, Investigações sociais em nosso meio**, Desenho, Música e Trabalhos manuais. No segundo ano, Psicologia geral e educacional, Pedagogia, Prática de ensino, História da Educação, Fisiologia e Higiene da Criança, Estudo do crescimento físico da criança, Higiene da escola, **Sociologia Educacional**, Desenho, Música e Trabalhos Manuais.

disciplina Sociologia Educacional³ como matéria obrigatória no currículo de todas as Escolas Normais do Estado. A reforma paulista assinalou, portanto, a emergência da Sociologia da Educação como disciplina vinculada aos cursos de formação de professores primários⁴.

Na mesma reforma realizada na instrução pública paulista, sob o comando de Fernando de Azevedo, o Instituto Pedagógico da capital é transformado em Instituto de Educação que passa a formar professores em nível superior. A Escola de Professores do Instituto de Educação oferecia cinco modalidades de cursos superiores: formação de professores primários, formação de professores secundários, formação de diretores, formação de inspetores e aperfeiçoamento de professores. Em todas estas modalidades de cursos superiores, a Sociologia Educacional aparecia como disciplina obrigatória.

Esta investigação, no entanto, preocupou-se centralmente com a constituição e o desenvolvimento da disciplina Sociologia da Educação no âmbito das Escolas Normais nas décadas de 30 a 50, descrevendo como esta disciplina se apresentou durante este período e desvelando os fatores que

³ A expressão **Sociologia Educacional** foi utilizada predominantemente na literatura sociológica e educacional brasileira entre as décadas de 30 a 50 para designar os estudos e debates acerca das relações entre educação e sociedade. Tomado de empréstimo da sociologia norte-americana, o termo **Sociologia Educacional** foi difundido no Brasil com o mesmo significado que lhe fora atribuído naquele país: um campo da educação, apêndice da pedagogia e voltado para estudos da realidade educacional, visando a execução de reformas para a obtenção do adequado funcionamento da escola. No entanto, Fernando de Azevedo, em *Sociologia Educacional*(1940), afirmou que utilizou a expressão de modo diferente daquele empregado pelos norte-americanos, pois a considerava exageradamente “descritiva e pragmática” e, portanto, com pouca vitalidade científica. Azevedo preferia utilizar esta expressão a partir do critério adotado por Durkheim que acrescentava à palavra Sociologia um qualitativo que fixava a espécie de fatos sociais realizada pela investigação. A partir da década de 50, a expressão **Sociologia Educacional** vai sendo substituída, na literatura educacional brasileira, pela expressão **Sociologia da Educação**, que passou a nomear a disciplina, tanto no terreno escolar, nos cursos de formação de professores, como no âmbito das pesquisas acadêmicas.

⁴ É importante ressaltar que foi na reorganização do ensino promovida pela reforma mineira, em 1928, no Curso de Aperfeiçoamento para professores primários, que foi introduzida pela primeira vez no Brasil a disciplina *Sociologia aplicada à Educação*.(Cf.Nagle,1976, p.357). O regulamento do Curso de Aperfeiçoamento prescrevia um curso como duração de 2 anos e incluía a disciplina Sociologia aplicada a Educação no primeiro ano.

determinaram suas configurações.

A introdução da Sociologia da Educação no currículo da Escola Normal promoveu o desenvolvimento de um conjunto expressivo de manuais didáticos destinados ao ensino desta nova disciplina. Esses manuais escolares constituíram uma via através da qual foi possível acessar a constituição e a conformação da Sociologia da Educação como disciplina escolar, constituindo-se nas principais fontes desta pesquisa e foram utilizados como um lugar privilegiado para o estudo da origem e da trajetória da Sociologia da Educação como disciplina escolar no Brasil⁵.

Os manuais didáticos possibilitaram verificar como era organizada a disciplina: os conhecimentos e as habilidades reconhecidas como válidas, as estratégias de ensino, as metodologias utilizadas, e, ainda, ir além: conhecer as questões enfrentadas pelos autores e as teses por eles defendidas. Através deste caminho, foi possível comparar os manuais e vislumbrar as transformações ocorridas no interior da disciplina no decorrer do tempo. A partir das contribuições teóricas de Chervel sobre a reconstituição histórica das disciplinas escolares, realizei uma análise dos conteúdos explícitos do ensino da disciplina Sociologia da Educação. Para o autor, os manuais, podem auxiliar nesse processo:

A tarefa primeira do historiador das disciplinas escolares é estudar os conteúdos explícitos do ensino disciplinar. (...) todas as disciplinas, ou quase todas, apresentam-se sobre este plano como *corpus* de conhecimentos, providos de lógica interna, articulados em torno de alguns temas específicos, organizados em planos

⁵ Um exemplo de pesquisa sobre história das disciplinas escolares, a partir dos manuais didáticos, é a de Wagner Rodrigues Valente que analisou os livros didáticos que marcaram a constituição da matemática escolar no Brasil, em *Uma história da matemática escolar no Brasil(1730-1930)*, O livro tem como origem a tese de doutorado do autor apresentada em 1997 na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

sucessivos claramente distintos e desembocando em algumas idéias simples e claras, ou em todo caso encarregadas de esclarecer a solução de problemas mais complexos.

O estudo dos conteúdos beneficia-se de uma documentação abundante à base de cursos manuscritos, manuais e periódicos. Verifica-se aí um fenômeno de "vulgata", o que parece comum às diferentes disciplinas. Em cada época, o ensino dispensado pelos professores é, grosso modo, idêntico, para a mesma disciplina e para o mesmo nível. Todos os manuais ou quase todos dizem então a mesma coisa, ou quase isso. Os conceitos ensinados, a terminologia adotada, a coleção de rubricas e capítulos, a organização do *corpus* de conhecimento, mesmo os exemplos utilizados, os tipos de exercícios praticados são idênticos, com variações aproximadas. São apenas essas variações, aliás, que podem justificar a publicação de novos manuais, e, de qualquer modo, não apresentam mais do que desvios mínimos: o problema do plágio é uma das constantes da edição escolar. (Chervel, 1990 : 203)

Logo, ao optar por esse tipo de incursão para o estudo da disciplina Sociologia da Educação, foi de grande valia as orientações sugeridas por Chervel aos historiadores das disciplinas escolares. O autor sugere que o pesquisador leve em conta determinadas características intrínsecas do material didático: "os conceitos ensinados, a terminologia adotada, a coleção de rubricas e capítulos, a organização do *corpus* de conhecimento, os exemplos utilizados, os tipos de exercícios". A partir da observação destas características, que durante um longo período de tempo se mostram quase sempre idênticas em vários manuais, o autor indica a possibilidade de estudar as continuidades e descontinuidades entre os vários manuais da mesma disciplina durante um determinado período de tempo.

Ao estabelecer as décadas de 30 a 50 como os marcos desta pesquisa, delimitarei o *corpus* a ser analisado a um período determinado de origem e conformação da disciplina

Sociologia da Educação. Com isto, as observações sobre as continuidades e descontinuidades existentes entre os manuais e as transformações ocorridas no interior da disciplina não podem ser extrapoladas para os períodos posteriores.

Ao analisar os temas e conteúdos de ensino veiculados em cada um dos manuais, bem como os guias curriculares da disciplina Sociologia da Educação, procurei entendê-los como expressão da hegemonia de uma proposta num determinado momento histórico. A história do currículo, na perspectiva de Ivor Goodson(1995), tem possibilitado compreender o currículo como uma construção histórica, sujeito a rupturas e descontinuidades.

A questão, no entanto, é que o currículo escrito, sob qualquer forma- cursos de estudo, manuais , roteiros ou resumos- é um exemplo perfeito sobre a invenção de uma tradição. Mas como acontece com qualquer tradição, não é algo pronto de uma vez por todas; é, antes, algo a ser defendido, onde, com o tempo, as mistificações tendem a se construir e reconstruir sempre de novo.(Goodson, 1995, p.78)

Nesse sentido, procurei investigar o modo pelo qual certos saberes e formas de ensino foram selecionados como válidos e legítimos em detrimento de outros no ensino da disciplina Sociologia da Educação para professores, tomando os manuais didáticos como fonte privilegiada.

O trabalho que aqui apresento constitui pesquisa inédita. Trata-se de uma pesquisa de caráter histórico sobre a constituição e o desenvolvimento da Sociologia da Educação como disciplina escolar nas Escolas Normais. É original, também, a utilização de manuais didáticos como fontes privilegiadas na produção de saberes sobre o itinerário desta disciplina no Brasil.

Ao realizar o levantamento das fontes secundárias, localizei duas pesquisas. A primeira, realizada por Azilde Lina Andreotti, *A Sociologia da Educação nos cursos de formação universitária*⁶, apresentou a análise da disciplina Sociologia da Educação nos cursos superiores, especialmente de Pedagogia, nos anos de 1988-1989. Portanto, a preocupação da autora centrou-se nos conteúdos de ensino dessa disciplina expressos nos planos de cursos da disciplina.

Uma das preocupações deste trabalho e que motivou sua realização foi a de constatar o que está sendo abordado em Sociologia da Educação nos cursos de formação universitária.

Para tanto, foi feita uma pesquisa junto a doze faculdades do Estado de São Paulo, do interior e da capital, abrangendo dez cursos de Pedagogia e dois de Licenciatura, em Letras, e em Ciências Sociais.

O material utilizado abrange os planos de curso Sociologia da Educação dessas faculdades, além de dois questionários com professores da área de faculdades da capital. (Andreotti, 1991, p.88)

Embora a autora tenha incursionado na história da Sociologia da Educação, na primeira parte de sua dissertação, seu objetivo era apenas dar um pano de fundo para o seu objeto e, portanto, não aproximou-se do meu tema de estudo, uma vez que minha incursão na história da disciplina se fez no período dos anos 30 aos anos 50, de forma aprofundada e tomando como principal material empírico os manuais didáticos para a formação de professores primários.

A segunda pesquisa, de Simone Meucci⁷, *A Institucionalização da Sociologia no Brasil: os primeiros*

⁶ Dissertação de mestrado defendida no Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação (História e Filosofia da Educação), PUC/SP, 1991, sob a orientação do Prof. Dr. Evaldo Vieira.

⁷ Dissertação de mestrado defendida no Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Octávio Ianni.

manuais e cursos, apresentou uma investigação sobre os primeiros manuais didáticos da Sociologia e sua importância como fonte para o estudo da institucionalização da disciplina Sociologia no Brasil. Meucci analisou, centralmente, os manuais didáticos destinados às escolas secundárias, afim de ocupar um vazio deixado, segundo a autora, nos estudos sobre a Sociologia no Brasil.

Este trabalho visa analisar os primeiros livros didáticos de sociologia elaborados no Brasil, sobretudo a partir do terceiro decênio deste século. Partimos do pressuposto que, por meio deste estudo, será possível identificar aspectos importantes do processo de institucionalização da sociologia no Brasil. (Meucci, 2000, p.5)

O levantamento dos manuais didáticos de Sociologia, realizados por Meucci, contemplou quase que exclusivamente os manuais destinados às escolas secundárias. Na relação dos manuais analisados pela autora consta apenas um manual de Sociologia Educacional, de Delgado de Carvalho.

Procurei, neste trabalho, através dos manuais didáticos, entender a origem e o itinerário da Sociologia da Educação no currículo das escolas normais no Brasil. Inicialmente formulei um conjunto de indagações sobre os manuais que pudessem auxiliar na reconstituição do meu objeto de estudo. No contato com as fontes primárias, deparei-me com novas questões, encaminhando-me para um outro nível de problematização do objeto desta pesquisa.

As primeiras perguntas que formulei às fontes primárias estão relacionadas aos sujeitos que estiveram no centro da constituição da Sociologia da Educação no Brasil, como autores dos manuais:

.Quem são os autores que produziram estes manuais?

- .De que lugar eles falavam?
- .Que cargos ocupavam?
- .A que grupos pertenciam?
- Qual era a formação acadêmica destes autores e a que instituição pertenciam?
- .Em que lugar adquiriram conhecimentos e autoridade para falar desta disciplina ?
- .Que outros trabalhos produziram?
- . Sobre que outros temas escreveram?

Na condição de livros que veicularam, para os futuros professores as primeiras sistematizações dos conhecimentos da Sociologia da Educação, procurei verificar os temas eleitos por esses autores como pertinentes a esta nova área. Chervel aponta que "A tarefa primeira do historiador das disciplinas escolares é estudar os conteúdos explícitos do ensino disciplinar" (Chervel: 1990,p.203). Nessa perspectiva formulei outras perguntas às minhas fontes:

- . Que conceitos foram destacados?
- . Quais foram os procedimentos de análise considerados adequados?
- . Que referencias teóricas foram utilizados?
- . Que tipo de orientação política foi apresentada?
- . Que tipo de concepção sobre a relação entre educação e sociedade foi apresentada?
- . Que expectativas foram expressas por esses autores em relação ao ensino desta disciplina no âmbito das Escolas Normais?
- . Quais eram os objetivos assinalados pelos autores para o ensino da disciplina aos professores?

Ao decidir sobre a utilização dos manuais como fonte privilegiada de pesquisa, observei a importância de verificar as condições em que foram produzidos:

- . **Para quem eram destinados?**
- . **A que projeto editorial estavam vinculados (coleções, séries editoriais)?**
- . **Que relações mantinham com os Programas oficiais de ensino e concursos públicos?**
- . **Quais eram as estratégias utilizadas pelos autores e editores para influenciar os alunos e professores na escolha do manual de Sociologia da Educação?**

Na perspectiva apontada por Chartier de que "não existe texto fora do suporte que o dá a ler, que não há compreensão de um escrito, qualquer que seja ele, que não dependa das formas através dos quais ele chega ao leitor" (Chartier, 1990, p.127), passei a observar os manuais colocando em evidência a materialidade do texto, mas no sentido da organização interna do texto (resumos, exercícios, pesquisas):

Em que medida os dispositivos técnicos dos livros revelam uma determinada estratégia de interpretação da obra pelos seus propositores?

A partir desse conjunto de questões, procurei compreender o surgimento da disciplina Sociologia da Educação, com suas marcas originais e o seu desenvolvimento até os anos 50.

Na década de 30, debatia-se a necessidade da produção de um homem novo e do papel estratégico que a escola poderia desempenhar na condução do país para sua inserção no grupo das nações modernas. Nesse sentido, diferentes grupos disputavam a hegemonia de seus projetos e teses acerca da

remodelação da escola, e, conseqüentemente, da formação dos professores. Na concepção dos reformadores, a formação dos professores era uma das principais estratégias para o êxito das reformas. Nas reformas educacionais, que defendiam e executavam, colocavam como questão primeira a melhoria da qualificação do professor.

No discurso dos intelectuais renovadores, as escolas e institutos de formação de professores deveriam propiciar uma sólida formação científica, cultural e moral aos futuros mestres, para que estes pudessem compreender as necessidades fundamentais da vida social e assim formar gerações capazes de enfrentar, com fundamentação científica, os problemas sociais e educacionais do país. Assim, tendo em suas mãos a execução das reformas, os renovadores determinaram que novas disciplinas, novos conteúdos e novas metodologias deveriam compor o aprimoramento da formação do professor.

É neste cenário que a Sociologia da Educação ganhou impulso no Brasil: os discursos e as práticas dos renovadores qualificaram-na como disciplina estratégica nos cursos de formação de professores, desenhando uma nova função social para a escola e possibilitando a organização dos sistemas escolares em "bases científicas". É, portanto, como parte das estratégias de remodelação da escola e do campo pedagógico, centrada na formação de professores para a formação de um homem novo e moderno que a Sociologia da Educação foi pensada e organizada no currículo da Escola Normal brasileira.

Nesse sentido, a partir dos temas e conteúdos presentes nos manuais, ao longo do período deste estudo, procurei investigar os fatores que estariam favorecendo a hegemonia de determinadas tendências e grupos no controle dos conhecimentos veiculados pela disciplina nos cursos de formação de professores primários.

A escolha dos anos 30 aos anos 50

Destaco como principais motivos que levaram-me a delimitar o período de abrangência da pesquisa como dos anos 30 aos anos 50: 1) Os anos 30 assinalaram a emergência da Sociologia da Educação como disciplina escolar nas Escolas Normais e a divulgação dos primeiros manuais didáticos da disciplina e dos programas oficiais de ensino; 2) O fato de que no Brasil, até os anos 50, a maioria absoluta da produção no campo da Sociologia da Educação compunha-se de manuais e compêndios destinados ao ensino desta disciplina nas Escolas Normais.

Entre as décadas de 30 e 50, predominaram na área produções didáticas destinadas aos cursos de formação de professores e, somente a partir da década de 50, cresceram as investigações sobre educação a partir da perspectiva sociológica. Nesse período, os problemas educacionais apareceram entre os principais temas de investigações sociológicas. Num dos primeiros balanços sobre a Sociologia da Educação no I Congresso Brasileiro de Sociologia em 1955, Antônio Cândido afirmou:

A sociologia da educação tem se apresentado sobretudo como matéria de ensino- e a maioria absoluta da produção, no gênero, compunha-se até há bem pouco, e no Brasil, ainda se compõe, de compêndios, manuais e tratados”..

No caso brasileiro, que nos interessa, existe como elemento de uma formação técnica- do professor primário e a do professor secundário de educação. Isto faz, com que sejam encarados, nela, aqueles aspectos que contribuem para esclarecer o processo educacional e auxiliar a prática pedagógica. E assim, o mesmo motivo que garante a sua existência nos currículos como

disciplina, compromete a sua vitalidade científica; o que assistimos é, quase sempre, o ensino e nos livros, uma regressão ao aspecto filosófico e ao aspecto pedagógico. (Cândido, 1955, p.121-122)

A partir da década de 50, avolumaram-se produções de pesquisas sobre educação realizadas a partir de referenciais teórico-metodológicos das Ciências Sociais, vindas, principalmente, do departamento de Sociologia da USP e dos centros de pesquisas como o CBPE- (Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais) e dos Centros Regionais de Pesquisa vinculados ao INEP- (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos). Esta produção acadêmica de pesquisas na área da Sociologia da Educação, nos anos 50, coincidia com a institucionalização desta disciplina nos países centrais.

Dandurant e Ollivier (1991), ao analisar a gênese e o desenvolvimento da Sociologia da Educação nos países de capitalismo avançado, identificaram o período de 1945-1965 como o primeiro momento de institucionalização deste novo campo de conhecimento. No contexto do pós-guerra, do *Welfare State*, de um projeto político-social de redistribuição das conquistas científicas e tecnológicas, a educação aparecia como lugar privilegiado para a concretização deste projeto.

Beneficiando-se desse desenvolvimento da sociologia e dos debates que a animam, de um crescente interesse público na questão escolar e do fato de que, a ação educativa é facilmente concebida como uma instância importante de transformação social e de modernização, a educação, a partir dos anos 50, torna-se um importante objeto de análise e constitui-se como um campo especializado da sociologia.

Embora contasse já com algumas contribuições notáveis, em particular os trabalhos de Durkheim (1938), a sociologia da educação não tinha tido

êxito em se instituir como tal. Nos Estados Unidos, por exemplo, os inícios de análise sociológica da educação degeneraram em boa parte, entre as duas grandes guerra mundiais, num *corpus* de ensino moral com a finalidade de formação de professores. Essa experiência faz lembrar já que a educação é uma prática social sobre a qual os imperativos da ação têm um peso frequentemente grande, às vezes determinante. (Dandurant, P. & Olivier, 1991, p.122.)

De maneira similar aos países capitalistas avançados, ocorreu no Brasil, a partir da década de 50, uma intensa produção acadêmica de estudos sociológicos da educação, caracterizada pela utilização de padrões rigorosos de investigação científica. No entanto, esta produção acadêmica que tornou a educação um dos campos privilegiados da Sociologia não constitui-se como objeto desta pesquisa. Reportei-me, justamente, ao período(30 a 50) em que as relações entre educação escolar e sociedade não ocupavam o centro das investigações sociológicas, mas constituía interesse primordial no projeto dos educadores renovadores, responsáveis por sua institucionalização no sistema escolar brasileiro. Portanto, nesta pesquisa, debrucei-me sobre uma produção no campo da Sociologia da Educação que, de acordo Dandurant e Olivier, se "degenerou" como matéria de ensino na formação de professores.

O período delimitado pela pesquisa é marcado por significativas mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais que propiciaram um efervescente debate sobre os destinos do país. Debatia-se as formas de ajustamento, de adequação dos trabalhadores manuais e intelectuais para uma nova fase da sociedade urbano-industrial, cujos temas centrais eram: educação, cultura e sociedade. O reajustamento do ensino brasileiro à nova ordem social emergente, sob a direção do Estado, era defendido por diferentes grupos de

intelectuais das elites brasileiras. Neste contexto, o ensino da Sociologia é incentivado por estas elites, tendo em vista, num primeiro momento, a organização do sistema escolar brasileiro.

Os manuais de Sociologia Educacional produzidos por diferentes autores, destinados ao ensino da disciplina apresentam características que indicam determinadas práticas de confronto entre diferentes grupos de intelectuais da elite brasileira para conquistar a hegemonia de suas teses políticas e educacionais junto à comunidade escolar, especialmente os professores.

As fontes

O *corpus* empírico desta investigação constitui-se de impressos da disciplina Sociologia da Educação, particularmente os manuais escolares e compêndios destinados aos cursos de formação de professores, pois caracteriza o momento de constituição da Sociologia da Educação como disciplina escolar. Além dos manuais didáticos, examinei a legislação referente à implantação desta disciplina nas Escolas Normais e os Programas oficiais de ensino do Estado de São Paulo.

As principais dificuldades para o levantamento e organização dos manuais didáticos decorreram da dispersão desse material. Os manuais de Sociologia da Educação, como todo conjunto de manuais de qualquer disciplina, raramente são encontrados num mesmo local. Fui compondo e organizando o conjunto dos manuais de Sociologia da Educação, dos anos 30 aos anos 50, a partir da pesquisa em bibliotecas das Universidades públicas e privadas que oferecem cursos de

Ciências Sociais e/ou Pedagogia e bibliotecas das escolas públicas e particulares que oferecem ou ofereciam o Curso Magistério. Alguns livros foram localizados em livrarias que vendem livros usados(sebos). A localização de algumas primeiras edições dos manuais de Sociologia da Educação somente foi possível em bibliotecas da Universidade de São Paulo que receberam acervos doados, como a Biblioteca "E. Simões de Paula" da FFLCH- HI e a Biblioteca "Paulo Bourroul" da Faculdade de Educação da USP.

No levantamento dos manuais didáticos, procurei localizá-los em suas várias edições para determinar o período de uso do livro e analisar as alterações provocadas decorrentes de mudanças políticas, curriculares, de programas de ensino, de críticas, de sugestões dos leitores e outras possíveis causas. Para o levantamento das várias edições de alguns manuais no período estudado, não precisei recorrer às editoras, pois as consultas às bibliotecas e aos sebos possibilitaram que eu chegasse a afirmações seguras.

Outra importante forma de levantamento foram as referências bibliográficas e as citações indicadas nos próprios manuais localizados. Elas indicavam a existência de outros manuais de Sociologia da Educação ou mesmo confirmavam a veiculação dos manuais selecionados.

A partir desse levantamento, realizei uma relação por destinação, conforme indicação encontrada nas capas dos livros ou nas introduções e prefácios, por ordem cronológica:

-CARVALHO, Delgado de.1933. *Sociologia Educacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. Biblioteca Pedagógica Brasileira-Atualidades Pedagógicas, vol.6.

“Para as escolas de professores dos institutos de educação e cursos de formação de professores em escolas normais”

-PEETERS, Francisca.1935. *Noções de Sociologia*. São Paulo: Edições Melhoramentos

“Para uso das escolas normais”

- ARCHERO JUNIOR, Achilles. 1936. *Lições de Sociologia Educacional*. São Paulo: Livraria Editora Odeon

“Para uso das escolas normais”

-AZEVEDO, Fernando de.1940. *Sociologia Educacional: introdução ao estudo dos fenômenos Educacionais e de suas relações com outros fenômenos sociais*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

“Para utilização dos alunos e especialmente dos professores que ‘ tendo diante dos olhos, no texto, matéria abundante, mas fundamental, uma grande variedade de problemas e discussões e as mais completas informações bibliográficas, poderão “escolher” largamente, no acervo do material que se lhes oferece’ .”

- SNEDDEN, David. 1941. *Sociologia Educacional*. São Paulo: Saraiva. Biblioteca Universitária, série 3ª, n.7.⁸

“Para alunos e professores das escolas normais”

-SANTOS, Theobaldo.1947. *Noções de Sociologia Educacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional,. Biblioteca Pedagógica Brasileira-Atualidades Pedagógicas, vol.50

⁸ O livro de David Snedden não foi analisado como objeto de pesquisa, mas serviu como referência de estudo sobre a influência na produção dos demais manuais de autores brasileiros.

“Para os alunos das Escolas Normais, Institutos de Educação e Faculdades de Filosofia.”

-CARVALHO, Delgado de.1956. *Elementos de Sociologia Educacional e fundamentos sociológicos da educação*. São Paulo: Nacional- (1ª edição 1951)

“Para uso das Escolas normais do Brasil.”

- FONTOURA, Amaral. 1951. *Sociologia Educacional*. Rio de Janeiro, Editora Aurora, Biblioteca Didática Brasileira- série I- A escola viva- vol.2

“Por solicitação das Normalistas do Instituto de Educação do Estado de Minas Gerais.”

- BRANDÃO, Geraldo. *Sociologia da Educação*. São Paulo: Editora do Brasil, 1956.

“Para as cadeiras do curso pedagógico dos Institutos de Educação do Brasil.”

Quadro 1
Relação por Ordem Cronológica e Autor

ANO	AUTOR	TÍTULO	EDITORA	COLEÇÃO	DESTINAÇÃO
1933	Carvalho, Delgado	Sociologia Educacional	Companhia Editora Nacional	Biblioteca Pedagógica Brasileira- Atualidades Pedagógicas- Série III- Vol.VI	Para as Escolas de Professores dos Institutos de Educação e Cursos de Formação de Professores em Escolas Normais.
1935	Peeters, Francisca	Noções de Sociologia*	Edições Melhoramentos	Não há	Para uso das escola normais.
1936	Archerio Junior, Achiles	Lições de Sociologia Educacional	Livraria Editora Odeon	Não há	De acordo com o programa das Escolas Normais do Estado e do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo.
1940	Azevedo. Fernando de	Sociologia Educacional	Companhia Editora Nacional	Biblioteca Pedagógica Brasileira- Série 4º Iniciação Científica	Para professores e estudantes da disciplina Sociologia Educacional (Prefácio)
1941	Snedden, David	Sociologia Educacional	Saraiva & Cia. Editores	Biblioteca Universitária – Série 3ª - Educação nº 7	Para professores e alunos das Escolas Normais (Prefácio)
1947	Santos, Theobaldo Miranda	Noções de Sociologia Educacional	Editores- Companhia Editora Nacional	Biblioteca Pedagógica Brasileira- Atualidades Pedagógicas- Série III- Vol.50	Para Uso das Escolas Normais e Institutos de Educação- De acordo com os Programas das Faculdades de Filosofia, dos Institutos de Educação e Escolas Normais
1951	Carvalho, Delgado	Elementos de Sociologia Educacional e Fundamentos Sociológicos da Educação	Companhia Editora Nacional- 2ª ed. 1956	Não há	Para uso das Escolas Normais (Segundo o Programa do Instituto de Educação da Capital Federal)
1951	Fontoura, Amaral	Sociologia Educacional	Editores Aurora	Biblioteca Didática Brasileira- Vol. 1	Para uso das Escolas Normais
1956	Brandão, Geraldo	Sociologia da Educação	Editores do Brasil S/A	Coleção Didática do Brasil "Série Normal" Vol.9	Para as cadeiras do Curso Pedagógico dos Institutos de Educação do Brasil e para uso dos alunos do Curso de Formação Profissional do Professor das Escolas Normais e Institutos de Educação

* Este manual foi elaborado para ser utilizado nos dois anos do curso de formação de professores da Escola Normal. Sociologia Educacional é apresentada como uma das seções do livro.

Organização dos capítulos

Os resultados desta investigação foram organizados em cinco capítulos nos quais exponho a origem e o itinerário percorrido pela disciplina Sociologia da Educação na Escola Normal, a partir dos manuais didáticos.

No primeiro capítulo, apresento a análise das condições favoráveis, na década de 30, para o surgimento da Sociologia da Educação, a legislação referente a sua inclusão como disciplina nos cursos de formação de professores e os programas curriculares.

No segundo capítulo, a origem intelectual dos autores dos manuais, os grupos a que pertenciam, onde atuavam, porque escreveram manuais e quais os objetivos expressos por eles para o ensino desta disciplina na formação de professores.

No terceiro capítulo, o primeiro manual de Sociologia da Educação publicado no Brasil, marco e referência para os manuais ulteriores.

No quarto capítulo, apresento a análise, a partir do conjunto dos manuais selecionados, do modo pelo qual esta nova disciplina se apresentou para o leitor: os conceitos, temas e teses, as principais questões colocadas, as concepções sobre a relação entre a educação e a sociedade, os referenciais teóricos e orientações políticas.

No quinto capítulo, os objetivos e as estratégias dos editores e dos autores ao destinarem ao mercado os manuais didáticos: para quem os manuais eram destinados, a que projetos e séries editoriais pertenciam, as prescrições formuladas para o uso destes impressos, suas relações com os programas oficiais de ensino e a forma como o manual foi organizado com capítulos, ilustrações, exercícios, resumos, etc.

CAPÍTULO 1

A legislação referente à constituição da disciplina Sociologia da Educação no sistema escolar brasileiro e os programas curriculares

*Ai, palavras, ai palavras,
Que estranha potência, a vossa!
Ai, palavras, ai, palavras,
Sois de vento, ides no vento,
No vento que não retorna,
E, em tão rápida existência,
Tudo se forma e transforma.*

(Cecília Meireles)

Introdução

A origem e o desenvolvimento da Sociologia da Educação como disciplina escolar na Escola Normal, no Brasil, relaciona-se com o prestígio que a Sociologia passou a ter entre a intelectualidade brasileira nas décadas de 20 e 30. Um conjunto de realizações evidenciam o movimento em prol do conhecimento sociológico nesse período: a institucionalização da Sociologia no Brasil como matéria obrigatória no curso secundário e normal; a criação dos cursos superiores de ciências sociais; o desenvolvimento do mercado editorial com publicações de manuais didáticos, produções especializadas, traduções de obras importantes na área e estudos de caráter ensaístico¹ voltados para a interpretação do Brasil.

As reformas pelas quais passou a Escola Normal, nas décadas de 20 e 30, no Brasil apresentavam novas exigências em relação à formação de professores. Para tanto, foram

¹ Como exemplo, podemos citar os estudos de Caio Prado Jr., Gilberto Freire e Sérgio Buarque de Hollanda,

realizadas mudanças curriculares, novas disciplinas, cursos de aperfeiçoamento para os professores habilitados, a regulamentação da carreira do magistério público, a realização de encontros, de conferências de educação e de cursos de férias, a organização de bibliotecas para professores e a criação de escolas de aplicação voltadas para a prática pedagógica dos professores em formação.

A introdução da disciplina Sociologia Educacional no currículo de formação de professores ocorreu, portanto, como parte do conjunto dessas reformas realizadas na Escola Normal nas décadas de 20 e 30. Estas reformas foram idealizadas e efetivadas pelos educadores renovadores², a partir dos cargos que passaram a ocupar no interior da administração pública, principalmente após a Revolução de 30. Defendiam a criação da disciplina Sociologia Educacional com o propósito de proporcionar aos professores uma compreensão objetiva dos sistemas de ensino, sobretudo o escolar e de suas funções, de acordo com as novas exigências sociais³.

A legislação referente à inclusão da disciplina Sociologia Educacional no currículo de formação de professores primários nos mostra o lugar que lhe foi conferido na grade curricular desses cursos: o ano em que seria ministrada, sua carga horária e pré-requisitos. Os programas oficiais, que regulavam o seu ensino, também nos informam sobre os temas e conteúdos prescritos para serem ensinados aos professores. Essas informações expressas na

que apresentavam uma análise social e histórica do Brasil.

² Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Anísio Teixeira estiveram no centro dessas reformas e da implementação da Sociologia da Educação no Brasil. Todos estes intelectuais que foram signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova no Brasil de 1932, participaram diretamente das reformas educacionais, conferindo à Sociologia um lugar de destaque na formação de professores.

³ Essas preocupações em torno das funções do ensino de Sociologia da Educação na formação de professores são análogas às que Durkheim colocava ao lutar pelo estabelecimento destas disciplinas na França, no início do século XX. Para Durkheim, nenhum ideal de reforma se decreta. A Sociologia da Educação teria o papel de contribuir para instituir uma nova fé no professor para que a reorganização do sistema de ensino alcançasse

legislação refletiram a hegemonia do projeto educacional dos renovadores que visava a produção de uma escola mais adequada mais adequada à modernização do país.

A disciplina Sociologia Educacional foi introduzida nos cursos de formação de professores, em 1933, num cenário favorável para o processo de institucionalização da Sociologia no Brasil, principalmente na década de 20, com a sua implementação no curso secundário⁴.

Além da obrigatoriedade do ensino desta disciplina no curso secundário e nas Escolas Normais, assistiu-se, na década de 30, ao surgimento das primeiras instituições voltadas para a formação de sociólogos e outros cientistas sociais: a ELSP (Escola Livre de Sociologia e Política) em 1933, a FFCL (Faculdade de Filosofia Ciências e Letras) em 1934 e a UDF (Universidade do Distrito Federal) em 1935. É nesse quadro de organização universitária e de institucionalização das ciências sociais no Brasil, na década de 30, que ocorreu a participação das missões de professores estrangeiros, especialmente franceses, para inaugurar a atividade docente, difundindo o ensino e os estudos sociológicos.

Os cursos superiores de Ciências Sociais criados nos anos 30, no interior das faculdades de Filosofia, tiveram um importante impulso gerado pelo estabelecimento do ensino de Sociologia nas Escolas Normais e no curso secundário. Uma das

êxito.(Baudelot, 1991)

⁴ Em 1925, a Sociologia foi introduzida no curso secundário pela reforma João Luís- Rocha Paz e foi mantida como obrigatória nos cursos complementares pela reforma Francisco Campos de 1931. A legislação federal referente à regulamentação da disciplina Sociologia no curso Secundário circunscreveu-se a quatro reformas de ensino dos anos 20 aos anos 60: 1)Reforma João Luiz Alves- Rocha Vaz – 1925, que instituiu a disciplina Sociologia; 2)Reforma Francisco Campos – 1931, que manteve a disciplina nos cursos complementares; 3)Reforma Gustavo Capanema – 1942, que extinguiu a disciplina do currículo; 4)Lei das Diretrizes e Bases da Educação- 1961, que transferiu para os Conselhos Estaduais de Educação a decisão de implantação da disciplina (optativa) no currículo.

principais funções do curso de Ciências Sociais era a formação de professores para o ensino das disciplinas Sociologia e Sociologia Educacional no sistema escolar brasileiro. A extinção da Sociologia do currículo do ensino secundário, em 1942, atingiu os cursos de Ciências Sociais, diminuindo a atração que exerciam no meio acadêmico⁵.

Nos anos 30, a Sociologia ganhou um novo impulso com as transformações verificadas no setor editorial, pois "(...) até os anos 20, os livros brasileiros eram, em sua quase totalidade, impressos no exterior" (Pontes, 1989, p.370). Foi no âmbito do surto editorial, iniciado nos anos 30, marcado pela criação de várias editoras brasileiras, que os manuais de Sociologia Educacional foram editados como parte de projetos editoriais. Os manuais *Sociologia Educacional* (1933), de Delgado de Carvalho, e *Noções de Sociologia Educacional* (1947), de Theobaldo Miranda dos Santos, editados pela Companhia Editora Nacional, pertenciam à série *Atualidades Pedagógicas*, da Coleção *Biblioteca Pedagógica Brasileira*, e *Sociologia Educacional* (1940), de Fernando de Azevedo, na série *Iniciação Científica*.

O cenário favorável à divulgação do conhecimento sociológico, nesse período, também foi composto pela emergência de periódicos de divulgação de estudos sociológicos e etnográficos, como a *Revista do Arquivo* (1935), do Departamento de Cultura da Prefeitura de São

⁵ L.A.Costa Pinto e Edison Carneiro, em estudo realizado sobre as Ciências Sociais no Brasil para a CAPES-Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, em 1955, avaliaram da seguinte forma a exclusão da disciplina Sociologia do curso secundário: "Com a Lei Orgânica, os cursos superiores de Ciências Sociais, das Faculdades de Filosofia, ficaram bastante reduzidos de suas funções originais, que eram: a) formar professores secundários e b) formar técnicos e pesquisadores especializados. Com a exclusão das Ciências Sociais do currículo da escola secundária, a primeira dessas funções, automaticamente, cessou. A Reforma, com essa medida, que era um grande passo atrás no desenvolvimento das Ciências Sociais entre nós, diminuiu, drasticamente, a atração de um curso e de um diploma que ficou, assim, destituído do que era seu principal sentido profissional. (Costa Pinto, 1955, p. 31)

Paulo, coordenada por Mário de Andrade, em sua fase inicial, e a revista *Sociologia* (1939), da Escola Livre de Sociologia e Política, fundada por Emílio Willems e Romano Barreto. Nesta última, foram publicados, nos primeiros números, artigos voltados para o ensino da disciplina Sociologia Educacional nos cursos de formação de professores.⁶

Os decênios de 20 e 30, constituíram, portanto, solo fecundo para a emergência de novas formas de pensar o Brasil e o papel da Educação. Os estudos acerca da realidade social e educacional brasileira adquiriam, progressivamente, as influências de um pensar sociológico comprovada pela existência de uma extensa produção de ensaios voltados para a compreensão do Brasil e para inauguração de estudos acadêmicos caracterizados por determinados padrões de cientificidade. Sobre a marcante presença das ciências sociais no pensamento brasileiro desse período, L. A .Costa Pinto(1955) afirma:

No bojo daquela agitação de idéias e daquele movimento de renovação dos quadros conceituais que agitou o pensamento brasileiro nos começos da terceira década deste século, o surto das ciências sociais não só representou talvez o mais fecundo legado intelectual daquela fase, mas, também, significou um esforço sério e objetivo, feito pelas elites dirigentes no sentido de análise e compreensão dos nossos problemas, da formação do quadros profissionais habilitados a usarem as ciências humanas como ferramentas de progresso social e, finalmente, de buscar no estudo científico dos fenômenos sociais as bases da integração nacional e a orientação

⁶ As primeiras revistas dedicaram-se a discutir o programa oficial de Sociologia Educacional e os conteúdos a serem trabalhados pelo professor. Na introdução e apresentação do primeiro número da revista, os diretores explicaram o caráter da revista: “Disciplina nova nos programas de vários cursos, principalmente no curso complementar e no de formação profissional do professor das escolas normais, a Sociologia não pode ser estudada por meio de apostilas, nem tão pouco de alguns compêndios(...). Assim é que em cada número publicará matéria não só dos dois anos do curso profissional de formação do professor das escolas normais, como do curso complementar e Colégio Universitário, contando para isso com a colaboração dos professores de Sociologia. (*Sociologia* , ano 1, vol.1, 1939)

para o que deveria ser a futura trajetória da nacionalidade. (Costa Pinto, 1955, p.15)

No decênio de 30, portanto, assistiu-se ao estabelecimento do ensino de Sociologia Educacional nas Escolas Normais, a implantação da Sociologia nos cursos secundário e superior, o desenvolvimento de uma produção editorial especializada na área para o ensino e a divulgação científica de estudos sociológicos, através de periódicos.

A Regulamentação da disciplina Sociologia e Sociologia Educacional nos Cursos Normais nos Estados

A disciplina Sociologia Educacional esteve intimamente relacionada à disciplina Sociologia, no currículo das Escolas Normais, como base para o desenvolvimento dos conteúdos específicos do campo educacional. Deste modo, a disciplina Sociologia Educacional ocupava o lugar do 2ºano na grade curricular, enquanto que a Sociologia Geral ocupava o do 1º. Os manuais didáticos refletiram essa concepção, apresentando, nos seus capítulos iniciais, os conceitos básicos de Sociologia, e, em seguida, de Sociologia Educacional e as relações entre a Educação e a sociedade. De acordo com o programa estabelecido, cada manual apresentou os conteúdos de Sociologia, expressando determinadas concepções sociológicas que, em seguida, estariam embasando as análises sobre o campo educacional.

A disciplina Sociologia Educacional tornou-se obrigatória nas Escolas Normais a partir da reforma paulista de 1933. No entanto, a idéia de incluir o estudo sociológico na formação dos professores remonta às reformas desenvolvidas

em 1928, tanto por Fernando de Azevedo no Distrito Federal, como por Carneiro Leão em Recife.

A legislação referente à introdução das disciplinas Sociologia e Sociologia Educacional nos cursos Normais circunscreveu-se, principalmente, a reformas estaduais de ensino a partir de 1928:

- 1- Reforma do Distrito Federal- 1928, de Fernando Azevedo, que introduz a disciplina Sociologia nas Escolas Normais;
- 2- Reforma de Pernambuco - 1928, de Carneiro Leão, que introduz a disciplina Sociologia nas Escolas Normais;
- 3- Reforma de Minas Gerais - 1928, de Francisco Campos, que introduz a disciplina Sociologia aplicada à Educação, no Curso de Aperfeiçoamento de Professores.
- 4- Reformas paulistas - década de 30, e a introdução da disciplina Sociologia Educacional no currículo das Escolas Normais.

A entrada da Sociologia e da Sociologia Educacional como disciplinas obrigatórias nos cursos de formação de professores fazem parte deste conjunto de reformas que visava um novo perfil de professores que compreendessem o papel da escola na sociedade brasileira daquele período. Mariza Correa⁷ assinalou a importância dos educadores reformadores na constituição e desenvolvimento das Ciências Sociais nos anos 20 e 30, ao instituírem a Sociologia na Escola Normal no Brasil, assinalando os primórdios da interação entre educação e ciências sociais que ganhará vigor nas décadas de 40 e 50.

⁷ Mariza Corrêa, A revolução dos normalistas. Cadernos de Pesquisa.. São Paulo: (66):13-24, agosto 1988. Este artigo é parte do livro “ História da Antropologia no Brasil (1930-1960): testemunhos.

Os normalistas brasileiros empreenderam no país um movimento, análogo à luta de Durkheim e seu grupo na França, pela imposição da sociologia como disciplina obrigatória na formação de professores primários e secundários: primeiro nas escolas normais, onde todos, ou quase todos, foram eles mesmos professores, depois nas faculdades de filosofia em cadeira que vários deles assumiram. (Correa, 1988, p.16).

Após a Revolução de 30, até o golpe de 37, os renovadores assumiram postos de direção no aparelho de ensino e tornaram-se autores de uma ampla legislação escolar que operou mudanças importantes no cenário educacional e cultural paulista e brasileiro. Em São Paulo, os renovadores assumiram a direção da instrução pública e revezaram-se neste comando até o golpe de 37. Deste modo, encontraram-se entre os ocupantes da Diretoria de Ensino paulista, após a Revolução de 30 e até o golpe de 37: Lourenço Filho (27.10.1930 a 23.11.1931), Sud Mennucci (24.11.1931 a 26.5.1932), João Toledo (27.5.1932 a 3.10.1932), Fernando de Azevedo (28.11.1932 a 23.8.1933), Francisco Azzi (24.8.1933 a 14.8.1934), Luiz da Motta Mercier (15.9.1934 a 25.9.1935) e Almeida Jr. (26.9.1937 a 10.11.1937). Dentre esses, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e Almeida Júnior foram signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, documento através do qual os renovadores idealizaram as reformas educacionais e propunham o ensino público, gratuito, obrigatório e leigo.

A reforma do Distrito Federal: a gênese da disciplina Sociologia nos cursos normais

Fernando de Azevedo, à frente da instrução pública do Distrito Federal (Rio de Janeiro) na gestão do prefeito Antonio Prado, empreendeu a reforma educacional que estendeu seus efeitos para o ensino primário, secundário e principalmente o ensino normal. Nesta proposta de remodelação da escola, ficou evidenciada a preocupação que permeou as reformas educacionais realizadas pelas mãos dos renovadores: "a crença no progresso social pela educação e a fé inabalável na ciência".

O decreto 2.920 de 22 de novembro de 1928, que instituiu a reforma na Capital Federal, evidencia a preocupação com a formação dos professores a partir de novas bases. O texto definiu que a Escola Normal deveria constituir-se num centro de pesquisas pedagógicas e de preparação de professores com espírito aberto às novas idéias educativas e métodos de ensino. Foi nessa perspectiva, que a disciplina Sociologia foi introduzida pela primeira vez nos currículos das Escolas Normais, nos chamados ciclos especiais ou profissionais. Em ambas, o curso normal passou a ter cinco anos, dividido num ciclo geral ou propedêutico de três anos ou num ciclo profissional de dois anos.

Na reforma do ensino da Capital, a disciplina Sociologia apareceu como obrigatória no 5º ano, ou no 2º ano do ciclo profissional, ao lado das seguintes disciplinas: Psicologia experimental e sua aplicação à educação; Pedagogia, Higiene e Puericultura e História da Educação e Didática.

Os renovadores, a exemplo do que ocorreu em São Paulo, revezaram-se no comando da instrução pública da Capital Federal. As modificações propostas nessa reforma realizada sob o comando de Fernando de Azevedo não foram interrompidas, pois na gestão seguinte o seu sucessor foi Anísio Teixeira.

Fernando de Azevedo fica conhecido na década seguinte por sua atuação à frente da Instrução Pública do Rio de Janeiro na gestão do prefeito Antonio Prado Júnior. É dali que empreende a reforma educacional de 1926 que estende os seus efeitos sobre o ensino primário, secundário e, em particular, o ensino normal. Os temas da formação dos professores, do tratamento científico à pedagogia, do aperfeiçoamento didático foram permanentes na agenda de Fernando de Azevedo e de Anísio Teixeira, os dois representantes mais famosos do movimento da Escola Nova no Brasil. A proximidade intelectual com Anísio Teixeira, a cumplicidade ideológica que os unia e que identificava os projetos de ambos, teve, entre outros, um efeito particularmente positivo de rara frequência no Brasil: as modificações propostas com a reforma de 1926 não sofreram solução de continuidade - praga histórica das políticas educacionais e científicas no Brasil quando sujeitas às conjunturas dos governos - graças à presença de Anísio Teixeira na gestão seguinte à de Fernando de Azevedo, de 1932 a 1935. (Bomeny, In: Maio & Villas Bôas, 1999, p.234.)

Fernando Azevedo e Anísio Teixeira foram signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, que propunha um sistema escolar público, laico, único, gratuito e obrigatório. A reforma do Ensino do Distrito Federal já antecipava alguns desses princípios, que foram aplicados na gestão de Anísio Teixeira.

A reforma pernambucana: uma leitura da Sociologia norte-americana para a interpretação da realidade brasileira

Carneiro Leão foi predecessor de Fernando de Azevedo na direção geral da Instrução Pública do Rio de Janeiro, e, durante a sua gestão, foi o responsável pela introdução da primeira cadeira de Sociologia, no Colégio Pedro II.

Na reforma pernambucana, realizada em 1928 por Carneiro Leão, a disciplina Sociologia também apareceu como obrigatória no 2º ano do curso profissional, ao lado das seguintes disciplinas: Higiene escolar; Didática, Educação Física e Trabalhos manuais (prática na Escola de Aplicação).

Carneiro Leão, autor da reforma, comentou sobre a introdução da Sociologia no currículo da Escola Normal de Pernambuco, no prefácio de seu livro *Fundamentos da Sociologia* de 1940:

Foi em 1928, a convite do governador de Pernambuco, Dr. Estácio Coimbra, encontrávamos elaborando a reforma da educação do Estado. A criação de uma cadeira de sociologia, capaz de auscultar as realidades brasileiras, de sondar a vida social, regional, nacional, presente, de modo objetivo e científico, impunha-se.(...)Mais ou menos assim pensávamos e mais ou menos nesses termos conversávamos com o governador, acrescentando, então, o que repetimos depois na introdução à reforma: "Nos Estados Unidos os movimentos sociológicos mais recentes realizam-se nas escolas de professores. São elas que põem o futuro educador diante de determinadas condições sociais, que o levam a ver, a observar com o intuito de tirar da experiência os conhecimentos necessários à educação para a sociedade e para a vida."

Com essa visão do papel da sociologia no currículo escolar, não pudemos deixar de nos preocupar com o professor, e acentuávamos: "Para ministrar essa matéria com tal orientação só conhecemos, no Estado, Gilberto Freyre, cuja cultura sociológica se fez no convívio dos melhores mestres. Estácio Coimbra concordou e a cadeira de Sociologia foi criada e provida e imediatamente pelo professor que sugeríamos." (Carneiro Leão, 1940)

A defesa realizada por Carneiro Leão, em favor da inclusão da Sociologia no currículo das Escolas Normais de Pernambuco, foi acompanhada por uma orientação específica que deveria ser seguida para o ensino da disciplina. Para o

autor, a Sociologia verdadeiramente útil seria aquela que se pautasse no estudo dos problemas sociais brasileiros pelo método da experimentação, seguindo a trilha e a inspiração da Sociologia norte-americana. Além disso, destacou que a Sociologia havia encontrado o terreno mais fecundo nas "escolas de professores" dos Estados Unidos.

A Reforma mineira assinala o surgimento da disciplina Sociologia Aplicada à Educação nos Cursos de Aperfeiçoamento

A reorganização do ensino, promovida pela reforma mineira, em 1928, no Curso de Aperfeiçoamento para professores primários, introduziu, pela primeira vez no Brasil, a disciplina *Sociologia aplicada à Educação*. (Cf. Nagle, 1976, p.357). O regulamento do Curso de Aperfeiçoamento⁸ prescrevia a duração de 2 anos e incluía a disciplina Sociologia Aplicada à Educação no primeiro ano. Apesar do regulamento ter sido baixado em 1930, os "cursos de aperfeiçoamento começaram a ser programados e executados a partir de 1928". (Nagle, 1976, p. 224).

No entanto, a reforma mineira realizada em janeiro de 1928, por Francisco Campos, através de Decreto nº 8.162 de 20 de Janeiro que aprovou o regulamento do Ensino das Escolas Normais⁹, não contemplou a disciplina Sociologia no currículo da Escola Normal em nenhuma das três categorias de ensino: o

⁸ O Decreto nº 9.653 de 30 de agosto de 1930 estabeleceu o Regulamento da Escola de Aperfeiçoamento. Além de Sociologia Aplicada à Educação, constava no currículo do Curso de Aperfeiçoamento as seguintes disciplinas: Biologia, Psicologia Educacional, Higiene escolar, Legislação Escolar, Socialização, Organização de Biblioteca, Educação Física, Desenho e modelagem e a Metodologia particular a cada matéria do ensino primário. Este conjunto de matérias evidencia o caráter de treinamento profissional de Curso. (Cf. Nagle, 1976, p.357).

⁹ O Decreto nº 9.450 de 18 de fevereiro de 1930 aprova o Regulamento do Ensino Normal do Estado de Minas Gerais, revisado e e modificado.

curso rural; curso normal de primeiro grau e curso Normal de segundo grau.

Reformas Paulistas e a introdução da disciplina Sociologia Educacional no currículo das Escolas Normais

As reformas paulistas de 1931 e 1933, realizadas por Lourenço Filho e Fernando de Azevedo, respectivamente, estabeleceram uma linha de continuidade com a reforma de 1920¹⁰. Suas gestões foram acentuadamente marcadas pela racionalidade administrativa, na medida em que organizaram e sistematizaram leis e regulamentos de ensino que encontravam-se dispersos.

(...) Suas realizações constituem o ponto de condensação, no âmbito da instrução pública, das múltiplas experiências racionalizadoras ocorridas na década de 20, ao mesmo tempo que estabelecem a orientação geral que irá prevalecer no decênio posterior à Revolução de 30. (Monarcha, 1999, p. 327).

Lourenço Filho, primeiro diretor de ensino em São Paulo, pós-Revolução de 30, reorganizou o ensino normal paulista, através do Decreto nº 4.888 de 12 de fevereiro de 1931¹¹ e instituiu a duração de 4 anos para o curso de todas as escolas normais do Estado, precedido de um curso complementar de 3 anos e do primário. Além disso, a reforma converteu a Escola Normal da Capital em Instituto Pedagógico de São Paulo que passou a compreender: um jardim da infância,

¹⁰ Essa reforma de ensino foi realizada por Sampaio Dória quando estava a frente da Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo: “ A lei nº 1750, de 8 de dezembro de 1920, que reformou a Instrução Pública do Estado, inspirada pelo Diretor Geral de então, Dr. A. Sampaio Dória, e regulamentada pelo decreto nº 3.356, tornou todas as escolas normais de um mesmo tipo em número de 10, pois fundiu as normas primária e secundária da Praça da República em uma só.” (Reynaldo Kuntz Busch, 1935, p.47).

¹¹ O decreto foi assinado pelo coronel João Alberto, Interventor Federal no Estado de São Paulo.

uma escola de aplicação; um curso complementar, um curso normal e um curso de aperfeiçoamento pedagógico.

O curso de aperfeiçoamento pedagógico¹² oferecido aos professores diplomados pelas escolas normais do Estado compreendia dois anos de estudo, com quatro cadeiras formadas por disciplinas técnico-profissionais: Fisiologia aplicada à higiene e ao trabalho, Pedagogia geral e História da Educação, Psicologia e suas aplicações à Educação e Sociologia¹³. O currículo do Curso de Aperfeiçoamento era composto, exclusivamente, por disciplinas que promoviam a formação profissional, possibilitando a habilitação para funções da administração escolar: "Os diplomados pelo curso de aperfeiçoamento do Instituto Pedagógico têm preferência para a nomeação de inspetores, delegados de ensino e diretores de grupos escolares". (Monarcha, 1999, p.333)

Ao assumir a direção da Instrução Pública Paulista, Fernando de Azevedo reorganizou as escolas normais oficiais do Estado, através do Decreto nº 5.846 de 21 de fevereiro de 1933¹⁴, e transformou o Instituto Pedagógico em Instituto de Educação, em nível universitário, passando a ser conhecido como "Instituto Caetano de Campos".

Nessa reorganização da Escola Normal, os cursos complementares de 3 anos e os normais de 4 anos da Reforma Lourenço Filho se transformaram em outros dois, de igual extensão: um secundário de 5 anos idênticos aos do Colégio

¹² De acordo com o Decreto 4.888-de 12 de fevereiro de 1931, Art.11, o Curso de Aperfeiçoamento do Instituto Pedagógico compreendia dois anos de estudo, e fixou a disciplina Sociologia como a 4ª cadeira nos dois anos do curso com carga horária equivalente a 3 aulas semanais.

¹³ Fernando de Azevedo assumiu a cadeira de Sociologia no curso de aperfeiçoamento do Instituto Pedagógico em 1931.

¹⁴ Decreto assinado pelo Interventor Federal General Waldomiro Castilho de Lima. Este decreto, pouco citado pelos estudiosos do período, antecedeu em dois meses o Código de Educação do Estado de São Paulo. (Decreto nº 5.884, de 21 de abril de 1933). Os textos desse decreto referentes à criação do Instituto de Educação e das alterações na Escola Normal são praticamente idênticos aos do Código de Educação.

"Pedro II", do Rio de Janeiro, e os de formação profissional do professor, de 2 anos de duração.

A partir dessa mudança, as escolas normais paulistas passaram a compreender três cursos: um primário com 4 anos de duração, destinado à prática de ensino dos alunos mestres; um secundário com 5 anos de duração, equiparado ao curso correspondente do Colégio Pedro II, com preparação propedêutica de candidatos ao curso de formação profissional de professores, com duração de 2 anos.

O curso de formação profissional do professor destinava-se à formação do professor primário e seu programa distribuía-se pelas seguintes seções: 1ª Seção- Educação; 2ª Seção- Biologia aplicada à Educação; **3ª Seção- Sociologia**; e, 4ª Seção- Disciplinas Auxiliares. A 1ª Seção compreendia as seguintes matérias: Psicologia geral e educacional, Pedagogia, Prática de ensino e História da Educação. A 2ª Seção compreendia: Fisiologia e Higiene da Criança, Estudo do crescimento físico da criança, Higiene da escola. **A 3ª Seção compreendia: Fundamentos da Sociologia, Sociologia Educacional, investigações sociais em nosso meio.** E, a 4ª Seção : Desenho, Música e trabalhos manuais.

O curso de formação profissional de professores, com duração de dois anos, oferecia no primeiro: Psicologia geral e educacional, Pedagogia, Prática de ensino, Fisiologia e Higiene da Criança, **Fundamentos da Sociologia, Investigações sociais em nosso meio**, Desenho, Música e Trabalhos manuais. No segundo ano as disciplinas obrigatórias eram: Psicologia geral e educacional, Pedagogia, Prática de ensino, História da Educação, Fisiologia e Higiene da Criança, Estudo do crescimento físico da criança, Higiene da escola, **Sociologia Educacional**, Desenho, Música e Trabalhos Manuais.

A reforma do ensino de 1933, realizada por Fernando de Azevedo, que reorganizou a Instrução Pública do Estado de São Paulo e promulgada no Decreto nº 5.846 de 21 de fevereiro de 1933, foi consubstanciada no Código de Educação do Estado de São Paulo, através do Decreto nº 5.884 de 21 de abril.

O Código de Educação transformou o Instituto Caetano de Campos em Instituto de Educação, que passou a se constituir num curso superior para a formação de professores primários, secundários e de administradores escolares. Dentre os cursos oferecidos pelo Instituto de Educação, destacava-se a Escola de Professores¹⁵ que promovia os seguintes cursos de formação: de professores primários e secundários, de diretores escolares, de inspetores escolares e de aperfeiçoamento.

O ensino na Escola de Professores se distribuía pelas seguintes seções: I- Educação; II- Biologia aplicada à Educação; III- Psicologia Educacional; **IV- Sociologia Educacional**; V- Prática de Ensino. A primeira seção compreendia as seguintes matérias: história da educação; educação comparada; princípios gerais de educação; filosofia da educação. A segunda seção compreendia: fisiologia e higiene da infância e da adolescência; estudo do desenvolvimento físico durante a idade escolar; higiene escolar e estatísticas vitais. A terceira seção compreendia: a psicologia da criança e do adolescente; a psicologia aplicada à educação; testes e escalas; orientação profissional. **A quarta seção compreendia: a sociologia educacional; problemas sociais contemporâneos; investigações sociais em nosso meio.**

¹⁵ O artigo 631 do Decreto nº 5.884 de 21 de abril de 1933 assinala: “A Escola de Professores tem por fim formar profissionais do ensino primário e secundário e fornecer cursos de aperfeiçoamento cultural e profissional para o professorado, mantendo, para isso os centros de investigação que se tornarem necessários”.

Em 1934, um ano após ter sido criado, o Instituto de Educação passou a fazer parte da Universidade de São Paulo¹⁶. O Instituto de Educação¹⁷, que passou a se constituir como um dos Institutos oficiais da Universidade de São Paulo, era sucessor da Escola de Professores criada pelo decreto nº5.836 de 21 de fevereiro de 1933.

O Instituto de Educação passou a se constituir como um dos Institutos Universitários. Com a aprovação dos Estatutos da Universidade de São Paulo¹⁸, o Instituto de Educação passou a ter as seguintes cadeiras: Biologia educacional; Psicologia educacional; **Sociologia Educacional**; Filosofia e História da Educação; Estatística educacional e educação comparada; Administração e legislação escolar, Metodologia do ensino secundário; Metodologia do ensino primário. Fernando de Azevedo¹⁹, além de ministrar aulas de Sociologia Educacional em todos os cursos oferecidos pelo IEUSP, foi também o autor de todos os programas de ensino desta disciplina²⁰.

A disciplina Sociologia Educacional foi incluída em todos os cursos normais do Instituto de Educação. No curso de formação pedagógica de professores primários com duração de

¹⁶ A Universidade de São Paulo foi criada pelo Decreto nº 6.283 de 25 de janeiro de 1934. O decreto assinado pelo Interventor Federal no Estado de São Paulo Armando de Salles Oliveira foi elaborado por Fernando de Azevedo.

¹⁷ Artigo 5º do Decreto nº 6.283 assinala- " O Instituto de Educação, antigo Instituto " Caetano de Campos" participará da Universidade exclusivamente pela sua Escola de Professores, ficando-lhe, porém, subordinados administrativa e tecnicamente como institutos anexos, o Curso Complementar, a Escola Secundária, e Escola Primária e o Jardim da Infância , destinados a experimentação, demonstração e prática de ensino e ao estágio profissional dos alunos da Escola de Professores."

¹⁸ Decreto N. 6533 de 4 de julho de 1934. Decreto também assinado por Armando de Salles Oliveira.

¹⁹ A atuação de Fernando de Azevedo como professor de Sociologia Educacional no Instituto de Educação de São Paulo é analisada na tese de Olinda Evangelista: "(...) Em março de 1933 foi nomeado Professor-chefe da 4º Seção, Sociologia Educacional, da Escola de Professores do Instituto de Educação. Sua primeira nomeação data de fevereiro de 1921, quando se tornou Lente de Latim e Literatura na Escola Normal da Capital. Mais tarde, em fevereiro de 1931, tornou-se Lente da 4ª Cadeira, Sociologia, no Instituto Pedagógico de São Paulo. Em 1935 tornou-se Catedrático da mesma cadeira, posto que se manteve até 1938".

²⁰ Todos os Programas de ensino da disciplina Sociologia Educacional do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo foram publicados no documento *Programas dos Cursos Regulares e Extraordinários para o ano de 1937*- Imprensa Oficial do Estado. Os conteúdos prescritos para serem ensinados no Programa de formação de Professores Primários em nível superior era o mesmo do Programa de Sociologia Educacional das Escolas Normais, também elaborado por Fernando de Azevedo.

dois anos, a Sociologia Educacional, que era oferecida na primeira série, compunha o currículo juntamente com as seguintes disciplinas: Biologia educacional; Psicologia educacional, História e Filosofia da Educação, Educação comparada e Metodologia. No curso de formação pedagógica de professores secundários, prevista para um ano, Sociologia Educacional, que era oferecida no primeiro semestre, aparecia ao lado das disciplinas: Biologia educacional aplicada ao adolescente ; Psicologia educacional, História e Filosofia da Educação, Educação secundária e comparada e Metodologia do ensino secundário. A disciplina Sociologia Educacional, também obrigatória no curso de formação de administradores escolares, oferecida no segundo ano, aparece ao lado de Biologia Educacional(higiene escolar), Psicologia Educacional, Filosofia da Educação, Educação Comparada, Estatística e Administração e Legislação Escolar.

Em 1950, no Estado de São Paulo, é instituído o Regimento Interno das Escolas Normais oficiais do Estado²¹. Nele, o ensino no curso de formação profissional do professor, com duração de dois anos, foi distribuído pelas seguintes seções: 1ª seção- Educação; 2ª seção- Biologia; 3ª seção-**Sociologia**, 4ª Seção- Artes. A seção **Sociologia** permaneceu com as mesmas disciplinas da reforma de 1933 e compreendia: **Fundamentos da Sociologia, Sociologia Educacional e Investigações Sociais em nosso meio.**

²¹ Decreto nº 19.525, de 27 de junho de 1950, assinado pelo Governador Adhemar de Barros e publicado no suplemento nº 12 da Revista Atualidades Pedagógicas editada pela Cia. Editora Nacional.

A legislação federal sobre o Ensino Normal

O Ensino Normal, assunto da alçada dos Estados, passou, a partir de 1946, a ser organizado segundo diretrizes estabelecidas pelo governo federal, conforme a Lei Orgânica do Ensino Normal²². Segundo a Lei, as finalidades do Ensino Normal seriam: preparar professores para as escolas primárias e habilitar administradores escolares destinados às mesmas escolas. Com o decreto-lei 8530, passou a apresentar dois níveis: primeiro ciclo, de quatro anos, para a formação de regentes para o ensino primário, com a denominação de Escolas Normais Regionais, correspondendo ao curso ginásial; e, segundo ciclo, de três anos, para a formação de professores para o ensino primário, com a denominação de Escolas Normais, correspondente aos cursos clássico e científico.

A disciplina Sociologia Educacional aparecia no currículo da 3ª série do segundo ciclo e passou a ser obrigatória em todo o país. O curso normal do 2º ciclo apresentava um currículo mais especializado do que o currículo do 1º ciclo em que predominavam as matérias de cultura geral. Além de Sociologia Educacional, o segundo ciclo contava com as seguintes matérias voltadas para a formação profissional: Biologia Educacional, Psicologia Educacional; Higiene, Educação Sanitária, Puericultura; Metodologia do Ensino Primário, História e Filosofia da Educação, Prática de Ensino. Todas essas disciplinas, com exceção de Biologia

Educacional que era ministrada no 2º ano, compunham o currículo do 3º ano do 2º ciclo. Entretanto, esta lei não altera substancialmente a Escola Normal paulista que já contava com certo grau organização(Cf. Meksenas, 1992,p. 39)

O programa de Sociologia Educacional nas Escolas Normais paulistas

A inclusão da Sociologia Educacional no currículo da Escola Normal de São Paulo promoveu discussões em torno da elaboração dos programas oficiais destinados a servir de referência para o seu ensino nos cursos de formação de professores primários²³.

Em São Paulo, o primeiro programa oficial de Sociologia Educacional para a escolas normais foi elaborado e publicado em 1935, e até o início da década de 50²⁴ constituiu-se como a principal referência de proposta para o seu ensino, apresentando conteúdos e métodos. Os autores dos manuais didáticos utilizaram-se do programa oficial como guia para o levantamento de temas e organização dos capítulos.

²² Decreto-Lei 8530 de 02 de janeiro de 1946..

²³ Segundo Antonio Flavio Barobosa Moreira, em *Currículos e Programas no Brasil*, os pioneiros foram, nos anos 20 e 30, os responsáveis pela origem do campo curricular no Brasil que efetivou-se com as reformas de ensino promovida por Anísio Teixeira na Bahia; Francisco Campos e Mário Casassanta em Minas Gerais e por Fernando de Azevedo no Distrito Federal. Segundo Moreira, as novas perspectivas em relação ao currículo presentes nestas reformas refletiram o ideário escolanovista norte-americanos e assinalava uma ruptura com a escola tradicional de inspiração jesuítica: currículo centrado na criança e em atividade e projetos, conexão ente o currículo e a vida real, cooperação entre professor e aluno, modernização do sistema escolar, desenvolvimento das habilidades de observar, pensar, pesquisar: “As reformas elaboradas pelos pioneiros representaram um importante rompimento com a escola tradicional, por sua ênfase na natureza social do processo escolar, por sua preocupação em renovar o currículo, por sua tentativa de modernizar métodos e estratégias de ensino e de avaliação e, ainda por sua insistência na democratização da sala de aula e da relação professor-aluno. Apesar da expressa preocupação com reconstrução social, a maior contribuição das reformas acabou por limitar-se a novos métodos e técnicas. Essa ambiguidade pode ser interpretada como refletindo , em certo grau, as necessidades de ordem industrial emergente, as idéias liberais dominantes e a influência do processo de modernização das escolas americanas e européias”.(Moreira, 1995, pp.91-92)

²⁴ Em novembro de 1947, o decreto nº 17.698 publicou publicou os programas da Escolas Normais de São Paulo. Os programas da Seção Sociologia: Sociologia Geral, Sociologia Educacional e Investigações Sociais em nosso meio permaneceram idênticos ao programa elaborado em 1935. Em 1954, foi publicado pela Portaria nº 49 de 4/12/54, do Departamento de Educação do Estado de São Paulo um novo Programa de Sociologia Educacional.

Fernando de Azevedo, autor da reforma que instituiu a disciplina Sociologia Educacional como obrigatória em todas as escolas normais do Estado de São Paulo, foi também um dos principais idealizadores e autores dos programas oficiais da seção Sociologia, que compreendia: **1-Fundamentos de Sociologia; 2-Sociologia Educacional; 3-Investigações sociais em nosso meio.** Almeida Júnior, diretor da Instrução Pública (26.09.35-10.11.37), convidou os professores Fernando de Azevedo, Romano Barreto e Eudoro Ramos Costa para a elaboração dos Programas de Sociologia.

O Programa foi finalizado em princípios de 1935 publicado em janeiro do ano seguinte para receber as críticas que suscitasse. Desse modo visava a então Diretoria do Ensino que o programa e as críticas servissem de ponto de partida para a fixação das bases de ensino, nas escolas normais do Estado. (*Sociologia*, 1939, p.59)

Em 1936, o programa de Sociologia foi publicado, segundo seus autores, à espera de sugestões, mas na sua versão final foi possível observar que não houve nenhuma alteração. O programa foi novamente publicado em 1938 no Boletim n° 17 da Secretaria da Educação e da Saúde Pública (Diretoria do Ensino), intitulado **Programas das Escolas Normais**. Neste documento, além do programa de Sociologia Educacional, foram publicados todos os programas das disciplinas que compunham o currículo de curso de formação de professores primários. O documento **Programas das Escolas Normais**, de 1938, elaborado pela Diretoria do Ensino ainda na gestão Almeida Júnior, objetivou orientar a formação dos professores nas nove escolas oficiais e nas quarenta escolas normais livres fiscalizadas pelo Estado. Segundo a introdução do texto,

(...)Reserva-se ao Estado o direito de fixar-lhe as linhas mestras de orientação e do

programa de trabalho, tanto para estabelecer o conteúdo mínimo de seu ensino como para assegurar, quanto possível, a unidade de formação espiritual do professorado.²⁵

As orientações contidas na abertura deste documento redefiniam o papel da escola primária, defendia a remodelação da Escola Normal e novas diretrizes para a formação dos professores. O projeto de remodelação da Escola Normal apresentava como objetivo transformá-la, também, em um centro cultural e de pesquisas voltado para atender aos anseios da comunidade.

A escola normal é ainda um centro de pesquisas. Dentro do município em que funciona o instituto, cada um de seus professores achará farto material para observação e estudo de questões de educação, de sociologia, de higiene, de estatística. Com esse gênero de trabalho, contribuirão os professores para o melhor conhecimento do país e para a solução adequada de seus problemas.²⁶

Os programas eram concebidos, por seus autores, como instrumentos capazes de desenvolver, no futuro professor, as habilidades de observar, pensar, pesquisar e agir, ou seja, preparar profissionais para darem respostas aos problemas do país. A Diretoria do Ensino de São Paulo, na gestão Almeida Júnior, consideravam que o professor deveria ser formado para ser um pesquisador, auxiliando a implantação de um projeto educacional que reconhecesse as diferentes realidades sociais nas quais as escolas estavam inseridas.

O programa oficial de Sociologia das Escolas Normais de São Paulo foi redigido por Fernando de Azevedo e apresentava, no texto de introdução aos programas de Sociologia, a reprodução de teses defendidas pelo autor em livros que

²⁵ Secretaria da Educação e da Saúde Pública (Diretoria do Ensino) *Programas das Escolas Normais*. Boletim nº 17. São Paulo, 1938. (p. 3)

²⁶ *Idem*. p. 5

precederam a redação do programa²⁷. O autor esclareceu o objetivo que o levou a estruturar o lugar da Sociologia nas Escolas Normais paulistas, quando a introduziu no currículo na reforma de 1933. A partir das mudanças curriculares, o ensino da disciplina Sociologia Educacional seria ministrado no segundo ano do curso, precedida da disciplina Sociologia Geral ou Fundamentos da Sociologia, e complementada como as pesquisas de campo, denominadas *Investigações sociais em nosso meio*.

O autores dos programas oficiais de Sociologia, além de prescreverem os conteúdos que deveriam ser ensinados, fixaram uma orientação específica que deveria ser seguida para o ensino da disciplina:

PROGRAMA DE SOCIOLOGIA EDUCACIONAL NAS ESCOLAS NORMAIS²⁸

INTRODUÇÃO

- 1- O conhecimento da sociedade, e, portanto, dos grupos sociais, da estrutura material e social e das atividades dos grupos humanos e de sua evolução, é da maior importância e utilidade para os que se destinam ao magistério. A Biologia, a Psicologia e a Sociologia constituem as bases científicas da educação, e, portanto, de todas as profissões ligadas ao magistério.
- 2- O que interessa imediatamente ao professor, ao administrador escolar e ao educador em geral, é o estudo dos fenômenos sociais da educação; mas, como é impossível abordar o estudo sobre fenômenos que constituem uma categoria especial de fatos sociais, e cuja investigação é objeto de uma parte da

²⁷ No livro *Novos Caminhos e Novos Fins*, publicado pela primeira vez em 1931, Fernando de Azevedo defendeu a inclusão da disciplina Sociologia para a formação do professor: “O desenvolvimento crescente dos estudos sociais e a sua repercussão cada vez mais profunda no domínio das teorias da educação, conquistaram para a sociologia, no quadro das matérias necessárias, à formação profissional do mestre, um lugar preponderante, que lhe vão reconhecendo todas as reformas modernas”. (Azevedo, 1934, p.)

²⁸ Publicado na revista *Sociologia*, ano 1, nº 1, março de 1939(p.61-65).

Sociologia, sem uma introdução sobre esta ciência, seu objeto e seus métodos, o curso de Sociologia Educacional deve ser precedido de uma iniciação de Sociologia Geral.

- 3- No presente programa a Sociologia Geral é dada no primeiro ano (4 aulas por semana), ficando a Sociologia Educacional para o segundo ano. Mas para que estes estudos sejam verdadeiramente úteis e fecundos, as aulas devem ser sempre acompanhadas de trabalhos práticos ou trabalhos de campo, isto é, de pesquisas e inquéritos, tanto no 1º ano como no 2º.
- 4- É preciso no estudo da Sociologia, como no de qualquer outra ciência, ensinar antes de tudo a ver, observar e pesquisar e a fazer incidir essa investigação sobre fatos do meio local, que são mais fáceis de observação direta.
- 5- Esses trabalhos de pesquisas devem ser feitos fora do período de aulas e valem tanto mais quanto mais rigorosos forem os métodos aplicados na investigação. Sem eles, o ensino da Sociologia, que deve ter um caráter acentuadamente experimental, esterilizar-se-á no verbalismo dialético e teórico e, além de perder todo o caráter científico, poderia transformar-se numa fonte de preconceitos e de noções apressadas ou falsas.
- 6- O programa apresenta, a título de sugestão, uma série de questões que podem ser objeto de inquérito e de investigação social.

2º ano

Sociologia Educacional

- 1- A Educação, fenômeno e processo social. Sociologia Educacional.
- 2- O Controle social. A imitação e a participação direta na vida social.
- 3- Agências sociais (não escolares) que educam.
- 4- A escola, campo específico de educação.
- 5- A escola, instituição social.
- 6- O sistema pedagógico e o sistema social geral.
- 7- O progresso social e a educação.
- 8- A educação variável com as condições de tempo e de lugar.
- 9- Educação para uma "civilização em mudança".

- 10- A família e a educação.
- 11- O Estado, a escola e a sociedade.
- 12- A educação, uma função eminentemente pública.
- 13- A organização dos sistemas escolares e a estrutura social.
- 14- A variedade das necessidades das classes e grupos sociais.
- 15- A unidade do processo educacional e a tendência à diferenciação e especialização.
- 16- A complexidade dos problemas de "extensão" de educação em seus diversos aspectos (demográfico, de viação e transportes, econômico e político).
- 17- Os principais aspectos da formação nacional. As particularidades da formação histórica e social de S. Paulo.
- 18- O sistema escolar (especialmente primário e profissional) de São Paulo examinado do ponto de vista sociológico.

Investigações sociais em nosso meio (sugestões)

- 1- Investigar, por meio de inquérito entre os alunos, as matérias que mais apreciam ou detestam e as razões das preferências e das aversões.
- 2- Restaurar por meio de inquéritos entre os antigos moradores da cidade, a escola primária do tempo da monarquia, dos primeiros anos da República, como os seus programas, métodos, disciplinas, instalações; traçar as linhas do ensino atual, e comparar essas três escolas com a vida social atual, para tal fim igualmente restaurada em todos os seus aspectos.
- 3- Estudar por meio de inquérito o grau de instrução de todos os habitantes de um quarteirão, de uma rua, indagando entre os analfabetos os motivos pelos quais não estudaram e entre os alfabetizados, quais os que realmente utilizam os seus conhecimentos em leituras de livros, revistas ou jornais.
- 4- Estudar por meio de inquérito as diversas camadas sociais da localidade, caracterizando-as pelos seus orçamentos, habitação, vestuário, alimentação, educação, profissões, diversões, opiniões, etc..

- 5- Inquérito sobre o serviço de enfermagem da localidade, estudando a sua organização hospitalar, a estatística das moléstias, sobretudo na idade escolar, as suas causas segundo o povo, os meios que foram aconselhados para evitá-las.
- 6- Inquéritos sobre as diferentes profissões, mostrando as qualidades que requerem, as vantagens que oferecem, e estudando casos individuais em alunos, por meio de informações dos interessados, de questionário individual e da entrevista social.
- 7- Monografia sobre o sistema escolar do Estado, na sua evolução e o seu estado atual.
- 8- Inquérito social para apurar: A) o motivo das faltas dos alunos; b) o auxílio que lhes fornece a escola; c) a intensidade das relações entre esta e os pais.
- 9- Estudar, por meio de entrevista pessoal de um criminoso, todos os fatos, (como educação, família, meio social, profissão, alcoolismo, preconceitos, constituição biológica) que precederam o crime e mostrar as suas causas prováveis.
- 10- Investigar sobre o pauperismo em famílias da localidade por meio de histórico de sua vida, de suas condições higiênicas, do estudo do meio social e apontar as suas causas prováveis.

Fernando de Azevedo, redator desse programa, justificou a importância da introdução dos conhecimentos sociológicos na formação científica do professor. Para o autor, a Sociologia comporia, juntamente com a Biologia e a Psicologia, as chamadas ciências da educação. Em 1931, no livro *Novos Caminhos e Novos Fins*²⁹, Fernando de Azevedo já idealizava as contribuições que a Sociologia poderia oferecer para a reorganização do sistema escolar brasileiro sob novas bases:

(...)Se as ciências biológicas, exigindo a concordância o mais exata possível da educação

²⁹ O livro *Novos Caminhos e Novos Fins* foi editado pela primeira vez em 1931, inaugurando a série Atualidades Pedagógicas da Biblioteca Pedagógica Brasileira, dirigida por Fernando de Azevedo.

com as tendências da criança, tornaram os estudos de fisiologia e psicologia imprescindíveis à formação profissional; a Sociologia, situando o papel da escola na sociedade e definindo sua função social, constitui-se elemento essencial à organização dos sistemas escolares em bases científicas".(Azevedo, 1931, p. 110)

Na texto de introdução ao programa de Sociologia, Fernando de Azevedo afirmou categoricamente que o essencial na formação do professor seria o estudo dos fenômenos sociais da educação, ou ainda, a Sociologia da Educação. No entanto, advertia que os *fenômenos educacionais* constituíam um dos ramos da Sociologia, a ciência da sociedade. A partir disso, defendeu a necessidade do ensino de Sociologia da Educação ser precedido do ensino de Sociologia, que deveria ser dada no primeiro ano, introduzindo o aluno nos principais conceitos desta ciência, no seu objeto e método. O autor explicava que, com isso, seria possível propiciar aos estudantes uma base teórica, segundo as concepções positivistas, e, em especial, da Sociologia de Emile Durkheim, marcando o método sociológico durkheiminiano que deveria ser utilizado, mais a frente, para os estudos de campo na disciplina Sociologia Educacional. No entanto, no programa podemos identificar as influências das teorias sociológicas norte-americanas, especialmente, da Escola de Chicago, quando afirma a necessidade de serem realizadas "investigações ecológicas".

Da mesma forma, o texto de abertura solicitava que as aulas de Sociologia e Sociologia Educacional fossem acompanhadas de "trabalhos práticos e trabalhos de campo" para que os estudos dessas disciplinas se tornassem realmente produtivos. Para o autor, as pesquisas e os inquéritos sociais e educacionais constituíam preceitos básicos do

escolanovismo e poderoso antídoto contra a perigo do verbalismo e da esterilidade no ensino de Sociologia. No livro *Princípios de Sociologia*³⁰, publicado em 1935, mesmo ano em que o programa oficial também foi elaborado, Fernando de Azevedo manifestava a mesma preocupação:

Mas os alunos não sabem ver. Aprender a ver e a observar é a mais difícil aprendizagem. Não se improvisa um pesquisador ou um experimentador. Nem em física, nem em química, nem em sociologia. É preciso certamente "fazer" observar, investigar e refletir, se queremos que aprendam a ver claro e a raciocinar sobre as realidades. Essa aprendizagem exige, no entanto, um constante esforço de atenção, impõe um trabalho duro de espírito e uma disciplina rigorosa de estudos. Como também exige uma certa imaginação. Essa iniciação nos trabalhos de campo (fieldworks) e na pesquisa social, só o professor pode e deve dá-la, conduzindo os alunos à observação e à pesquisa, em campos e com objetivos limitados, para que possam adquirir com segurança, e aplicar o método estatístico e as técnicas de análise de casos ou de culturas, de investigação ecológica e de inquéritos ou levantamentos sociais de situações determinadas. (Azevedo, 1935, p. 27)

Na concepção de Fernando de Azevedo, o trabalho de campo estava diretamente associado com o despertar do espírito científico e propunha que o ensino de Sociologia Educacional fosse marcado pelo contato direto do aluno com o meio social imediato, com suas instituições e problemas. Nessa perspectiva, Fernando de Azevedo criticava o ensino como transmissão de *ciência pronta* e preconizava a importância do *fazer ciência na escola*, da necessidade de professores e alunos percorrerem juntos os árduos, mas compensadores caminhos da produção de conhecimentos.

³⁰ O livro *Princípios de Sociologia* foi editado pela primeira vez em 1935 e compunha o Vol. IX da série Iniciação Científica da coleção Biblioteca Pedagógica Brasileira.

No pensamento de Fernando de Azevedo, verifica-se uma compreensão de ciência que faz a imediata associação entre pesquisa de campo e espírito científico. Nas sugestões de pesquisas constantes no programa, os inquéritos escolares e sociais apareciam como instrumentos capazes de fornecer aos alunos um conhecimento mais profundo sobre a sociedade. No entanto, ao analisarmos mais detidamente cada uma das pesquisas sugeridas, notamos que há uma necessidade dos integrantes da Diretoria de Ensino de fazer um diagnóstico dos principais problemas enfrentados por cada escola e suas prováveis causas e melhorar as condições existentes. Na disciplina Sociologia Educacional, o tipo de inquérito prescrito era o inquérito educacional ou escolar. Um exemplo muito claro pode ser encontrado no próprio programa: **"Investigar, por meio de inquérito entre os alunos, as matérias que mais apreciam ou detestam e as razões das preferências ou aversões."** Ou ainda, **"Inquérito social para apurar: a) o motivo das faltas dos alunos; b) auxílio que lhes fornece a escola; c) a intensidade das relações entre esta e os pais."** Estes inquéritos escolares deveriam servir de base para que os poderes públicos pudessem efetivar as reformas necessárias no sistema escolar.

Os renovadores apostavam no conhecimento científico como uma arma capaz de engendrar a solução racional para os problemas sociais e culturais do país. Deste modo, as pesquisas apontadas eram necessárias para a realização de um diagnóstico sobre a realidade educacional, mas não se mostravam eficazes para a formação científica dos professores, uma vez que em nenhum momento era explicitada o método científico a ser utilizado para a sua aplicação. No final, os alunos poderiam colher alguns resultados parciais, algumas experiências iniciais, sem que, com isto, se pudesse

afirmar que se tivesse chegado a algum resultado com validade científica.

O programa recomendava que as pesquisas fossem realizadas fora do horário das aulas, como atividades extra-curriculares, e estimulavam um contato direto e freqüente dos alunos com o meio social imediato: hospitais, escolas, fábricas, habitações operárias, etc. Essas atividades deveriam ocorrer a partir de uma preparação dos alunos com métodos de observação. Fernando de Azevedo, ao sugerir a realização dos inquéritos sociais e educacionais como atividades indispensáveis ao ensino das disciplinas Sociologia Educacional e Sociologia, estava fortemente influenciado pela sociologia norte-americana. As proposições defendidas no programa em torno dos temas de pesquisa e dos métodos de ensino revelavam as influências que a sociologia norte-americana exerceram nas reformas de ensino, e, sobretudo, nas elaboração dos currículos e programas no Brasil.

Sociologia Educacional, de Delgado de Carvalho, publicado em 1933, primeiro manual elaborado para o ensino dessa disciplina no Brasil, apresentou, como modelo o inquérito escolar organizado em 1914, pelo Teachers College, do Estado de Kansas. Dentre os inquéritos citados por Delgado de Carvalho e desenvolvidos no Brasil estão: "Esboço de inquérito sobre a cidade"; "A escola e seu aparelhamento" "Relações da escola com a comunidade"; "Corpo docente"; "Corpo discente", "os planos de estudos e a eficiência do ensino".

O programa de Sociologia prescrevia, portanto, Sociologia Geral³¹ no 1º ano e Sociologia Educacional no 2º

³¹ É importante ressaltar que o Programa de Sociologia Geral foi integralmente contemplado no livro *Princípios de Sociologia* de Fernando de Azevedo.

ano e sugestões de pesquisas de campo para ambas as disciplinas. O programa oficial de Sociologia Educacional foi apresentado com 18 temas de estudo e mais 10 sugestões de pesquisas de campo. Os assuntos prescritos no Programa de Sociologia Educacional podem ser agrupados em quatro grandes eixos temáticos:

1- a educação como objeto de estudo sociológico, abordando questões como: o objeto da Sociologia da Educação, as finalidades da educação e as relações históricas entre educação e sociedade;

2- o estudo de instituições de natureza educativa: a família, o Estado e a escola;

3- a relação entre educação e progresso social e o papel da educação numa *civilização em mudança*.

4- a escola como objeto de estudo da sociologia: função da escola, reorganização da escola e vida escolar.

Esses agrupamentos de assuntos, organizados a partir da análise do primeiro programa de Sociologia Educacional das Escolas Normais paulistas, elaborado em 1935, constituíram basicamente o conteúdo obrigatório dessa disciplina para a formação profissional de professores primários. A estabilidade desses conteúdos ficarão evidenciados nas análises dos manuais didáticos de Sociologia Educacional editados após a publicação do programa oficial em 1936.

Em 1954, foi publicado um novo programa para o ensino da disciplina Sociologia Educacional pelo Departamento de Educação do Estado de São Paulo (Portaria nº 49 de 4-12-54). Os manuais didáticos da disciplina, publicados a partir de então, mesmo em suas reedições, passaram a incorporar os temas de estudo determinados por este programa. Da mesma

forma que no de 1935, os autores deste novo programa oficial de Sociologia Educacional, além de prescreverem os conteúdos que deveriam ser ensinados, fixaram uma orientação específica que deveria ser seguida para o ensino da disciplina, e realizaram indicações acerca das características que o professor dessa disciplina deveria possuir: domínio das teorias e técnicas de estudo; habilidade didática para dirigir o estudo; conhecimento da comunidade a que a escola serve; conhecimento do currículo do curso para relacionar a disciplina Sociologia Educacional com as demais; organização e seleção de leituras adequadas ao ensino da disciplina e desenvolver e orientar investigações sociais na comunidade.

PROGRAMA DE SOCIOLOGIA EDUCACIONAL DA ESCOLAS NORMAIS

1. A socialização e formação da personalidade.
2. A educação como processo socializador.
3. Processos gerais de educação: participação na vida social, ex: imitação, inculcamento, coerção etc. Os diferentes grupos da sociedade e sua função educacional.
4. Processos específicos de educação: o ensino. Instrução e escolarização como consequência da diferenciação social.
5. Educação institucionalizada. A escola como grupo social .
6. Análise da escola como grupo internamente diferenciado, com relação à sociabilidade infantil e juvenil.
7. Análise da escola como grupo internamente diferenciado, com referência à sua estrutura social.
8. Função social da escola. Seu papel no peneiramento e no controle social; sua posição no sistema institucional.
9. A escola em face dos problemas sociais, principalmente brasileiros.
10. Os problemas da educação rural.
11. Os problemas da educação urbana.
12. O papel do conhecimento sociológico na atividade do educador.

O novo programa, apesar de manter basicamente os temas de estudo do programa anterior, apresentou como novidade a inclusão de temas da psicologia, como a *formação da*

personalidade e uma ênfase maior na análise da escola como grupo social com vida própria e com relações de sociabilidade específicas, incluindo as diferentes faixas etárias (crianças e adolescentes).

CAPÍTULO 2

OS AUTORES DOS MANUAIS DE SOCIOLOGIA EDUCACIONAL

*Precisamos descobrir o Brasil!
Escondido atrás das florestas,
Com a água dos rios no meio,
O Brasil está dormindo, coitado.
Precisamos colonizar o Brasil.*

*Precisamos educar o Brasil.
Comparemos professores e livros,
Assimilaremos finas culturas,
Abriremos dancings
[e subvencionaremos as elites.*

(Carlos Drummond de Andrade, 1934)

Introdução

A partir do início da década de 30, foi publicado um conjunto expressivo de manuais didáticos destinados ao ensino da disciplina Sociologia Educacional. No Brasil, até os anos 50, a maioria absoluta da produção no campo da Sociologia da Educação compunha-se de manuais e compêndios. Foi somente a partir dessa década que os temas educacionais passaram a exercer forte influência sobre as investigações sociológicas, gerando publicações de caráter acadêmico.

Os manuais didáticos de Sociologia Educacional analisados no período delimitado pela pesquisa apresentaram características peculiares em relação a seus autores. Neste capítulo são discutidas essas características: profissão, formação intelectual, grupos a que pertenciam, instituições em que atuavam, as demais produções didáticas e teóricas e as

diferentes concepções sobre o ensino da disciplina Sociologia Educacional para a formação de professores.

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que os forjam. Daí, para cada caso o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (Chartier, 1990, p.17.)

O estudo sobre a procedência dos autores, ou seja, o lugar de onde eles produziram suas idéias sobre o campo da Sociologia da Educação- a partir do Estado, da Universidade, da Igreja Católica, ou de outras instituições e instâncias - contribuíram para a reconstituição da trajetória da disciplina Sociologia Educacional, o que resultou na organização de um quadro sobre o pertencimento institucional dos intelectuais e as relações entre os autores, bem como a interlocução entre eles, durante as diferentes publicações de manuais. As justificativas produzidas pelos autores para a inclusão desta disciplina no currículo escolar, os temas e as teses privilegiados foram analisados, ao lado da origem editorial do manual (se fazia parte de alguma série editorial, se foi elaborado para atender às exigências dos programas oficiais de ensino, etc) e da literatura pedagógica e sociológica com a qual os autores estabeleceram algum tipo de diálogo.

Durante o período estudado, dos anos 30 aos anos 50, foram localizados nove manuais de Sociologia Educacional¹ que foram utilizados nos cursos de formação de professores. Deste total, oito foram escritos por autores brasileiros e um resultou da tradução de um manual escrito por um autor norte-

¹ É importante observar que alguns destes manuais tiveram várias edições e algumas modificações ao longo do período estudado.

americano (David Snedden). Nessas três décadas sete autores brasileiros, produziram 8 manuais: Carlos Miguel Delgado de Carvalho², Francisca Peeters, Achilles Archêro Junior, Fernando de Azevedo, Theobaldo Miranda Santos, Amaral Fontoura e Geraldo Brandão.

Esses autores foram responsáveis, dos anos 30 aos anos 50, pela produção didática no campo da Sociologia da Educação no Brasil e introduziram, através dos manuais didáticos nos cursos de formação de professores, conhecimentos sociológicos acerca das finalidades da educação e das formas de se conceber as relações entre educação e sociedade.

Nessa perspectiva, apresentamos uma análise geral sobre a identidade dos autores desses manuais, procurando verificar:

- **suas bases intelectuais;**
- **suas concepções sobre o ensino da disciplina Sociologia Educacional na formação de professores;**
- **o conjunto de suas produções didáticas e teóricas;**
- **os grupos a que pertenciam;**
- **as instituições onde atuavam e os postos que ocupavam.**

A configuração das identidades dos autores resultou na concepção de dois tipos de grupos, de acordo com as características do período a que pertenciam:

- 1- o período da constituição da disciplina no decênio de 30;**
- 2- o período de consolidação nos decênios de 40 e 50.**

Nessa configuração, ficou claro que o grupo de autores da década de 30 constituiu-se basicamente por intelectuais de formação geral diferenciada entre si, com exceção de Delgado de Carvalho, com formação especializada em Ciências Sociais,

² Carlos Miguel Delgado de Carvalho foi o único autor que produziu dois manuais diferentes de Sociologia da

na Inglaterra e França. Os autores dos manuais da década de 30 tinham suas identidades marcadas como pioneiros na produção de manuais de Sociologia Educacional e imprimiram marcas profundas na produção de manuais didáticos durante todo o período estudado.

A década de 30, constituiu-se, ainda, como o período mais fértil na produção de manuais didáticos desta nova disciplina e, portanto, de disputas sobre o destino da Sociologia Educacional nos cursos de formação de professores. Nesse decênio, verificou-se a publicação de quatro manuais produzidos por diferentes autores:

- *Sociologia Educacional*(1933) de Carlos Miguel Delgado de Carvalho;
- *Noções de Sociologia*(1935) de Francisca Peeters;
- *Lições de Sociologia Educacional*(1936) de Achilles Archêro Junior;
- *Sociologia Educacional*(1940) de Fernando de Azevedo.

Os manuais publicados nos anos 30 foram reeditados. Os manuais de Delgado de Carvalho, Francisca Peeters e Archêro Junior tiveram uma 2ª edição ainda na década de 30. O manual de Archêro Junior e Fernando de Azevedo percorreram mais de duas décadas e foram editados até os anos 60.

As teses principais defendidas por esses autores refletiam o debate entre dois grupos das elites brasileiras sobre os caminhos que deveriam ser seguidos pela disciplina Sociologia Educacional: os católicos, os renovadores e suas expressões diferenciadas. No interior desse debate, a questão predominante era a relação entre a educação escolar, o Estado e a sociedade; e embora as respostas fossem diferenciadas,

foi possível agrupá-las segundo a visão estratégica que a educação ocuparia na formação do homem novo e de uma sociedade industrializada.

No segundo período, dos anos 40 e 50, encontramos quatro autores que diferenciaram-se do período anterior por produzirem seus manuais no momento em que a disciplina Sociologia Educacional encontrava-se consolidada no currículo das Escolas Normais do Brasil e apresentava uma certa estabilidade no seu conteúdo obrigatório. Esta estabilidade pode ser verificada na permanência dos conteúdos e da metodologia empregada na maioria nos manuais de Sociologia Educacional, mesmo em um novo contexto de relação entre a Educação e a Sociologia, a partir do desenvolvimento das pesquisas sociológicas no campo da educação, realizadas no âmbito da Universidade de São Paulo e no interior do próprio Estado.

Nos decênios de 40 e 50, verificou-se a produção de quatro manuais de Sociologia produzidos por diferentes autores, sendo um deles escrito por um autor da década anterior:

- *Noções de Sociologia Educacional*(1947) de Theobaldo Miranda Santos;
- *Sociologia Educacional*(1951) de Amaral Fontoura;
- *Elementos de Sociologia Educacional e fundamentos Sociológicos da Educação* (1951) de Delgado de Carvalho
- *Sociologia da Educação*(1956) de Geraldo Brandão.

Dentre os autores do segundo período, podemos verificar que, embora tivessem produzido seus manuais num período em que já haviam sociólogos profissionais, não apresentaram um tratamento elaborado dos conceitos no campo da Sociologia

Educacional. O exemplo mais marcante é a presença de autores que profissionalizaram-se como escritores de manuais didáticos de várias disciplinas, como é o caso de Amaral Fontoura e de Theobaldo Miranda Santos.

Com base na análise geral dos autores em duas fases distintas e das questões levantadas (bases intelectuais, concepções de ensino da disciplina, conjunto de produções, grupos e instituições a que pertenciam), apresentamos os seguintes quadros:

Quadro 2 a- autores pioneiros da década de 30;

Quadro 2 b- autores das décadas de 40 e 50.

No primeiro (2 a) apresentamos a primeira geração, dos anos 30 e, no segundo (2 b), os da fase de consolidação da disciplina Sociologia Educacional nos cursos de formação de professores, nos anos 40 e 50. As questões colocadas para cada autor pode ser comparada com os demais, facilitando a visualização do lugar em que cada um deles se colocava diante do ensino da disciplina Sociologia Educacional e suas relações com outros interlocutores. A visão de conjunto, da constituição das identidades, no entanto, não nos leva a realizar uma síntese que ameniza as diferenças entre os autores. Pelo contrário, de posse desse quadro, foi possível estabelecer comparações que acentuavam também as marcas próprias de cada autor na produção dos manuais de Sociologia Educacional, as teses e os objetivos na formação de professores.

Quadro 2a:

Autores dos manuais de Sociologia Educacional da década de 30

Autores	Formação teórica/ acadêmica/ Profissional	Lugar de atuação	Objetivos do ensino da disciplina da Sociologia Educacional	Principais obras no campo da Sociologia e da Educação	Observações
Carlos Miguel Delgado de Carvalho	Formou-se em Direito e Ciências Política na França e Inglaterra	Professor de Sociologia do Colégio Pedro II e do Instituto de Educação do Distrito Federal	Contribuir para tornar científica a prática educativa	<i>Sociologia</i> (1931); <i>Sociologia Educacional</i> (1933) <i>Sociologia e Educação</i> (1934); <i>Sociologia Aplicada</i> (1935); <i>Práticas de Sociologia</i> (1939)	Diretor da ABE Associação Brasileira de Educação em 1924 e signatário do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932
Achilles Archêro Junior	Professor formado pela Escola Normal de Itapetininga e Licenciado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.	Professor assistente de Sociologia Educacional do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo	Fornecer explicações científicas da realidade educacional e preparar o professor para a solução dos problemas educacionais	<i>Lições de Sociologia</i> (1933); <i>Lições de Sociologia Educacional</i> (1936) <i>Os grupos sociais e educação</i> (1938); <i>Dicionário de Sociologia</i> (1939-com Alberto Conte)	Vinculado ao grupo dos renovadores
Francisca Peeters	Curso Normal	Professora da Escola Normal de Jaboticabal	Contribuir para a formação moral dos alunos	<i>Nocões de Sociologia</i> (1935)	Religiosa da Congregação de Santo André
Fernando de Azevedo	Faculdade de Direito de São Paulo	Professor de Sociologia da Universidade de São Paulo	Possibilitar aos professores uma base científica mais sólida e uma compreensão mais ampla e completa dos fatos e dos problemas educacionais	<i>Novos Caminhos e Novos Fins</i> (1931); <i>Princípios de Sociologia</i> (1935); <i>Sociologia Educacional</i> (1940)	Redator e signatário do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932

Quadro 2b:
Autores dos manuais de Sociologia Educacional das décadas de 40 e 50

Theobaldo Miranda Santos	-----	Catedrático de Filosofia e História da Educação do Instituto de Educação e da Universidade Católica do Rio de Janeiro	Propiciar aos professores um conhecimento mais profundo da realidade social e pedagógica	<i>Noções de psicologia educacional</i> (1945) <i>Noções de história da educação</i> (1945) <i>Noções de filosofia da educação</i> (1946);e <i>Noções de Sociologia Educacional</i> (1947)	Vinculado ao grupo dos católicos
Afro do Amaral Fontoura	Licenciado pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil	Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e da Universidade do Estado do Rio	Possibilitar ao professor conhecer o meio social onde o aluno vive e os problemas da comunidade	<i>Programa de Sociologia</i> (1940); <i>Introdução a Sociologia</i> (1948) <i>Fundamentos de Educação</i> (1949) <i>Sociologia Educacional</i> (1951) <i>Metodologia do Ensino Primário</i> (1955) <i>Psicologia Geral</i> (1957) <i>Psicologia Educacional</i> (1958)	Autor vinculado a Sociologia Católica, convidou Alceu Amoroso Lima para prefaciar o manual <i>Programa de Sociologia</i> de 1940.
Geraldo Brandão	Licenciado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo		Contribuir para a cultural geral e conhecimento científico dos processos de escolarização	<i>Noções de Sociologia Geral</i> (1956- 2ª edição)	

Fonte: Os dados foram obtidos nos manuais de Sociologia Educacional e dicionários de Sociologia.

Os pioneiros na publicação de manuais de Sociologia Educacional (anos 30)

Na década de 30, foram editados os primeiros manuais de Sociologia Educacional destinados a alunos e professores das Escolas Normais e Institutos de Educação. Os pioneiros na divulgação de conhecimentos no campo da Sociologia da Educação no Brasil, através de manuais didáticos foram: Carlos Miguel Delgado de Carvalho, Achilles Archêro Junior, Francisca Peeters e Fernando de Azevedo.

Esse grupo participou do momento da introdução da disciplina Sociologia Educacional e refletiu as diferentes concepções de educação e sociedade em seus manuais. Delgado de Carvalho, Archêro Junior e Fernando de Azevedo representaram as propostas dos renovadores, e Madre Francisca Peeters, um determinado setor da Igreja Católica, que embora fizesse menção à Sociologia Católica, apresentava posições contra o próprio ensino da disciplina Sociologia Educacional ou da Sociologia como ciência. Desse modo, enquanto vários setores da intelectualidade brasileira discutiam a necessidade da introdução da Sociologia Educacional, como instrumento científico de análise da realidade social e educacional brasileira, católicos como Francisca Peeters defendia os ensinamentos dos dogmas da Igreja e negava, inclusive, a utilização de inquéritos sociais e educacionais, uma vez que não havia a necessidade de conhecer a realidade como ela é, mas apenas transformá-la segundo os dogmas aprendidos.

Entre os autores do movimento de renovação educacional, embora haja concordância quanto à introdução da disciplina Sociologia Educacional e à mudança na metodologia de ensino, empregando trabalhos de pesquisa empírica, vislumbramos dois posicionamentos quanto aos objetivos da disciplina. Delgado

de Carvalho defendeu a Sociologia Educacional norte-americana, enquanto Archêro Junior e Fernando de Azevedo, a matriz durkheiminiana, com algumas apropriações das teorias sociológicas norte-americanas.

A Sociologia da Educação foi introduzida na Escola Normal antes do surgimento dos primeiros cursos de Ciências Sociais no Brasil. De onde provinha, portanto, a base intelectual desses autores para introduzirem nos cursos de formação de professores assuntos e conteúdos de Sociologia Educacional? As principais indagações acerca dos autores pioneiros da Sociologia da Educação no Brasil refere-se às suas trajetórias intelectuais no campo teórico e político, suas práticas profissionais: **Em que lugar adquiriram saberes para falarem sobre esta disciplina? Onde foram formados? Onde atuavam?**

Delgado de Carvalho

Dentre os autores pioneiros da Sociologia da Educação no Brasil, apenas Delgado de Carvalho pode ser considerado portador de um conhecimento especializado no campo das Ciências Sociais. Delgado de Carvalho realizou estudos de Direito e Ciências Políticas na França e de Sociologia na London School of Economics. No Brasil, publicou vários livros didáticos de Geografia, Sociologia e Sociologia Educacional, criando um tipo de manual para a educação escolar que serviria de modelo para muitos autores de sua geração e para as seguintes.

Em 1933, quando foi publicado *Sociologia Educacional*, o primeiro manual desta nova disciplina, Delgado de Carvalho lecionava Sociologia no Colégio Pedro II e no Instituto de

Educação do Distrito Federal. No entanto, não havia estreado como autor de manuais didáticos apenas nessa data. Já em 1913, havia publicado *Geografia do Brasil*, um manual considerado clássico no campo da educação escolar por José Veríssimo da Costa Pereira³: “um modelar trabalho didático, vazado em processos de ensino franceses”. Costa Pereira apontava que esse trabalho constituía o melhor texto de ensino de Geografia para estudantes brasileiros, “na qual ele mostra em que realmente deve consistir o ensino e a matéria a ser versada em um livro didático de versão moderna”. Sobre Geografia escolar, Delgado de Carvalho escreveu, ainda em 1925, o livro *Metodologia do ensino Geográfico*. Em 1931, Delgado de Carvalho havia publicado o livro *Sociologia* pela Livraria A. Alves, destinado ao ensino dessa disciplina.

Um dos presidentes da primeira diretoria empossada da ABE (Associação Brasileira de Educação), em 1924, Delgado de Carvalho participou de todos os conselhos diretores desta entidade até o ano de 1933. Em 1932, foi um dos intelectuais que assinou o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, caracterizando-se como um autor de militância no campo educacional. Delgado de Carvalho foi, também, um dos autores que mais se destacou no pioneirismo e na divulgação do conhecimento sociológico na década de 30, através da publicação de manuais didáticos destinados ao ensino de Sociologia na Escola Normal e no curso secundário. Em uma década publicou livros que tornaram-se referência na trajetória da Sociologia e da Sociologia Educacional como disciplinas escolares:

³ Este autor escreveu o capítulo VII: A Geografia no Brasil, do livro *As Ciências no Brasil* organizado por Fernando de Azevedo e publicado pela primeira vez em 1955.

-*Sociologia*(1931)⁴; *Sociologia Educacional*(1933)⁵;
Sociologia Experimental(1934)⁶; *Sociologia Aplicada*(1935)⁷;
Práticas de Sociologia(1939)⁸.

Em 1934, foi publicado o livro *Sociologia e Educação*⁹ pela Editora Guanabara como contribuição aos debates em torno da educação, em razão da reunião da Assembléia Nacional Constituinte. Na introdução do livro, o autor reafirmou as principais reivindicações contidas no *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, de 1932, especialmente enfatizando o caráter público da Educação. Não se mostrava intolerante à existência do ensino particular naquele período, pois afirmava que o Estado ainda não estava em condições de arcar exclusivamente com a educação nacional em sua totalidade, mas defendia que naquele período transitório todo e qualquer ensino deveria estar subordinado à fiscalização do Estado: "Se, por enquanto, os poderes públicos não podem manter serviços educacionais completos, estão, todavia, na obrigação de saber como devem ser organizados e executados".

Delgado de Carvalho foi o autor do primeiro manual didático de Sociologia Educacional do Brasil e difundiu, por seu meio, a concepção de Sociologia Educacional predominante nos Estados Unidos. Nessa abordagem, o conhecimento sociológico acerca da realidade social e educacional era entendido como suporte para a solução de problemas educacionais. A Sociologia era invocada como o guia mais

⁴ O livro *Sociologia* foi editado em São Paulo, pela Livraria A. Alves.

⁵ Este livro foi o primeiro manual de Sociologia Educacional, editado no Brasil pela Companhia Editora Nacional

⁶ *Sociologia Experimental* foi editado no Rio de Janeiro pela Distribuição da Civilização Brasileira.

⁷ *Sociologia Aplicada* foi editado em São Paulo pela Companhia Editora Nacional e compunha a série Atualidades Pedagógicas (Vol. XVII) da Coleção Biblioteca Pedagógica Brasileira. O livro é destinado às Escolas de Professores dos Institutos de Educação e Faculdades de Educação, Ciências e Letras.

⁸ *Práticas de Sociologia* foi editado em Porto Alegre pela Livraria do Globo. O livro é destinado aos alunos que se preparavam para o Concurso de Habilitação às Escolas Superiores

⁹ O livro *Sociologia e Educação* compunha a Biblioteca de Cultura Científica dirigida pelo Professor Afrânio Peixoto.

seguro da educação na sua missão de ajustamento dos indivíduos ao meio. A aplicação das conclusões da Sociologia ao trabalho educativo traria, segundo o autor, benefícios à prática educativa que deixaria de ser “cega” e sem direção e passaria a ser iluminada pelas contribuições da ciência. Assim, a Sociologia teria por meta tornar científica a prática educativa, e possibilitar a formação de indivíduos para uma “sociedade em mudança”¹⁰.

Nesta perspectiva, a noção de Sociologia Educacional que Delgado de Carvalho vai desenhando, a partir das referências norte-americanas, aponta para a sua vinculação radical com o campo da educação. A Sociologia Educacional aparece como apêndice da pedagogia, com um ramo da educação. Os objetivos e os planos educacionais não poderiam ser traçados sem o conhecimento do meio social em que atuava o professor. A Sociologia serviria para a reflexão sobre os problemas sociais e para a seleção de práticas sociais e de hábitos educacionais na comunidade que poderiam ser utilizados pelos professores para atingir a meta de ajustamento do indivíduo à “sociedade em mudança”.

Esta posição de Delgado de Carvalho tem um forte débito com a concepção norte-americana sobre a Sociologia Educacional, que a define como **ciência aplicada**; ou seja, uma ciência que tem por finalidade aplicar no terreno educacional os conceitos sociológicos. Diferencia-se da posição de Archêro Júnior e de Fernando de Azevedo que definem a Sociologia Educacional como ramo da Sociologia, segundo a concepção durkheiminiana.

¹⁰ A expressão “sociedade em mudança” é utilizada no sentido empregado por Kilpatrick, no livro *A Educação para uma civilização em mudança*.

Archêro Junior

Archêro Junior, um dos mais destacados autores da década de 30, não tinha formação específica em Sociologia quando produziu *Lições de Sociologia*, em 1933, e *Lições de Sociologia Educacional*, em 1936. Sua relação com este campo de estudos decorreu da sua carreira no magistério, especialmente como professor de Sociologia e de Sociologia Educacional na Escola Normal Oficial de São Carlos a partir de 1933, quando estas disciplinas tornaram-se obrigatórias nas Escolas Normais Paulistas.

Archêro Junior formou-se pela Escola Normal de Itapetininga e somente em 1937, quando exercia a função de Assistente de Sociologia Educacional no Instituto de Educação, licenciou-se em Filosofia e Sociologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

Em 1935, Archêro Junior publicou *O Ensino de História no Curso Secundário*¹¹ e, em 1938, *Os Grupos Sociais e a Educação: com um estudo da comunidade de Itapetininga*¹², e em 1939 em co-autoria com Alberto Conte publicou o *Dicionário de Sociologia* para que, segundo o autor, os alunos pudessem “conhecer convenientemente os termos que empregam na linguagem sociológica”.

Quando publica *Lições de Sociologia Educacional* em 1936, Archêro Junior era Assistente de Sociologia Educacional no Instituto de Educação da Universidade de São Paulo, cuja cadeira era ocupada por Fernando de Azevedo. A notória influência de Azevedo sobre Archêro Junior pode ser

¹¹ O livro foi impresso pela Editora Cruzeiro de Sul em 1935

comprovada através das várias menções apresentadas na primeira edição de *Lições de Sociologia Educacional*: a inclusão de sua fotografia no primeiro capítulo do manual, as várias citações de seus textos e as referências elogiosas ao seu trabalho como reformador do ensino paulista¹³. É importante destacar que em 1936, ano em que manual foi publicado, Fernando de Azevedo é citado pelo autor em praticamente todos os temas estudados, sendo chamado como referência teórica ou elogiado pelo seu trabalho na reforma educacional paulista, sobretudo por seu papel em prol da Sociologia.

Archêro Junior dedicou seu livro aos pioneiros da Educação Nova no Brasil, mas, entre esses, aderiu à concepção de Fernando de Azevedo sobre a Sociologia Educacional. Em seu manual *Lições de Sociologia Educacional*, de 1936, o autor expressou discordâncias acerca da maneira pela qual os norte-americanos concebiam a Sociologia Educacional e defendeu a tese da autonomia da Sociologia, discordando da sua subordinação ao campo da educação.

No entanto, aproximou-se da concepção de Delgado de Carvalho e dos norte-americanos, ao conceber o ensino de Sociologia Educacional como uma das disciplinas que deveria contribuir para a formação do professorado e fundamentar propostas em bases racionais para a solução dos problemas da educação brasileira. Deste modo, podemos entender como Archêro Júnior, seguindo as concepções durkheimianas de Fernando de Azevedo, manteve em seu manual as mesmas

¹² Monografia apresentada para o concurso de Livre Docência à 3ª Cadeira (Sociologia Educacional) do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo. O trabalho foi publicado pela Editora José Magalhães em 1938.

¹³ “No Estado de São Paulo, a cadeira de sociologia educacional foi acrescida no currículo das Escolas Normais, graças a clarividência e ao tino administrativo de Fernando de Azevedo, quando Diretor Geral do Departamento de Educação nesse Estado, em 1933. Atualmente Sociologia Educacional é administrada em todas as escolas normais, oficiais e livres, num total de 52”. (Archêro Junior, 1936, p.42)

informações que constavam no manual de Delgado de Carvalho, chegando, inclusive, a copiar capítulos inteiros sobre conceitos e metodologias com as quais há uma concordância¹⁴. Os inquéritos e as propostas extra-curriculares norte-americanos foram absorvidos literalmente por Archêro Júnior, além de conceitos da sociologia norte-americana que foram agregados à matriz durkheimiana.

Francisca Peeters

Em 1935, foi publicado pela Edições Melhoramentos o livro *Noções de Sociologia*, de Francisca Peeters, para uso das Escolas Normais Católicas, e reeditado em 1938. No manual, o conteúdo de Sociologia Educacional foi contemplado como uma parte do manual de Sociologia Geral¹⁵, sendo utilizado nos dois anos do curso de formação profissional das Escolas Normais de São Paulo.

Francisca Peeters, religiosa da Congregação de Santo André, lecionava Sociologia na Escola Normal Livre de Jaboticabal quando publicou, em 1935, o livro *Noções de Sociologia*. Peeters apresentava-se como representante da “Sociologia Católica”¹⁶, que visava defender as teses da Igreja para o ensino de Sociologia nas escolas católicas. Em

¹⁴ As concordâncias de Archêro Júnior com as posições de Delgado de Carvalho podem ser verificadas no capítulo referente aos inquéritos educacionais: “Delgado de Carvalho cita como um dos modelos de inquérito educacional o que foi organizado, em 1914, pelo *Teachers College* do Estado de Kansas. “(Archêro Júnior, 1936: 182) Em outro trecho, Archêro Júnior utiliza os textos de Delgado de Carvalho referente às propostas de atividades extra-curriculares. “Vejam as considerações de Delgado de Carvalho ...” (Archêro Júnior, 1936 : 241)

¹⁵ Peeters apresentou este conteúdo na sexta parte com o título “Sociologia Educacional” da página 208 a 294.

¹⁶ A Sociologia Católica foi criada por um grupo de religiosos e intelectuais católicos que viram a necessidade de fundamentar as teses da Igreja para o estudo e o ensino de Sociologia, especialmente voltado para o segundo grau e escolas normais (na maioria sob direção das escolas católicas). Faziam parte deste grupo religiosos e intelectuais como Alceu de Amoroso Lima (Trystão de Ataíde), Amaral Fontoura e Pe Leonel França.

seu manual, Peeters apresentou uma adequação dos conceitos sociológicos, prescritos nos programas oficiais de ensino, aos dogmas da Igreja. Esse manual representava uma reação às reformas de ensino que defendiam o ensino público, laico e gratuito, a educação mista (alunos e alunas na mesma sala de aula) e a limitação dos recursos públicos destinados às escolas católicas.

Francisca Peeters, em seu manual destinado às escolas católicas, defendia a tese da Igreja de que a melhor educação baseava-se no princípio da formação do "homem de sempre", centrada nos princípios eternos do catolicismo. Segundo Peeters, a formação do caráter, os valores morais, a saúde da alma, a higiene moral e a cultura intelectual, constituíam os principais objetivos da pedagogia católica. As suas posições acerca da Sociologia e da Pedagogia católica estão ancoradas principalmente nas teses da Encíclica *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII¹⁷ e no das obras do intelectual católico, Alceu Amoroso Lima¹⁸.

Fernando de Azevedo

Fernando de Azevedo, ao publicar *Sociologia Educacional*, em 1940, já havia percorrido uma trajetória marcada por um conjunto de ações em prol do desenvolvimento da Sociologia e da remodelação do sistema escolar brasileiro. Como participante nas reformas do ensino do Distrito Federal e de São Paulo, atuando no interior do Estado, introduziu as disciplinas Sociologia e Sociologia Educacional na Escola

¹⁷ A Encíclica *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII foi publicada em maio de 1891. Este documento expõe as teses da Igreja Católica sobre as questões sociais que a preocupavam no período, especialmente as relações entre capital e trabalho.

¹⁸ Francisca Peeters se refere principalmente ao livro *Preparação à Sociologia* de Alceu Amoroso Lima, publicado em 1931.

Normal. Em 1932, foi o redator do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, em que sintetizou as principais reivindicações do movimento de renovação educacional em relação aos conteúdos e métodos de ensino.

Como diretor de coleções e séries editoriais, viabilizou a publicação de vários livros de Sociologia e de Educação produzidos por autores brasileiros e estrangeiros. A mais importante atuação de Fernando de Azevedo nesta área pode ser verificada na coleção *Atualidades Pedagógicas*¹⁹ que constituía, segundo o próprio autor, uma das principais frentes de uma ofensiva de renovação educacional e cultural, completada por outras quatro séries: Série I- Literatura Infantil; Série II-Livros Didáticos, Série IV-Iniciação Científica, Série V- Brasileira. O conjunto das séries compunha a Biblioteca Pedagógica Brasileira. Os professores e educadores eram os principais destinatários de suas publicações, e a Sociologia Educacional aparecia como um dos temas privilegiados pela coleção.²⁰

Em 1931, com a publicação de *Novos Caminhos e Novos Fins*, sistematizou e defendeu as suas teses referentes à remodelação da educação escolar no Brasil. Em 1935, publicou *Princípios de Sociologia*, em que demonstrou sua adesão aos conceitos sociológicos de Émile Durkeim, em particular sobre

¹⁹ A coleção *Atualidades Pedagógicas* foi objeto da pesquisa de Maria Rita de Almeida Toledo em *Coleção Atualidades Pedagógicas: do projeto político ao projeto editorial(1931-1981)*- PUC-SP, 2001. Entre 1931 e 1946, Fernando de Azevedo foi o diretor da série. A partir de 1946, *Atualidades Pedagógicas* passou a ser dirigida por J.B. Damasco Penna.

²⁰ Alguns livros desse campo de estudos foram editados pela série *Atualidades Pedagógica* durante o período que Fernando de Azevedo dirigiu esta coleção: Azevedo, Fernando de. *Novos Caminhos e Novos Fins*. 1ª edição, 1931; Teixeira, Anísio. *Educação Progressiva*. 1932; Carvalho, Delgado de. *Sociologia Educacional*. 1933; Kelly, Celso. *Educação Social*, 1934; Carvalho, Delgado de. *Sociologia Aplicada*. 1935; Melo Teixeira, J. e outros. *Aspectos fundamentais da educação*. 1937; Azevedo, Fernando de. *Velha e nova Política*. s/d ; Moreira, J. Roberto. *Os sistemas ideais de educação*.1941; Santos, Theobaldo Miranda. *Noções de Sociologia Educacional*.1947.

o método investigativo apresentado no livro *As regras do método sociológico*.

Quando publicou *Sociologia Educacional*, em 1940, Fernando de Azevedo era professor de Sociologia da Universidade de São Paulo, mesmo sem ter formação acadêmica nesta disciplina. Sua formação superior deu-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, onde teve seus primeiros contatos com a Sociologia. Essa disciplina havia recebido, no Brasil, o seu primeiro impulso no interior dessas faculdades, no final do século XIX e início do XX, com o debate sobre a necessidade da renovação da formação dos bacharéis e juristas, resultando na produção dos primeiros ensaios, cursos e manuais de Sociologia. Antônio Cândido (1958) identificou Paulo Egídio de Oliveira Camargo como o patriarca da Sociologia, em São Paulo, provocando o interesse sociológico sobre as gerações seguintes. A concepção de Sociologia de Durkheim passou a ser conhecida e difundida no Brasil a partir dos cursos livres de Sociologia no interior dessas faculdades de Direito.

No livro *Sociologia Educacional*, de 1940, Fernando de Azevedo, fortemente influenciado pela tradição sociológica durkheimiana, concebia a Sociologia Educacional como pertencente ao campo da Sociologia, e, a educação, na qualidade de "fenômeno social", constituía-se como objeto de investigação sociológica e deveria ser investigada e explicada a partir dos métodos sociológicos durkheimianos. Apontava para o caráter não-científico da Sociologia educacional norte-americana, dominada, na sua avaliação "(...) menos pela idéia de observar a realidade social e refletir sobre ela do que pela de empreender a sua reforma ou a sua reconstrução" (Azevedo, 1964, p.27). Azevedo critica a Sociologia Educacional naquele país, pois caracterizaria-se

por estudos descritivos e utilitários da realidade educacional para o empreendimento de reformas.

Fernando de Azevedo expressou outra discordância da concepção norte-americana de Sociologia Educacional no campo da definição do lugar dessa disciplina com relação à Sociologia e à Educação. A Sociologia Educacional norte-americana definia-se como Sociologia Aplicada à Educação, ou ainda, : "(...) para eles, em fazer passar para o campo das aplicações práticas os princípios, as verdades ou as leis da sociologia que se diz teórica ou racional" (Azevedo, 1964,p.27).

Para Azevedo, a Sociologia Educacional constituía-se como um ramo da Sociologia, o estudo científico da educação "como fato ou conjunto de fatos suscetíveis de observação" que devem ser analisados de maneira objetiva e científica. A educação como fenômeno social presente em todos os grupos seria um objeto privilegiado da Sociologia.

A importância da Sociologia Educacional no quadro das disciplinas que compunham os cursos de formação profissional de professores era justificada por Azevedo como meio de propiciar, ao futuro professor, uma formação científica sólida, possibilitando-lhe uma compreensão mais abrangente e completa dos fatos e dos problemas educacionais.

Esta , para o futuro professor, a sua grande utilidade pedagógica direta: a de enriquecer a sua própria personalidade e ampliar e aprofundar a sua cultura, concentrando para projetá-la sobre os fatos e as instituições pedagógicas, a luz da observação científica e das pesquisas metodicamente conduzidas, que permitirão aos estudantes adquirir uma visão mais clara da realidade social, a noção do papel dos fatores econômicos e ideológicos na organização das estruturas escolares, o dinamismo dos fatos educacionais como processo social geral e como uma ação específica, realizada pela escola, as

reações destes fatos sobre o corpo social, as repercussões de outras categorias de fatos sociais (econômicos, políticos, religiosos, morais, etc.) sobre os fatos e as instituições de educação. (Azevedo, 1964, p.35)

Além das "utilidades" destacadas na citação acima, Azevedo comentou, no livro *Sociologia Educacional*, os resultados de um inquérito realizado por Raymond Aron, na França, cujos depoimentos de dezenas de alunos e alunas das Escolas Normais sobre as contribuições da Sociologia Educacional eram favoráveis à inclusão dessa disciplina nos cursos de formação de professores.

Convergências e divergências entre os autores da primeira geração

É inegável a identidade deste grupo de autores na utilização da disciplina Sociologia Educacional para a construção do homem novo no contexto de remodelação da escola brasileira nos anos 30. No entanto, é possível visualizar um campo de disputas sobre as direções que a disciplina deveria tomar. De um lado, Francisca Peeters e uma leitura da Sociologia Católica; de outro, Delgado de Carvalho, Archêro Junior e Fernando de Azevedo, como renovadores da educação. Ao mesmo tempo, no interior desse grupo de autores ligados ao movimento de renovação educacional, uma matriz sociológica norte-americana e outra durkheimiana.

Dentre os autores dos manuais de Sociologia Educacional desse período, apenas Francisca Peeters apresentou uma análise diferenciada com relação às reformulações do sistema nacional de ensino e das propostas pedagógicas. Segundo

Peeters, todas as atividades escolares deveriam ser conduzidas pelos princípios do catolicismo e pela reação às reformas de ensino defendidas pelo movimento de renovação educacional.

Delgado de Carvalho, Archêro Junior e Fernando de Azevedo, intelectuais vinculados ao movimento de renovação educacional no Brasil nos anos 30, apresentaram em seus manuais uma discussão sobre os temas: as reformas educacionais, o papel da escola na sociedade "em mudança" e o papel do professor como agente social. Esses autores defendiam a reorganização da estrutura interna da escola e das suas relações com a sociedade. Sustentavam a remodelação da escola no sentido de preparar as novas gerações a um mundo que se transformava constantemente e para o meio social dinâmico. Para tanto, a renovação deveria começar na própria escola, nas mudanças curriculares, nos novos conteúdos e temas vinculados com a vida real, nos métodos de ensino que respeitavam as necessidades dos alunos, nos trabalhos em cooperação e nas atividades extra-curriculares, esportivas e culturais. Além disso, essa reorganização deveria colocar a escola em sintonia e colaboração com os interesses da comunidade e em cooperação com outras instituições sociais no sentido de preparar os indivíduos para trabalhar com eficiência em situações novas e imprevisíveis. Assim, entendiam, esses autores, que a escola estaria aparelhada para preparar os cidadãos para o enfrentamento dos problemas sociais, políticos e culturais colocados naquele contexto histórico contribuindo para elevar o Brasil à condição de país moderno.

Esses autores, que defendiam a reorganização da escola brasileira, fundamentavam-se nas contribuições da Sociologia Educacional que, para eles, determinava não somente os novos

fins da educação, mas também os meios. O elemento central da renovação das reformas no sistema educacional era, segundo esses autores, a formação do professor. Defendiam a necessidade de elevar o nível cultural dos professores e propiciar-lhes uma preparação científica e profissional nas Escolas Normais e Faculdades de Educação para que se tornassem agentes sociais nas comunidades onde atuavam.

Nas reflexões acerca da nova concepção do papel da escola na sociedade, os autores defendiam a reforma da escola a partir do fundamentos da Escola Progressiva. Os seus manuais de Sociologia Educacional apresentaram a forte influência da literatura educacional e sociológica norte-americana, principalmente das obras de Dewey e Kilpatrick, que estavam sendo traduzidas no mercado editorial brasileiro, mesmo entre aqueles que utilizavam a matriz durkheimiana.

Autores do segundo período: a fase de consolidação da disciplina Sociologia Educacional nas Escolas Normais- décadas de 40 e 50.

Nos anos 40 e 50, a Sociologia Educacional já era uma disciplina consolidada no currículo das Escolas Normais. Nesse período, além das reedições dos manuais de Archêro Junior e de Fernando de Azevedo, publicados até a década de 60, e da publicação de *Elementos de Sociologia Educacional*, de Carlos Delgado de Carvalho, em 1951, verificou-se o aparecimento de novos autores que publicaram manuais didáticos de Sociologia Educacional:

Theobaldo Miranda Santos, *Noções de Sociologia Educacional*, 1947;

- Amaral Fontoura, *Sociologia Educacional*, 1951;

- Geraldo Brandão, *Sociologia da Educação*, 1956.

Nesse período, encontramos uma certa continuidade das tendências anteriores como a utilização dos manuais de Sociologia Educacional para a defesa de teses relacionadas à disputa entre os grupos dos católicos e dos renovadores acerca do sistema educacional no Brasil, como nos manuais didáticos de Amaral Fontoura e de Theobaldo Miranda Santos que defendem as teses dos católicos. Não encontramos novos autores representando os "renovadores", mantendo-se aqueles do período anterior que reeditaram ou, no caso de Delgado de Carvalho, remodelaram o mesmo tipo de manual. Já no grupo dos católicos surgem dois novos autores Amaral Fontoura e Theobaldo de Miranda Santos, representantes da Sociologia Católica que realizaram aproximações das propostas educacionais da Escola Nova e continuaram a defender as teses da Igreja frente à Educação e ao Estado.

Por outro lado, esse período também assinalou um certo tipo de ruptura com um modelo de manual de Sociologia Educacional, que, apesar de manter o cunho fortemente ideológico, tal como os "renovadores" e como os "católicos", iniciou um diálogo com as produções acadêmicas. Essa nova tendência pode ser encontrada no manual de Geraldo Brandão, em que procurou analisar os problemas educacionais nas relações internas da escola, citando vários tipos de enquetes e de referências ao trabalho de pesquisa de Antônio Cândido.

Theobaldo Miranda Santos

Theobaldo Miranda Santos foi um dos autores que mais produziu manuais didáticos na décadas de 40 e 50 e com maior evidência no mercado editorial, fato que pode ser evidenciado

pelas várias reedições de seus livros. Diferentemente dos autores dos anos 30, que produziram especificamente manuais didáticos de Sociologia e Sociologia Educacional, caracterizou-se por um certo ecletismo na sua produção de manuais didáticos.

Em 1947, publicou *Noções de Sociologia Educacional*, como volume 50 da série Atualidades Pedagógicas da Biblioteca Pedagógica Brasileira e, em 1953, o livro já estava na sua 4ª edição. No entanto, este autor já havia publicado, em 1945, pela mesma coleção, *Noções de psicologia educacional* (vol.42) e *Noções de história da educação* (vol.43) e, em 1946, *Noções de Filosofia da educação*.

Quando publicou *Noções de Sociologia Educacional*, em 1947, Theobaldo Miranda Santos era Catedrático de Filosofia e História da Educação do Distrito Federal, da Universidade de Santa Úrsula e da Universidade Católica do Rio de Janeiro. No livro *Noções de Sociologia Educacional*, Santos defendia, a partir de uma leitura das teses dos renovadores, a importância do ensino da disciplina Sociologia Educacional nos cursos de formação de professores, pois, através dela, os professores poderiam visualizar com melhor nitidez as influências que os fatores sociais exerciam sobre a educação e as íntimas relações entre escola e sociedade. Nesta perspectiva, o ensino desta disciplina, segundo o autor, poderia contribuir para que os professores pudessem obter uma visão mais científica dos fenômenos educacionais, do processo educativo e de sua missão como mestre educador e líder social.

Ainda em relação à Sociologia Educacional, aproximava-se de Durkheim quando afirmou entender que esta disciplina é um ramo da Sociologia Geral que se ocupa dos fatos sociais relacionados à educação. No entanto, apresentou discordâncias

com o autor quando definiu a Sociologia Educacional como ciência fundamental da educação. Para Theobaldo Miranda Santos, a Sociologia Educacional deveria ser considerada uma ciência auxiliar da Pedagogia e deveria se ocupar apenas dos problemas sociais referentes ao campo da educação, aproximando-se da Sociologia Educacional norte-americana. Os fins da educação, não seriam ditados pela sociedade, conforme os preceitos da sociologia durkheiminiana, mas, sim, pela filosofia, reafirmando sua origem nas teses católicas.

As teses do grupo dos católicos para as questões educacionais aparecem no manual de Santos fortemente influenciadas por Alceu de Amoroso Lima, ao combater as principais reivindicações do movimento renovador, como o caráter público da educação, a laicidade do ensino e a escola única. Para o autor, a função pedagógica do Estado deveria ser supletiva:

(...) Daí o erro de uma escola "única", mantida pelo Estado e obrigatória para todos os membros da comunidade. Às famílias devem ter reconhecido o direito de escolherem as escolas para a educação de seus filhos, pois nem sempre a escola pública possui aquele mínimo de neutralidade indispensável a uma instituição de caráter democrático e popular". (Santos, 1947, p.76)

Theobaldo de Miranda realizou, como autor de manuais de Sociologia Educacional, apropriações das teses pedagógicas dos renovadores para as escolas católicas, mas manteve as teses defendidas por Peeters nos anos 30 no campo da relação Educação/Estado.

Amaral Fontoura

Amaral Fontoura, formado pela Faculdade Nacional de Filosofia, foi professor de Sociologia Educacional²¹ e destacou-se como um dos mais importantes autores de manuais didáticos dirigidos aos cursos de formação de professores, nas décadas de 40 e 50. Da mesma forma que Theobaldo Miranda Santos, não limitou-se a produzir manuais didáticos de Sociologia e Sociologia Educacional, incursionando por outras áreas do conhecimento e publicando livros como *Psicologia Geral*(1957), *Psicologia Educacional*(1958); *Metodologia do Ensino Primário*(1955) e *Didática Geral*(1961)e permanecendo no mercado editorial dos anos 70, inclusive com a publicação de manuais de Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política e Estudos dos Problemas Brasileiros.

Autor de 34 títulos, junto à Editora Aurora, no Rio de Janeiro, publicou manuais campeões em reedições (138 edições), para a "**Biblioteca Didática Brasileira**", Série I "**A Escola Viva**": *Fundamentos de educação* teve 10 edições, de 1949 a 1972; ***Sociologia Educacional***, **22 edições, de 1951 a 1972**; *Metodologia do ensino primário*, 18 edições, de 1955 a 1971; *Psicologia Geral* (1ª parte: Psicologia da Criança), 21 edições, de 1957 a 1972; *Psicologia Geral* (2ª parte: Aprendizagem e 3ª parte Psicologia Diferencial), 16 edições, de 1964 a 1972; *Prática de ensino*, 9 edições, de 1960 a 1969;

²¹ Em sua dedicatória ao professorado mineiro, em *Sociologia Educacional*, o autor explica que o livro foi resultado da solicitação de um grupo de normalistas do Instituto de Educação do Estado, em uma conferência realizada em Belo Horizonte.

O Planejamento do ensino primário, 4 edições, de 1958 a 1966; *Didática geral*, 17 edições, de 1961 a 1971; *Manual de testes*, 3 edições, de 1960 a 1966; *Didática especial da 1ª série*, 4 edições, de 1958 a 1966; *Filosofia da educação*, 2 edições, de 1969 a 1970.

Outras publicações foram feitas pela Editora Aurora com títulos do mesmo autor na **Série II- Legislação Brasileira**: *Dicionário da educação brasileira*, *Diretrizes e Bases da Educação Brasileira*, *Leis da Educação*, *A nova Reforma do Ensino (Lei nº 5.692, de 11-8-71): Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus*. E na **Série III, Livros Texto Para Crianças**, *Aventuras de Lalá e Loló (cartilha pelo método de palavração)*, com 6 edições, de 1963 a 1967.

Na **Série IV- Coleção Moral e Cívica**, iniciada em 1968, o autor publicou os manuais: *Princípios de educação moral e cívica*, *Calendário cívico brasileiro (1º semestre)*, *Calendário cívico brasileiro (2º semestre)*, *organização social e política do Brasil*, *Organização Social e Política do Brasil*, *Didática da Educação Moral e Cívica*, *Educação Moral e Cívica para o Ensino Médio*, *Estudos dos Problemas Brasileiros para o Ensino Superior*, *Texto de Moral e Civismo para o Ensino Primário*.

Novos temas apareceram em outras publicações: *O ruralismo, base da economia nacional* (1941), *O drama do campo* (Edição da revista *Serviço Social*, 1943), *Aspectos da vida rural brasileira* (Edição Oficial, 1950, premiada com 1º lugar no concurso do Ministério da Agricultura), *Introdução ao Serviço Social* (Editora Marcel Behrens, Rio de Janeiro, 1950) e *Dicionário enciclopédico brasileiro: Sociologia, Economia e Política* (Editora Globo, Porto Alegre, 1943)

Em 1951, Amaral Fontoura publicou, pela Editora Aurora, ***Sociologia Educacional***, que se manteve no mercado até 1972

com 22 edições. Assim como a maioria dos autores de manuais dessa disciplina, escreveu, também, manuais de Sociologia Geral. Em 1940, publicou *Programa de Sociologia* pela Livraria do Globo com introdução de Alceu Amoroso Lima. Em 1948, pela mesma editora publicou *Introdução à Sociologia*.

Em *Sociologia Educacional*, Amaral Fontoura defendeu o ensino desta disciplina na formação dos professores, pois o educador deveria conhecer o meio social em que a escola estava situada e dar ao aluno a oportunidade de viver os problemas sociais de sua época e da sua comunidade. Para Amaral Fontoura, a Sociologia Educacional deveria ser considerada “a ciência que nos ensina as relações entre a vida e a escola” e que o seu ensino não daria frutos se ficasse limitado às exposições verbais dos professores. Desta forma, estudar Sociologia Educacional consistiria no estabelecimento de diálogos e debates entre professores e alunos e na promoção de pesquisas sociais.

Amaral Fontoura demonstrou afinidade ideológica com o grupo dos Católicos, dedicando, em seus manuais de Sociologia Educacional, um capítulo às teses católicas, denominado **A Igreja e a Educação**, em que teceu comentários elogiosos aos serviços que esta instituição prestava à educação. Ainda que em vários temas se apropriasse de autores como Fernando de Azevedo e Lourenço Filho, nas discussões de fundo, atacou os velhos “fantasmas” que assustavam os católicos como o monopólio do ensino pelo Estado e a laicidade do ensino.

A escola deve cuidar da alma do educando, através do desenvolvimento de atividades religiosas e morais. A escola deve ser o centro de atividades sociais e artísticas. E ainda cuidar de formar o bom cidadão, o bom político, no sentido real da palavra, isto é o homem que se interessa pela administração de sua Pátria e trabalha pelo seu progresso. A escola deve

participar ativamente da vida da comunidade, interessar-se pelos seus problemas, ajudar a resolvê-los. (Fontoura, 1951, p.179)

Amaral Fontoura, ao lado de Theobaldo Miranda, caracterizou-se como um autor do grupo dos católicos que defendeu a disciplina Sociologia Educacional para o curso de formação de professores, propondo estudos a partir das necessidades sociais da comunidade e a transformação da escola como lugar de reconstrução de novas relações sociais, mas sob a direção da moral católica. As novas técnicas pedagógicas defendidas pelos pioneiros da Educação Nova, foram absorvidas, de tal modo a contribuir para a modernização das escolas católicas, e, ao mesmo tempo, influenciar os professores terreno das escolas públicas:

Há quem diga que a Igreja é contra a Escola Nova.

O que os cristãos combatem, são os exageros, o unilateralismo, o extremismo da Escola Nova. Despida ela desses excessos, nenhuma incompatibilidade existe entre a nova doutrina educacional e a religião. Mas justamente para evitar mal-entendidos é que costumamos sempre usar a expressão *Educação Renovada* em vez de Escola Nova. A *Educação Renovada* é a Escola Nova purificada e retificada. É a síntese do que há de bom nas doutrinas modernas com o que havia de ótimo nas doutrinas cristãs que não são velhas porque são eternas.

E um dos maiores precursores da Escola Nova, ainda no século XIX, foi um padre: DOM BOSCO. Esse notável sacerdote demonstrou que a educação tem que se basear tanto na *técnica* quanto no *amor* do professor por seus discípulos: "O mestre precisa AMAR SEUS ALUNOS, para poder educá-los." (Dom Bosco) (Amaral Fontoura, 1951, p.145)

Geraldo Brandão

Em 1956, Geraldo Brandão publicou, pela Editora do Brasil, o manual didático *Sociologia da Educação*²² para uso dos alunos do curso de formação profissional do professor das Escolas Normais e Institutos de Educação, junto com a reedição do manual *Noções de Sociologia Geral*.

Licenciado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, no seu livro *Sociologia da Educação*, reivindicava que os temas de estudo desta disciplina se aproximassem da realidade social que envolvia o professor e o aluno, analisando a cultura escolar e a organização interna da escola.

Nessa perspectiva, verifica-se no seu manual um determinado vínculo com a produção acadêmica na área da Sociologia da Educação. As análises que realizou em torno da escola como grupo social e de seus agrupamentos internos, tem como referência direta

²² De acordo com o Programa das Escolas Normais do Estado de São Paulo apresentado no capítulo 1 - Portaria nº 49 de 04-12-54

Capítulo 3

O primeiro manual de Sociologia Educacional e a influência norte-americana: *Sociologia Educacional* - Delgado de Carvalho

Minha cidade é esse tumulto colorido que aí passa
 Levando as fábricas pelas rédeas pretas da fumaça!
 Barulho fantástico
 De um mundo que saiu da oficina.
 Grito metálico de cidade americana.
 Vida rodando fremindo batendo martelos
 Com músculos de aço.

(Cassiano Ricardo)

Introdução

Em 1933, a Companhia Editora Nacional publicou *Sociologia Educacional* de Carlos Miguel Delgado de Carvalho¹. O livro compunha a série Atualidades Pedagógicas² e assinalou a surgimento do primeiro manual de Sociologia Educacional editado no Brasil. Em 1940, é publicada pela mesma editora e sem alterações de nenhuma natureza a 2ª edição de *Sociologia Educacional*.

¹ Carlos Miguel Delgado de Carvalho, quando da publicação do livro em 1933, era professor de Sociologia no Colégio Pedro II e no Instituto de Educação do Distrito Federal. Em 1932, foi um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova. No *Dicionário de Sociologia*, da Editora Globo, encontramos: “Educador, geógrafo e sociólogo brasileiro, nasceu em 1884, em Paris. Fez os seus estudos de Direito e Ciências Políticas na França, Suíça e Inglaterra. Lecionou Sociologia no Colégio D. Pedro II e no Instituto de Educação de Rio de Janeiro”.

² A série Atualidades Pedagógicas constituía uma das frentes da ofensiva de renovação educacional e cultural que compunha a Biblioteca Pedagógica Brasileira. A série Atualidades Pedagógicas foi criada por Fernando de Azevedo em 1931 e permaneceu viva até 1987. Nas orelhas do livros desta série editorial seus objetivos são apresentadas pelos editores: “ A série 3ª - Atualidades Pedagógicas, da Biblioteca Pedagógica Brasileira, constitui-se de obras escritas especialmente em português ou, traduzidas de qualquer língua sobre biologia educacional, higiene escolar, psicologia aplicada à educação, sociologia educacional, didática, administração escolar e, em suma, sobre as bases científicas e os problemas gerais e particulares da educação. É como se vê, uma coleção de obras especiais, destinadas aos professores e aos educadores”. Os editores desta série editorial elegeram os professores e os educadores como destinatários de suas publicações, e a sociologia educacional como um dos temas privilegiados pela coleção.

O manual de Delgado de Carvalho foi publicado no mesmo ano em que a disciplina Sociologia Educacional foi introduzida nos currículos das Escolas Normais paulistas e no Instituto de Educação pela reforma Fernando de Azevedo. Na capa do livro, os editores especificaram o público alvo: **"Para as Escolas de Professores dos Institutos de Educação e Cursos de formação de professores em Escolas Normais"**.

O caráter pioneiro de *Sociologia Educacional* pode ser compreendido no campo recém inaugurado da disciplina Sociologia Educacional, por tornar-se marco referencial para os manuais produzidos posteriormente. Como paradigma na história da Sociologia da Educação como disciplina escolar no Brasil, *Sociologia Educacional* foi citado como referência em todos os manuais de Sociologia Educacional analisados nesta pesquisa. Para exemplificar, torna-se oportuno destacar que este manual foi o único livro de um autor brasileiro indicado nas referências bibliográficas do livro *Sociologia Educacional*, de Fernando de Azevedo, publicado pela primeira vez em 1940³.

Ainda em relação ao pioneirismo de Sociologia Educacional de Delgado de Carvalho, é importante destacar que quando o livro foi publicado, em 1933, não havia nenhum programa oficial determinando os temas e as estratégias que deveriam ser desenvolvidos no ensino desta disciplina. Portanto, toda a estrutura deste primeiro manual (os temas, os conteúdos, as estratégias de ensino, divisão dos capítulos e as propostas de discussões) foram organizadas por Delgado de Carvalho, como explicou na introdução:

A divisão, entretanto, é exclusivamente minha assim como a disposição do material. Foi

³ Na Bibliografia Geral do livro *Sociologia Educacional* de Fernando de Azevedo são indicadas 31 referências. Destas indicações, 30 referiam-se a autores estrangeiros.

cuidadosamente planejado o trabalho para um curso intensivo de três meses, com cinco aulas semanais. Nele apresentei, hauridos nos mestres estrangeiros, os assuntos que julguei mais adequados a um conhecimento satisfatório do meio social em que vão atuar os nossos futuros professores. (Carvalho, 1933, p.5)

Elaborado sem um prévio programa curricular, os temas e conteúdos de ensino do manual *Sociologia Educacional* foram tomados, segundo o autor, dos "mestres estrangeiros", especificamente dos "mestres" da Sociologia Educacional norte-americana, mas a partir de uma interpretação sobre as necessidades da realidade brasileira.

A minha preocupação predominante foi apresentar a civilização ocidental em alguns de seus detalhes e principalmente o ponto de vista brasileiro. (...) Em summa, procurei em todos os sociólogos norte-americanos que se especializaram em Sociologia Educacional, sugestões, pensamentos e citações que julguei aproveitáveis ao nosso caso. (Carvalho, 1933, p.6)

Essas mesmas contribuições norte-americanas, a partir da leitura realizada por Delgado de Carvalho em *Sociologia Educacional*, serviram de referência para a elaboração de programas, como é o caso do Programa de Sociologia Educacional das Escolas Normais Paulistas, elaborado pelo grupo coordenado por Fernando de Azevedo, em 1935. Nele encontramos, por exemplo, a sugestão de realização **das pesquisas sociais em nosso meio**, analisadas no Capítulo 1.

Na introdução do manual, Delgado de Carvalho procurou explicar ao leitor de que forma organizou o manual, quais foram os seus objetivos e referenciais teóricos. Ao apresentar a divisão das partes e dos capítulos, afirmou que a estrutura e os temas analisados tinham como objetivo

fornecer aos futuros professores conhecimentos sobre o meio social em que iriam atuar:

(...)quando um grupo deseja adaptar o seu processo educativo a uma sociedade, é essencial, antes de tudo, saber a que tipo de sociedade se aplica semelhante adaptação. Conhecido assim o tipo de sociedade ainda se torna indispensável saber quais valores sociais vão ditar as finalidades do processo educativo.(...)Só depois destas duas grandes analyses preliminares chegamos à terceira parte da obra, *Processo educativo*, que abrange as principais questões educacionais estudadas, não sob o prisma psicologico nem sob o prisma filosófico, mas sob o ponto de vista puramente sociológico.(Carvalho, 1933, p.7-8)

Nessa perspectiva, Delgado de Carvalho organizou o manual em três partes:

- a) Primeira parte: *Análise Social* - o autor analisou a "fórmula da sociedade ocidentalizada em que vivemos";
- b) Segunda Parte: *Os valores Sociais*- conhecer os valores sociais que vão ditar as finalidades do processo educativo;
- c) Terceira parte: *O processo educativo*- As principais questões educacionais estudadas sob o ponto de vista sociológico.

Cada uma dessas partes podem ser melhor visualizadas no sumário, abaixo, pois a maioria dos temas e conteúdos selecionados, e considerados por Delgado de Carvalho como essenciais na formação de nossos professores seriam, em seguida, incorporados nos manuais subseqüentes:

Primeira Parte

A ANALYSE SOCIAL

Capítulo I- Definições e Historico
 Capítulo II- A Organização Social
 Capítulo III- O Indivíduo e a Colletividade
 Capítulo IV- Os Grupos Primários. A) A família
 Capítulo V- Os Grupos Primários. B) O Grupo de Recreio
 Capítulo VI- Os Grupos Primários. C) A Comunidade
 Capítulo VII- Os Grupos Intermediários
 Capítulo VIII- Os Grupos Secundários

Segunda Parte

OS VALORES SOCIAIS

Capítulo IX- O Controle Social
 Capítulo X- O Conceito de Progresso
 Capítulo XI- Os valores Sociais
 Capítulo XII- Classificação dos Valores Sociaes
 Capítulo XIII- Distâncias Sociaes
 Capítulo XIV- Os Níveis Sociaes e a Burguezia

Terceira Parte

O PROCESSO EDUCATICO

Capítulo XV- As finalidades
 Capítulo XVI- O plano de Estudos
 Capítulo XVII- Valor Educativo dos Conhecimentos
 Capítulo XVIII- A População Escolar
 Capítulo XIX- Disciplina e Orientação
 Capítulo XX- Actividades Extra-classe

O primeiro manual de Sociologia Educacional, no Brasil, caracterizado pelo próprio autor como "ensaio de Sociologia Educacional" é revelador da forte influência que as teorias sociológicas norte-americanas estavam exercendo no Brasil na década de 30 do século XX. Nas primeiras linhas da introdução do livro, Delgado de Carvalho descreveu seu débito com a Sociologia Educacional que se desenvolvia nos Estados Unidos.

Este primeiro ensaio de Sociologia Educacional é apenas uma tentativa de aclimação, em nosso meio, de um ramo de estudos sociológicos especiaes, hoje já correntes nos Estados Unidos.

Este fato explica, em parte, as referências tão frequentes a fontes norte americanas. (Carvalho, 1933,p.5)

O autor afirmou que o seu manual não podia ser definido como um trabalho original, mas apenas como uma **vulgarização** de trabalhos sobre a matéria amplamente desenvolvidos nos Estados Unidos; daí, a recorrência freqüente às fontes norte-americanas. Esta influência fica notória com a reprodução de uma fotografia de John Dewey, logo na primeira página da primeira edição do manual, além da citação de autores norte-americanos: W.Robinson Smith, D.Snedden, Alvin Good, C.C. Peters, H.Mc. Kowm, Pitirim Sorokin, Alexandre Inglis e V.C. Bagley.

Os intelectuais do grupo dos renovadores, Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho, são mencionados duas vezes na introdução. Inicialmente, são citados na qualidade de intelectuais reformadores da educação, trabalhando no interior do Estado e preocupados com a "formação social do professor"⁴. Segundo o autor, foram eles os responsáveis diretos pela inclusão da cadeira de Sociologia Educacional nos cursos de formação de professores. Anísio Teixeira e Lourenço Filho, no Instituto de Educação do Distrito Federal e, Fernando de Azevedo, na Escola Normal de São Paulo. No último parágrafo da introdução, esses mesmos intelectuais são novamente citados na condição de amigos e colaboradores na elaboração do livro.

Eis o plano do presente ensaio que, ao ser traçado inicialmente, recebeu a aprovação de meus colegas e amigos, professores Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho, a quem muito agradeço as uteis sugestões que fizeram

⁴ Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Anísio Teixeira e o próprio Delgado de Carvalho foram signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932.

emquanto estava com as mãos á obra”(Carvalho, 1933, p.8)

O autor apresenta seu livro como manual destinado às escolas de professores dos Institutos de Educação e cursos de formação de professores em Escolas Normais e expõe as suas principais preocupações:

(...)Não tento me apresentar aqui como iniciador de uma sciencia nova, mas tendo unicamente em vista os interesses do ensino normal em minha terra, procurei ser apenas o agente transmissor de idéias e pontos de vista que achei acertados. Faço isso com toda a sinceridade e com a mais absoluta imparcialidade pois este ensaio de Sociologia Educacional não defende these alguma, não ataca convicções respeitáveis, não procura endoutrinar, mas limita-se a constatações occasionalmente acompanhadas de exemplos. Carvalho, 1933, p.6-7)

Mesmo tendo afirmado que não defendeu tese alguma, Delgado de Carvalho, ao publicar este manual, procurou apresentar aos futuros professores um determinado projeto social e educacional, a partir das discussões de vários problemas relacionados aos objetivos e reformas educacionais, especialmente sobre as contribuições que a Sociologia Educacional poderia oferecer para estas questões. Tendo reconhecido a necessidade de estudos aprofundados da Sociologia Educacional, como “ciência nova”, não colocou-se como um autor do campo, mas como um leitor das diversas contribuições de estudiosos da Sociologia norte-americana e como “transmissor” para o ensino normal de sua “terra”.

É importante lembrar que Delgado de Carvalho não prescreveu indicações explícitas de como o leitor deveria utilizar o manual. Em cada capítulo, fez uma exposição simplificada e sistematizada dos conteúdos ao leitor. No final, fez uma proposta de aprofundamento do tema estudado no

capítulo, através de uma lista de exercícios denominados **Tópicos a Discutir**. Finalmente, após o término de cada capítulo, destacou as referências bibliográficas (**Referências**) que serviram de apoio para a análise do assunto em questão. No entanto, é importante destacar que há uma grande semelhança entre a estrutura do manual de Delgado de Carvalho e o livro *Sociologia Educacional*⁵ de David Snedden, professor da Universidade de Columbia. Da mesma forma, Snedden apresentava o conteúdo do capítulo e, em seguida uma proposta estudo e aprofundamento denominada **Tópicos e Problemas** e, finalmente apresentava indicações bibliográficas (**Para leituras e referências suplementares**).

Considerações sobre a Sociologia Educacional norte-americana

Para Delgado de Carvalho, os sujeitos envolvidos na orientação da educação brasileira e da maioria de outros países não compreendiam os objetivos da educação e as exigências sociais de uma sociedade em constantes mudanças.

As falhas de um plano educacional estão principalmente numa falta de compreensão dos objetivos. Em realidade, a maioria destes planos são defeituosos porque não são francos, sinceros, unos, mas sim feitos de tentativas no escuro, de compromissos entre tendências opostas, de concessões pessoais erigidas em regras, de estudos superficiais das condições existentes. (Carvalho, 1933, p.16)

⁵ *Sociologia Educacional* de David Snedden foi publicado no Brasil pela editora Saraiva & Cia, em 1941. A tradução foi realizada por Adolfo Packer, Inspetor do Ensino Secundário e Normal do Estado de São Paulo. O livro compunha a série Educação da Biblioteca Universitária. No prefácio do livro, Snedden teceu comentários sobre a sua destinação e finalidade: “ Este livro foi preparado primariamente para pessoas que exercem atualmente o magistério ou esperam vir a exercê-lo dentre de breve prazo. Mas é importante que o livro seja convenientemente utilizado pelos professores, para que possa vir a atingir integralmente a sua finalidade. Tal finalidade consiste primariamente em ampliar a visão profissional do educador e em multiplicar e aprofundar as apreciações relativas à educação”. (Snedden, 1941,p.11)

A educação estaria, na concepção do autor, numa fase nomeada de **pré-científica**, incapaz de realizar o desejável ajustamento dos indivíduos ao meio social. Aquele momento impunha as suas exigências, e a educação precisaria se adaptar a uma vida de "aeroplanos e rádios". Para Delgado de Carvalho, o maior problema encontrava-se no abismo entre o progresso material de um lado, e o atraso mental de outro. Para ele, este fato poderia se acentuar com graves consequências se a Educação não preparasse as novas gerações para viver de acordo com as exigências sociais de seu tempo. Na opinião do autor, esse abismo já estaria sendo superado na sociedade norte-americana através das relações entre a Sociologia e a Educação:

Nestas condições, a Educação não poderá seguir *guia* mais seguro do que a Sociologia, não uma sociologia sectaria e tendenciosa, como por exemplo, o sociologismo anti-religioso ou a sociologia paternalista-escravagista dos Estados Unidos do Sul, mas uma *Sociologia científica*, imparcial, despida de dogmatismo, de leis, de generalizações precipitadas, mas que limite as suas ambições a *interpretar a experiência humana*, sem pretender invadir campos de estudos especulativos. (Carvalho, 1933, p.18).

Delgado de Carvalho defendia a Sociologia (nem anti-religiosa e nem paternalista-escravagista) como a única ciência capaz de fornecer aos educadores, através das análises e estudos das novas tendências de uma sociedade, a determinação científica e precisa dos objetivos da educação. A clareza destes objetivos seria fundamental para nortear as reformas e mudanças educacionais para um desejável ajustamento dos indivíduos ao meio social.

Uma das principais contribuições da Sociologia à Educação nos Estados Unidos, mencionadas por Delgado de Carvalho, seria a de possibilitar aos educadores um

conhecimento científico do meio social. Para tanto, defendia os inquéritos sociais como importantes ferramentas na formação de professores:

Pouco a pouco vae sendo considerado o conhecimento da comunidade, seus interesses e seus habitos como base para determinar o que devem ser as matérias ensinadas; vão sendo multiplicados os estudos sobre profissões, com detalhadas analyses, as monographias sobre escolas(school surveys), os estudos de grupos de recreio, etc.(Carvalho, 1933,p.21)

Ao apresentar a sua leitura sobre a história da Sociologia Educacional nos Estados Unidos, Delgado de Carvalho destacou os autores Lester Ward e John Dewey como precursores do diálogo entre Sociologia e Educação naquele país.

Antes da Grande Guerra, outros sociólogos educadores emitiram conceitos sobre a missão da nova ciência: Dutton, Scott, King e outros escreveram sobre educação social, levados pelo meio que reclamava cada vez mais diretrizes para um preparo mais prático.

A primeira idéia de adaptar os professores aos novos requisitos levou à criação de cursos de *sciencias sociaes*, nas escolas normais (1895). A Sociologia foi introduzida no ensino normal em todas as escolas de professores de Wisconsin em 1902. Em 1910, estava em quarenta escolas, 1920, estava em mais de cem. O termo "Sociologia Educacional" inventado por Gillete, foi oficialmente confirmado em 1908 pela criação da cadeira deste nome na *Universidade de Columbia*. Hoje, são mais de 250 as cadeiras moldadas sobre esta em toda a República.(Carvalho, 1933,p.19-20)

Esse processo de institucionalização da Sociologia Educacional nas Escolas Normais norte-americanas, no início do século XX, impulsionou, segundo Delgado de Carvalho, a produção de uma abundante literatura nesta área.

O numero de professores que se iam interessando pelas applicações da sociologia à educação crescia rapidamente e animava os autores. Alguns escriptores se collocavam mais sobre o terreno educacional como W.R.Smith, outros sobre o terreno sociologico como F.R.Clow; o primeiro esclarecia o processo educacional pela sociologia, o segundo mostrava a educação como applicação da sociologia.

Foi grande durante este período(1917 a 1928) a actividade de um professor da Universidade de Columbia, David Snedden. Adversario das generalidades filosoficas sobre a materia, atacou de frente os problemas praticos, os objectivos , os programmas e as disciplinas.

Em 1924, publicou C.C. Peters os seus "Fundamentos de Sociologia Educacional". (Carvalho,1933,p.20).

Delgado de Carvalho, ao lado dessas produções literárias no campo da Sociologia Educacional, mencionou outras iniciativas importantes para o desenvolvimento desse campo de estudos nos Estados Unidos. Nesse sentido, o autor destacou a criação em Cleveland(1923), da National Society for the Study of Educational Sociology que produzia estudos monográficos e um jornal de Sociologia Educacional. Além disso, citou as contribuições da Escola de Chicago:

(...) Ao lado destes esforços isolados, em que cada autor apresentava a sua interpretação do ponto de vista sociológico em Educação, desenvolvia-se em Chicago, a metrópole universitária da Sociologia americana, uma interessante *actividade colectiva*. (Carvalho, 1933, p.20)

Delgado de Carvalho utilizou os principais conceitos do campo da Sociologia ou Sociologia Educacional norte-americana para avaliar os desvios ocorridos no campo educacional e pedagógico da educação brasileira e para propor mudanças. Embora tivesse afirmado, logo de saída, que não defendia tese

alguma e que não tinha por objetivo fazer "endoutrinação", seu "ensaio de Sociologia Educacional" para "as escolas de professores dos Institutos de Educação e cursos de formação de professores em escolas normais" é um dos melhores exemplos de divulgação da proposta educacional do grupo dos pioneiros no contexto de transformações ocorridas na economia, na sociedade e na política dos anos 30.

O autor defendeu a concepção de Sociologia Educacional subordinada aos imperativos da ação, voltada para o estudo da realidade educacional norte-americana, com o objetivo de contribuir para o acerto das necessárias reformas do sistema de ensino. Nessa perspectiva, procurou ser o "transmissor" das contribuições da Sociologia Educacional norte-americana, praticada nas primeiras décadas do século XX, que fornecia aos educadores os conhecimentos sobre as necessidades da comunidade e do meio em que atuava e se colocava como ciência auxiliar da educação na sua tarefa de adaptação dos indivíduos às exigências sociais do meio. Segundo Delgado de Carvalho, seria essa a Sociologia Educacional que auxiliaria a reforma educacional brasileira no processo de constituição dos novos indivíduos para um mundo em mudança.

Enquanto ella ainda pairava nos dominios da *discussão philosophica* de seus objetivos, de suas divisões, de suas relações com as demais sciencias, ella inspirava pouca confiança no valor pratico de suas theorias. Hoje, porém, ella já saiu deste *período metaphysico* de sua existencia e entrou no campo das pesquisas e dos *dados quantitativos* e o educador, desejoso de conhecer o meio em que trabalha, já encontra nella o reflexo social deste meio. Não de pode mais pensar em educação sem ser em termo de uma *função social*. (Carvalho, 1933, p.16)

Segundo Delgado de Carvalho, a Sociologia, já desvencilhada de seus aspectos especulativos- filosófico,

colocava-se como auxiliar no estudo, na observação e na melhoria do sistema educacional norte-americano, servindo de modelo para a sociedade brasileira enfrentar seus problemas sociais, econômicos, culturais e educacionais. Particularmente preocupado com o problema do progresso econômico e da sua adequação cultural e política, Delgado de Carvalho defendeu a necessidade de criar novos hábitos e costumes na escola. Este seria o papel da escola, segundo o modelo norte-americano, auxiliando na formação das novas gerações para empreender ações de progresso material e para apoiar as ações políticas de constituição de uma república burguesa democrática. Segundo o autor,

A demora cultural que procuramos caracterizar, no estudo dos valores sociais, de acordo com a expressão de Ogburn (Cultural Lag), este atraso ou hiato entre a civilização material e a cultura mental, esta "decalagem" ou mesmo "dephasagem" no relógio do tempo, como quer que seja a expressão escolhida é um fenómeno que se reproduz também na organização dos currículos de estudos. (Carvalho, 1933, p.290)

Em suas análises acerca dos fins da educação, Delgado de Carvalho sustentava que, na sociedade contemporânea, os objetivos educacionais deveriam ser deslocados para o plano da *eficiência social*, já alcançada e resolvida, em parte, na sociedade norte-americana, e que deveria ser alcançada no Brasil para a promoção do cidadão perfeito requisitado pelo mundo moderno. Os estudos e pesquisas da Sociologia Educacional realizados nos Estados Unidos, deveriam servir de reflexão sobre as práticas sociais e educacionais da educação brasileira. A partir dos estudos da Sociologia e da Psicologia aplicados à educação, nos EUA, concluiu que os ideais deveriam sempre estar relacionados às *atividades* para alcançar a *eficiência social* que promovesse o progresso. Em

sua análise, os principais erros da educação brasileira seriam a promoção do currículo escolar restrito à "cultura livresca" extremamente reduzida (ler, escrever, contar), deixando o restante da educação para ser realizado fora da escola. Esse tipo de educação formal responderia às necessidades de uma sociedade pouco desenvolvida, baseada em pequenas comunidades, cuja vida estaria centralizada na família.

A partir dessas constatações, o autor apresentou uma defesa da "Escola Progressiva" contra a "Escola tradicional", argumentando que a primeira estava a serviço das mudanças para a manutenção do ritmo da evolução e do progresso e a segunda a serviço da sociedade do passado:

Mas a vida não se conserva indefinidamente nas mesmas formas. A evolução traz mudanças: a machina, a fabrica e as invenções modificam profundamente a estructura dos grupos. A industrialização, as facilidades de comunicações e descobertas accentuam o contraste entre as zonas urbanas e as regiões ruraes. A electricidade, o motor de explosão, o cinematographo, e tantas outras transformações da vida material e mental desequilibram profundamente a economia educacional. (Carvalho, 1933, p.290-291)

Não seria preciso, segundo seu ponto de vista, alterar totalmente o currículo tradicional, criando um totalmente novo. Poderiam ser mantidas as mesmas disciplinas, alterando apenas o método e o conteúdo, voltados para a vida prática, ao contrário da Educação tradicional que procura alterar o currículo incluindo sempre novas disciplinas sem relação com as outras e sem alterar o método de ensino:

E os mesmos methodos que serviram a ensinar a ler, escrever e contar, isto é, a licção passada, a memorização, o trabalho individual, a recitação, o exercício no vacuo, são

indistinctamente applicados a estas novas disciplinas. (Carvalho, 1933, p. 291)

O primeiro manual de Sociologia Educacional, para a formação de professores, no Brasil, resume-se à leitura realizada por Delgado de Carvalho, militante do projeto de renovação educacional do grupo dos pioneiros, sobre as contribuições da Sociologia Educacional norte-americana para o campo educacional brasileiro. Assim, para que a educação possibilitasse o ajustamento desejável do indivíduo para a realização eficiente e consciente de suas atividades sociais, seria necessário promover o conhecimento científico das necessidades sociais da realidade brasileira. Na concepção de Delgado de Carvalho, essa seria a contribuição da Sociologia norte-americana: o conhecimento sobre os dados científicos da realidade social possibilitaria a correta determinação dos objetivos educacionais. E, segundo esta perspectiva, a Sociologia Educacional teria por objeto central de estudos a *determinação científica das finalidades da educação*.

Um projeto para a sociedade brasileira

Delgado de Carvalho apresentou o manual em três partes. Na primeira parte, **A Análise social**, discutiu as funções sociais e educacionais dos "grupos humanos" e manifestou suas concepções acerca da sociedade brasileira na qual vivia. Na segunda parte, **Os valores sociais**, procurou destacar, a partir da literatura norte-americana, quais seriam os principais valores sociais que constituiriam a sociedade moderna. E, na terceira parte, **O Processo educativo**, analisou a necessidade de reorganização da educação escolar para o ajustamento do indivíduo ao meio social.

Na primeira parte, **A Análise social**, Delgado e Carvalho pontuou o papel da Educação, da Sociologia e, em particular, da Sociologia Educacional:

"Todo contato humano é educativo" diz com razão W. Robinson Smith, porque a própria organização social é um meio indireto de educação pois a sociedade, procurando controlar os contactos, favorece uns, proíbe outros e estabelece as suas sanções. Sob esse ponto de vista chegamos á definição de Educação como um complexo de influencias que a sociedade faz actuar sobre o individuo para socializal-o. E, nestas condições, a Sociologia Educacional, deixando á Sociologia Geral os estudos de origens, de fórmulas, de evolução de grupos humanos, passa a ser apenas a applicação de princípios sociológicos geraes á organização social em conjuncto sob o prisma educativo. (Carvalho, 1933: 30)

O autor realizou um estudo sobre os diferentes grupos e instituições sociais a partir dos referenciais norte-americanos, procurando identificar os problemas enfrentados por cada um deles e a possibilidade de reorganização da

sociedade brasileira para um novo período de desenvolvimento industrial e urbano. Nesta concepção, caberia à educação escolar fazer reviver, entre alunos e professores, o projeto de reorganização do ambiente social. Caberia aos sociólogos e à disciplina Sociologia Educacional preparar os professores para entender os problemas sociais e para construir experiências sociais inovadoras de reorganização social no interior da escola.

A leitura realizada por Delgado de Carvalho sobre as concepções norte-americanas de reorganização social e o papel estratégico da educação estava ancorada na visão naturalizada e evolucionista da sociedade. Ao analisar os fatores que constituíam a organização social, considerou o elemento geográfico como determinante, ao lado de outros fatores, como os hereditários e culturais:

O solo e o clima determinam em certa região a cultura da canna ou do café. Os grupos se especializam nessas produções e a topographia os localiza. Em outra região, são attrahidos pelos recursos mineraes. Incontestavelmente são os fatores geographics que condicionaram o gênero de vida desses diferentes grupos. (Carvalho, 1933 : 29)

Esse tipo de concepção que naturalizou as relações sociais, dissimulou os elementos históricos que determinaram a implantação da monocultura pelos colonizadores e da sua manutenção, em outros períodos, em determinadas regiões. O autor concebia os grupos sociais como desvinculados das relações sociais mais amplas e da história de sua região, de seu país, em seu continente e em relação com os demais. Nesse quadro, o autor localiza a formação de hábitos e a cultura como elementos determinantes da vida social:

Por fim esta capacidade de formar hábitos de ajustar as condições de vida social aos imperativos geográficos, resultou na cristalização de um certo número de costumes tidos como favoráveis, em padrões, ideais, leis, instituições, estruturas sociais que representam a cultura do grupo e se acham em relação com a densidade desse grupo. Este grau de cultura é medido pela eficiência do homem no seu domínio das forças e dos recursos da natureza. (Carvalho, 1933 : 29)

Neste trecho, o autor apresentou uma chave explicativa para pensar o lugar da educação no processo de reorganização social. Nessa chave explicativa, além do **imperativo geográfico**, há uma noção de herança de hábitos e costumes cristalizados na forma de cultura pelos grupos sociais. A cultura seria um indicador da relação do homem diante dos desafios naturais, podendo ser medida de acordo com sua **eficiência**. Deste modo, ao definir o processo educativo em informal e formal, o autor preocupou-se em compreender o modo pelo qual os grupos sociais educavam os indivíduos e a estabelecer um padrão educativo para cada um desses grupos.

A partir dessa chave explicativa, Delgado de Carvalho analisou os grupos sociais que teriam importância na formação dos indivíduos e que representariam a educação formal e informal, bem como as mudanças que a vida urbana e industrial traria para as suas funções educativas e sociais. Para o autor, a família seria um desses grupos sociais que não estaria realizando corretamente a educação informal, deixando lacunas na formação das crianças e jovens que deveriam ser preenchidas pela escola. Desse modo, a escola, lugar da educação formal, deveria estar bem aparelhada para realizar, não apenas a preparação profissional, mas também a formação moral (antes colocada apenas para a família), através de atividades, como, por exemplo, as recreativas.

Com base em C.C.Peters (*Foundations of Educational Sociology*), Delgado de Carvalho procurou mostrar a necessidade de um trabalho educacional formal e informal, através da cooperação entre família e escola, para que esta união pudesse contribuir na realização do ajustamento dos indivíduos às necessidades de uma sociedade em permanente mudança. As atividades recreativas foram citadas como exemplo desse novo tipo de educação formal no mundo moderno, que deveriam ficar cada vez mais a cargo da escola:

Cabe pois á educação promover a actividade recreativa entre as creanças para que, no decorrer da vida, o individuo esteja em condições de multiplicar as oportunidades de manifestal-a. Nisso ela presta precioso auxilio á comunidade, porque, quando as actividades não são devidamente encaminhadas nas horas de lazer, as necessidades de expansão que ellas traduzem levam os individuos aos actos anti-sociaes dos desocupados. (Carvalho, 1933,p.93)

Delgado de Carvalho, diante da observação de que os progressos materiais estariam aumentando as horas de lazer, defendeu a idéia de que a recreação deveria ser uma atividade organizada e orientada racionalmente pela Escola, para que o indivíduo utilizasse sadiamente de seu tempo livre, promovendo sua satisfação e felicidade e o afastasse das atividades anti-sociais.

De um modo geral, qualquer que seja a sua habilidade profissional, o individuo necessita de uma cultura que o habilite, nos seus momentos de lazer, a empregar intelligentemente as forças psysicas e mantaes de que se acha dotado. Deve estar em condições de exercer actividades humanas que não constituem a sua profissão , mas em que ache satisfação. Um escriptor póde ter prazer, por vezes em ser lenhador. Por isso, deve visar a educação dotar o individuo do maior numero possivel de habilitações, de uma cultura geral, á

qual se dá o nome de cultura desinteressada. (Carvalho, 1933, p.90)

As atividades recreativas seriam experiências sociais para a estimulação da disciplina para a vida escolar e para a vida no trabalho e nos tempos livres, como forma de realização pessoal, sem prejuízo para o bem comum. E, apontou para fato de que até grandes empresas industriais estariam se aparelhando para oferecer aos seus operários jogos e diversões. Nesse sentido, a escola deixaria de ser apenas o lugar de transmissão de cultura, no sentido do conhecimento científico, mas também da re-elaboração das práticas sociais através dos jogos infantis e juvenis.

Na análise que realizou sobre o papel educativo das comunidades, Delgado de Carvalho procurou destacar a importância da instituição escolar. A escola, na condição de representante dos interesses da comunidade, deveria ser reorganizada para atender às exigências do meio social. Logo, o primeiro passo seria o conhecimento da comunidade e as qualidades do indivíduo que ela deseja preparar para atender às suas necessidades.

Ora, para isso, não é suficiente dissertar sobre generalidades e expor bellas theorias sociologicas; é indispensavel recorrer á analyse social, ao inquerito(social survey) das condições economicas, politicas e culturais da comunidade interessada. Os dados recolhidos permitirão assim estabelecer os objectivos educacionaes, os materiaes disponiveis e os methodos a applicar. (Carvalho, 1933, p.107)

Para o autor, a Sociologia poderia, portanto, prestar um enorme serviço à educação. O estudo científico da comunidade e de suas necessidades determinaria quais objetivos poderiam ser realizados através da educação escolar. Estes poderiam

ser classificados a partir dos conhecimentos que o indivíduo deveria ter sobre: a) condições higiênicas e fisiológicas de sua saúde pessoal para contribuir para a saúde da comunidade; b) ler, escrever e contar para que seja um cidadão capaz e cooperativo; c) sua utilidade na família; d) conhecimentos profissionais para ganhar o seu sustento de forma eficiente; e) condições políticas do país, f) conhecimentos culturais para seu lazer; g) formação moral.

Delgado de Carvalho analisou, ainda, a crescente participação do Estado democrático na formação do cidadãos. Com base em W.R.Smith, destacou as principais preocupações do Estado com a educação do povo: o interesse na saúde dos cidadãos, através dos serviços de saúde pública e higiene e no desenvolvimento de programas escolares informativos; o preparo para a vida no trabalho, através do ensino profissional que capacite o indivíduo para seu auto-sustento; a educação social, através da promoção da instrução para todas as camadas sociais; a formação cultural, dotando os indivíduos de interesses culturais refinados para suas horas de lazer e e a preparação para a vida política através do ensino das ciências sociais.

Em consequencia, o Estado educador mantém as suas escolas e, segundo o paiz, á época, o regimen e os partidos no governo, emite as normas que regem em seu territorio o direito de educar e de instruir os seus cidadãos.

Nas democracias modernas, o Estado tende a estabelecer os seguinte principios: a universalidade do ensino e sua obrigatoriedade, a gratuidade da escola até aos 18 annos, a laicidade e a coeducação. (Carvalho, 1933,p.146)

O autor defendeu o controle da educação como poderoso instrumento para o Estado intervir na formação de seus cidadãos para a constituição do *homem novo* para a civilização moderna, mas advertiu para o fato de que a tendência do

monópolio da educação pelo Estado estava muito longe de ser aceita por todos os setores da sociedade no Brasil. A liberdade de ensino e a laicidade constituíam os principais pontos de divergências nas manifestações de opinião por ocasião da elaboração da Constituição de 1934.

Na segunda parte, **Os valores sociais**, Delgado de Carvalho, com base nos estudos de David Snedden, apresentou os nove principais valores sociais que caracterizariam a civilização ocidental daquele período e que ditariam as finalidades do processo educativo: **segurança, justiça, saúde física, bem-estar econômico, conhecimento, estética, religião, solidariedade e etnia.**

A fé das sociedades modernas está baseada num critério de progresso interpretado em termos de bem estar humano. O indivíduo, por conseguinte, tornou-se critério final dos valores sociais: o bem-estar social depende da distribuição dos bens materiais e espirituais ao maior número possível de indivíduos. (Carvalho, 1933, p.229)

Para Delgado de Carvalho, o conhecimento dos valores sociais do mundo contemporâneo seria tarefa da Sociologia Educacional e condição para a definição, pelos sujeitos envolvidos, dos objetivos educacionais que pudessem direcionar a reorganização da escola. Esses valores sociais seriam dados, neste sentido, pelas sociedades mais desenvolvidas e que já tivessem alcançado o bem estar social do "maior número possível de indivíduos".

Na terceira parte do livro, **O Processo Educativo**, o autor afirmou que o objetivo principal da educação seria ajustar o indivíduo ao meio social. A reorganização do aparelho escolar sob bases científicas, a formação do "bom cidadão", visando a *eficiência social* e a defesa da escola

progressiva constituiriam o pano de fundo dos temas analisados.

Para o autor, a Sociologia Educacional ocuparia um papel preponderante neste cenário, pois competiria a ela o estudo científico das finalidades do processo educativo e o processo de ajustamento do indivíduo ao meio social no mundo contemporâneo não seria possível sem a contribuição da escola. Segundo o autor, o seu manual, destinado aos futuros professores, pretendia contribuir para a construção de uma escola em sintonia com as novas exigências sociais: **inteligência prática, cooperação, democracia, higiene, cidadania**. Nessa perspectiva, o autor elegeu os seguintes temas para reflexão e análise: **o currículo, as matérias escolares, a população escolar, a disciplina e as atividades extra-classe**.

Um dos mais importantes serviços que a Sociologia prestou à educação, segundo Delgado de Carvalho, foram os **inquéritos sociais** (*Social Survey*) e os **inquéritos escolares**, pois os primeiros visavam o conhecimento do meio social em que a escola estava inserida, e o segundo, o conhecimento da escola, para diagnosticar seus problemas e melhorar as condições existentes.

O autor cita, como modelo de inquérito, um trabalho organizado em 1914, pelo *Teachers College* do Estado do Kansas, EUA, que desenvolveu pesquisas sobre os seguintes temas: a) Esboço de inquérito social sobre a cidade-história, composição da população, profissões, atividade industrial, vida institucional e outros ; b) A escola e seu aparelhamento- Laboratórios, bibliotecas, salas de aula, ventilação, iluminação, jogos e outros c) Organização e administração- finanças, orçamentos, relações com a comunidade e outros; d) O Corpo docente- critérios de seleção

de professores, aperfeiçoamento do professorado e outros ; e) O Corpo docente- recenseamento escolar, frequência, matrícula e outros ; f)Os planos de estudo e a eficiência do ensino- análises dos programas, métodos pedagógicos, vida social na escola e outros; g)Relações da escola com a comunidade- adaptação do ensino ao meio, cooperação com a família e outros.

Para Delgado de Carvalho, "o inquérito é orientador para o ensino em geral: traduz com exatidão o que está sendo feito e dá um caráter científico ao trabalho escolar"(Carvalho. 1933,p.366). Com base em Robinson W. Smith, destacou a utilidade dos inquéritos escolares para toda a comunidade educativa: professores, diretores e administradores e pais. Como exemplo, citou a utilização de parte do inquérito, realizado pelo *Teachers College* do Estado de Kansas (EUA),pela Superintendência do Ensino Secundário, no Brasil, para o estabelecimento de instruções e normas para a verificação e classificação dos estabelecimentos de ensino no país:

Sobre elas devem se moldar os relatórios apresentados pelos inspetores federais. São completas e claras: estabelecem tabelas para as notas sobre diferentes elementos como instalações sanitárias e iluminação. São levadas em conta seis elementos em cinco classes: *Situação* (local, terraço, áreas- *Edifício* - *Instalações*- *Sala de aula*- *Salas especiais* e *Material didático*. (Carvalho, 1933, p.365)

A partir dos estudos do professor Harry C.Mc. Kowm, da Universidade de Pittsburgh, Delgado de Carvalho dedicou um capítulo do manual à reflexão sobre a importância das atividades extra-classe na formação dos alunos. Para o autor, a preparação do bom cidadão, aquele que deveria estar em condições de preencher o seu lugar na sociedade, não deveria

se limitar às atividades de sala aula. Portanto, a escola apenas realizaria adequadamente a sua função quando chegasse, inclusive, a organizar atividades extra-classe, oferecendo oportunidades aos alunos para a prática de ações sociais que contribuíssem para a formação do "bom cidadão".

(...) o bom cidadão não é mais o que mais sabe; é o que , sabendo melhor, melhor age. O que o indivíduo faz tem mais importância do que ele sabe. Ora, para fazer, e fazer bem, é necessário ter adquirido bons hábitos pela prática. Para isso, o educando precisa ser levado a ter consciência , a se propor idéias e padrões de ação por meio de ocasiões de agir e se manifestar. (Carvalho, 1933,p.412)

As atividades extra-classe seriam, segundo o autor, essas "ocasiões" para a manifestação do saber prático e social dos alunos. A partir do trabalho de H.C.Mc.Kown, *Extra-curricular Activities*, Delgado de Carvalho expõe os principais objetivos das atividades extra-classe: a) preparar o indivíduo a viver numa democracia; b) tornar o indivíduo guia de si mesmo; c) ensinar o valor da cooperação; d) despertar o interesse do educando pela escola; e) despertar no educando os sentimentos de ordem e de legalidade; f) despertar certas qualidades (liderança e iniciativa). A vivência de "ocasiões" fora da sala de aula, dentro ou fora da escola, mas sempre dirigidas por professores, deveria ter como objetivo os princípios da vida democrática: **a autonomia do indivíduo**, a **cooperação**, a **sujeição às normas** e a **liderança**. Esses conhecimentos específicos das práticas e valores sociais da civilização moderna deveriam, na concepção de Delgado de Carvalho, constituir objeto da Sociologia Educacional para a constituição do *homem novo*.

Para o autor, o maior desafio colocado para a educação seria o de colaborar para a obtenção da solução dos problemas sociais do mundo contemporâneo. De acordo com essa concepção, o autor concluiu que a educação brasileira seria responsável pelas "demoras e desacertos do ajustamento satisfatório do indivíduo ao meio social." Logo, o maior problema do Brasil, e mesmo dos países adiantados, era a deficiência do plano educacional, resultado da falta de compreensão dos objetivos.

O primeiro manual de Sociologia Educacional, destinado aos cursos de formação de professores, procurou, seguindo as concepções de Dewey, defender as principais teses da escola progressiva e de sua efetivação no sistema escolar brasileiro. Assim, a educação não visaria simplesmente fazer da criança um futuro adulto, mas uma criança eficiente e dinâmica capacitada para resolver os seus problemas e enfrentar situações novas, ou seja, torná-la um adulto eficiente dotado de certas competências e habilidades e, portanto, em plena sintonia com as competências exigidas pela vida social, naquele determinado contexto histórico.

Nesse sentido, o primeiro manual de Sociologia Educacional, de Delgado de Carvalho apresentou claramente a defesa da reorganização do sistema escolar brasileiro em novas bases, com o olhar voltado para um país economicamente desenvolvido e que apresentava novas experiências educacionais como uma das estratégias na luta pela produção de um homem novo. Os manuais de Sociologia Educacional publicados em seguida (dos anos 30 aos anos 50) tomaram-no como paradigma, ora aceitando, ora rejeitando os seus temas e as suas teses.

CAPÍTULO 4:

Os temas e as teses sobre Sociologia Educacional expressos nos manuais

*Outra educação pela pedra: no Sertão
(de dentro para fora, e pré-didática).
No Sertão a pedra não sabe lecionar,
E se lecionasse, não ensinaria nada;
Lá não se aprende a pedra: lá a pedra,
Uma pedra de nascerença, entranha a alma.
(João Cabral de Melo Neto)*

Introdução

Os manuais didáticos constituem importante fonte de pesquisa no campo da história das disciplinas escolares, porque neles estão depositados os conteúdos a serem desenvolvidos em sala de aula. Além disso, neles estão inscritos os recursos didáticos, ou seja, as formas como estes conteúdos deverão ser ensinados.

Dos diversos componentes de uma disciplina escolar, o primeiro na ordem cronológica, senão na ordem de importância, é a exposição, pelo professor ou pelo manual de um conteúdo de conhecimentos. É esse o componente que chama prioritariamente a atenção, pois é ele que a distingue de todas as modalidades não escolares de aprendizagem, as da família ou da sociedade. Para cada uma das disciplinas, o peso específico desse conteúdo explícito constitui uma variável histórica cujo estudo deve ter um papel privilegiado na história das disciplinas escolares. (...) (Chervel, 1990, p.202)

Nos manuais são difundidos, de maneira sistematizada e simplificada, os saberes selecionados para o ensino, ou seja, o *saber ensinado* propriamente dito. Nesta perspectiva, os manuais, como importante artefato cultural para o estudo da

história das disciplinas escolares, especialmente em relação à realização prática destas disciplinas, possibilitam a visualização do currículo em ação, aquele realmente praticado na sala de aula¹ e suas relações com os guias curriculares. (Cf. Santos, s/d)

A publicação de um número considerável de manuais didáticos de Sociologia Educacional, dos anos 30 aos anos 50, evidenciam que o livro-texto constituiu-se num dos mais importantes instrumentos de trabalho dos primeiros professores desta disciplina. Esta possível utilização do manual didático assegura a sua importância na identificação dos saberes veiculados nos cursos de formação de professores e na maneira como eles eram ensinados. Este capítulo apresenta, portanto, o modo pelo qual os primeiros manuais de Sociologia Educacional imprimiram suas marcas na estruturação dos temas e conteúdos e no processo de escolarização dos saberes da disciplina Sociologia Educacional.

Os manuais didáticos de Sociologia Educacional assinalaram os primeiros esforços de sistematização do conhecimento nesta área e os primeiros vínculos entre a Sociologia e a Educação no Brasil. A partir de uma análise dos manuais, foi possível identificar os temas e conteúdos que alcançaram posição de destaque no ensino desta disciplina, as expectativas dos autores com relação a sua importância na formação profissional dos professores, suas filiações a correntes sociológicas produzidas em outros países e suas concepções acerca das relações entre a educação e a sociedade. Deste modo, os manuais de Sociologia Educacional, especificamente, caracterizaram-se como um dos

¹ Além dos manuais didáticos, outras fontes podem contribuir para o estudo da prática das disciplinas escolares: diários de classe, cadernos de planejamento de aula e relatórios dos professores, cadernos de exercícios de alunos, lembranças de alunos e professores e outros.

lugares privilegiados das práticas de confronto entre diferentes grupos de intelectuais da elite brasileira para conquistar a hegemonia de suas teses políticas e educacionais junto à comunidade escolar, especialmente aos professores.

Os autores dos manuais e os formuladores dos guias curriculares² organizaram as primeiras sistematizações dos conhecimentos no campo da Sociologia da Educação no Brasil como disciplina escolar e com objetivos de conduzir a formação dos professores para projeto social e educacional. Ao definirem, selecionarem e desenvolverem os temas de estudo e dos conteúdos de ensino dessa disciplina, os autores dos manuais mostraram-se fortemente influenciados e ancorados nas teorias sociológicas francesas e norte-americanas. Além disso, ainda discutia-se a necessidade do saber científico, do conhecimento sociológico, que ainda não era totalmente aceito pelos autores ligados aos grupos dos católicos que aceitavam apenas o conhecimento da sociedade amparada por um ensino da moral cristã. Assim, os saberes veiculados nos manuais para fins de ensino não demandavam, no caso da disciplina Sociologia Educacional, de conhecimentos produzidos na área acadêmica e nem eram reelaborados para fins de assimilação na escola, mas principalmente de sistematizações teóricas realizadas a partir da divulgação de obras e autores estrangeiros³.

Com base na análise dos temas do ensino da disciplina Sociologia Educacional nos manuais selecionados, apresentamos

² Os programas oficiais de ensino ou guias curriculares constituem um importante objeto de análise no estudo da história das disciplinas escolares. Através deles se pode acessar o currículo escrito em formas de propostas, ou o chamado currículo formal que prescreve os conteúdos a serem ensinados.

³ Os estudos acerca da histórias das disciplinas tem revelado que as relações entre a história das disciplinas acadêmicas e a história das disciplinas tem variado em função da disciplina em foco(cf. Warde,1998). A disciplina Sociologia da Educação apresenta a peculiaridade de ter se constituído no Brasil, primeiramente, como disciplina escolar.

aqueles que estiveram presentes com maior frequência em suas páginas:

- **Finalidades e caráter social da Educação;**
- **Instituições de natureza educacional (família, Igreja, Estado);**
- **Funções e organização social da Escola.**

Os temas apresentados pelos autores dos manuais expressaram os embates doutrinários entre os grupos dos pioneiros e dos católicos no campo educacional, visando influenciar as novas gerações de professores para os seus projetos de reorganização do sistema escolar: o papel do Estado na educação; as reformas curriculares e a pedagogia escolanovista.

Havia entre esses grupos, pioneiros e católicos, um consenso em torno da importância e do lugar estratégico que a educação escolar poderia ocupar no enfrentamento dos problemas colocados pelas exigências de uma nova ordem marcada pela fábrica e pela cidade. Da mesma forma, esses diferentes grupos acreditavam na importância do professor na concretização eficaz dos projetos que postulavam. A partir da análise dos temas e das teses dos manuais didáticos de Sociologia Educacional (dos anos 30 aos anos 50), dirigidos, especificamente, à escola de formação de professores, reconstituímos os choques doutrinários entre católicos e pioneiros, acerca da reorganização da escola no Brasil e a definição da disciplina Sociologia Educacional nesse processo de transformação.

Esse confronto entre pioneiros e católicos esteve presente nos temas discutidos nos manuais de Sociologia

Educacional do período abordado pela pesquisa (anos 30 aos anos 50), mas assumiram, nessas três décadas, características diferenciadas ao longo do tempo. Em alguns momentos as teses defendidas por esses grupos apareciam de modo claramente diferenciado e, em outros momentos, já com uma assimilação, de ambas as partes, de algumas proposições que antes negavam.

Na década de 30, momento de constituição da disciplina Sociologia Educacional nos cursos de formação de professores, o primeiro manual, de Delgado de Carvalho, apresentou, claramente, as teses dos escolanovistas, com todos os preceitos da educação liberal-burguesa, e teve, como reação, a publicação de um manual que representou as teses dos católicos, escrito pela Madre Francisca Peeters. Esse manual expressou a opinião de um dos setores mais conservadores da Igreja Católica, rejeitando a inclusão da disciplina Sociologia e Sociologia Educacional no currículo dos cursos Normais e apresentando as discordâncias das teses da Escola Nova e os dogmas presentes na educação católica.

Ainda nesse período inicial, verificamos que, mesmo entre os pioneiros, as teses escolanovistas eram encaradas de modo diferenciado, o que vem a caracterizar Delgado de Carvalho como um dos representantes das concepções norte-americanas de reorganização social da escola e, por outro lado, Archêro Junior e Fernando de Azevedo, como representantes das teses que assimilaram as críticas de vários setores dos católicos, ancorados na sociologia durkheimiana.

Nas décadas seguintes, os autores ligados ao grupo dos católicos realizaram uma adaptação das teses escolanovistas para a concepção dos católicos. Theobaldo Miranda Santos e Amaral Fontoura, nos anos 40 e 50, apresentaram uma leitura das contribuições de Dewey à educação brasileira no sentido

de retirar-lhe apenas as atividades a serem desenvolvidas na escola, tornando o ensino mais interessante e incentivando a participação dos alunos na vida escolar e da comunidade. Do lado dos autores pioneiros, nesse período, encontramos apenas a publicação de um novo manual que representava as teses escolanovistas, escrito por Delgado de Carvalho, mas que não apresentou nenhum tipo de mudança significativa em seus conteúdos. Os manuais publicados por Arhêro Junior e por Fernando de Azevedo continuaram a ser reeditados ultrapassando o período pesquisado, mas também não apresentaram alterações.

Nesse período, apenas o manual escrito por Geraldo Brandão diferenciou-se dos demais, procurando estabelecer uma interlocução com a Sociologia Educacional acadêmica, marcando um período de transição em que os confrontos entre católicos e pioneiros realizavam negociações de suas teses e já havia uma produção inicial de autores brasileiros no campo da Sociologia Educacional. Mesmo assim, os mesmos temas foram discutidos pelo autor, diferenciando-se apenas nas teses que continham a contribuição de produções acadêmicas brasileiras.⁴

Os autores renovadores da literatura educacional utilizaram-se, nos temas apresentados, um conjunto de conceitos da Sociologia norte-americana como base para a discussão do conhecimento e das soluções dos problemas educacionais brasileiros: **ajustamento, eficiência social, adaptação, reconstrução da experiência, conhecimento da comunidade e inquéritos sociais e escolares.** No segundo período, nos anos 40 e 50, os autores do grupo dos católicos,

⁴ Geraldo Brandão utilizou a pesquisa de Antonio Cândido *A estrutura da escola*, publicado em 1953, como um de seus referenciais de análise da escola. O texto apresentado em forma de apostila se constituía de resumos de parte do curso de Sociologia Educacional que Antonio Cândido dava na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

Theobaldo Miranda Santos e Amaral Fontoura, também apropriaram-se desse conjunto de conceitos para criar "Educação Renovada", em resposta à "Escola Nova".

A partir dessa tematização, apresentamos, a seguir, a síntese das principais **definições conceituais**, das **referências teóricas** e das **teses** defendidas por cada um dos autores.

Finalidades e caráter social da Educação

Nas análises que realizaram acerca das finalidades da educação e de suas relações com a sociedade, os autores dos manuais de Sociologia Educacional revelaram o modo como o pensamento educacional brasileiro, nas primeiras décadas do século XX, privilegiava a discussão da educação no campo escolar. Nas reflexões que fizeram acerca das discussões em torno das definições e dos objetivos da educação, foi possível verificar a primazia da educação escolar entre os autores identificados com o grupo dos pioneiros da Educação Nova.

A escola tem responsabilidade social na sua ação de ministrar uma educação direta, formal, sistematizada. Pouco a pouco, (a nossa observação tem notado) a Escola vai recebendo dos diferentes grupos sociais a missão de substituí-los na "reconstrução e reorganização da experiência", como quer Dewey". (Archêro Junior, 1936, p.39-40)

A afirmação de Archêro Junior revela o modo pelo qual a educação escolar e o campo pedagógico se converteram em temas privilegiados nos debates em torno das relações entre a educação e sociedade. A educação escolar teria que selecionar as principais experiências sociais e sistematizá-las, como

educação formal, para atender à "missão" atribuída pelos diferentes grupos sociais.

Na concepção da maioria dos autores analisados, a educação ocuparia posição destacada para a solução dos problemas sociais que afetavam a sociedade brasileira no período⁵. Os autores filiados ao grupo do renovadores, que produziram a maioria dos manuais da década de 30, acreditavam na urgente necessidade de uma ampla reforma do sistema educacional brasileiro com a constituição da escola pública e a remodelação radical da escola no sentido da formação do *homem novo* ajustado às exigências da modernidade burguesa e capitalista.

Todos os autores analisados procuraram, nos seus manuais, definir o conceito de educação e a sua função social. Para tanto, apoiaram-se nas definições formuladas, principalmente, por autores estrangeiros, seja para tomá-los como aportes teóricos, seja para refutá-los. Os mais citados foram John Dewey, Kilpatrick e Émile Durkheim.

No manual ***Sociologia Educacional (1933)***, Delgado de Carvalho apresentou as definições de diferentes autores acerca do conceito de educação:

Para Dewey, a educação é o processo contínuo de reconstrução da experiência, destinado a dotar a vida do indivíduo de um conteúdo sempre mais rico e mais largo, e dar a este indivíduo um poder de controle sempre maior sobre o próprio processo educativo.

Interpretando um pensamento análogo, W.C. Bagley define a educação como um processo pelo qual o indivíduo adquire experiência que lhe tornará mais eficiente a ação futura.

Para Thorndike, a educação é ao mesmo tempo ciência e arte. Como ciência, ela se acha interessada na descoberta de ajustamentos

⁵ A concepção da que a educação ocupava a primazia nos planos de reconstrução nacional já estava delineada claramente no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932.

satisfatórios do indivíduo ao meio: como arte, ela formula os processos de mudanças necessárias a semelhantes ajustamentos, na própria natureza humana. (Carvalho, 1933, p.13)

Nas definições acima, com as quais Delgado de Carvalho concordava, é possível observar uma variedade de objetivos educacionais, que se complementavam, e que apontavam para a necessidade de ajustamento dos indivíduos a novos comportamentos em razão das exigências das novas condições sociais. Estas definições apresentavam termos empregados na Sociologia Educacional norte-americana que iriam tornar-se freqüentes na literatura educacional brasileira: **ajustamento, eficiência, adaptação, experiência, reconstrução da experiência.**

Delgado de Carvalho procurou definir educação como um ajustamento para a vida presente e imediatamente futura, para uma vida em permanente mudança. A educação deveria dotar as crianças de qualidades físicas, intelectuais, profissionais, culturais e morais para resolverem não somente os problemas que a vida lhes colocava no presente, mas para enfrentarem os problemas que lhes seriam colocados pela vida imediatamente futura. Educar seria, portanto, organizar experiências para as crianças aprenderem a pensar e estar em condições de desenvolverem-se com autonomia e com espírito de cooperação, se adaptando de forma eficiente às novas necessidades sociais.

Para que a educação cumprisse adequadamente com o seu papel de preparação dos indivíduos para a vida social dinâmica, Delgado de Carvalho defendia a necessidade de que os planos educacionais fossem formulados a partir de uma clara compreensão da sociedade brasileira, de suas aspirações e ideais, "(...) independentemente de todos os interesses

particulares, de conveniências pessoais, dos ódios de raças e de classes, dos predomínios econômicos e políticos". (Carvalho, 1933, p.18). Assim, o necessário e adequado ajustamento dos indivíduos às novas tendências sociais decorreria de uma análise científica do meio social, que somente a Sociologia Educacional poderia fornecer à educação:

O estudo das condições sociais em que o indivíduo é chamado a organizar e reconstruir a sua experiência, isto é, dos meios aos quais ele terá de se adaptar e nos quais ele terá de agir, recorrendo aos processos mais adequados a tornar este ajustamento e esta atuação mais favoráveis ao bem estar do próprio grupo e do grupo a que pertence. (Carvalho, 1933, p.15)

Archêro Junior, em ***Lições de Sociologia Educacional (1936)***, apresentou as definições de Educação de Durkheim, Dewey e Kilpatrick e do educador chileno Henrique Molina. Destacou, de forma resumida, as principais teses de Durkheim presentes no livro *Educação e Sociologia* e as idéias Dewey a partir de comentários de Anísio Teixeira em *Democracia e Sociedade*. De Kilpatrick, teceu comentários sobre o livro *Educação para uma civilização em mudança*⁶. E, de Henrique Molina⁷, Archêro Junior, destacou uma passagem que reforçava as definições de educação formulada pelos autores norte-americanos.

Archêro Junior apresentou, resumidamente, a concepção de Educação formulada por Durkheim, sobretudo em relação ao caráter socializador da educação e suas funções homogeneizadora e diferenciadora. No entanto, Archêro

⁶ O livro *Educação para uma civilização em mudança* de Kilpatrick teve enorme repercussão no Brasil, tornando-se um dos textos mais citados na literatura educacional brasileira do período. Um dos temas prescrito para ensino no Programa Oficial de Sociologia Educacional do Estado de São Paulo, de 1935, era *educação para uma civilização em mudança*.

⁷ Archêro Junior refere-se a este autor como "grande educador chileno", mas não faz nenhuma indicação de textos do autor.

Junior utilizou-se dos conceitos das teorias sociais e educacionais norte-americanas para realizar suas análises acerca dos problemas educacionais brasileiros:

Para Dewey não é bastante a proximidade física para constituir uma sociedade e nem basta identidade de fim. Tem-no as peças de uma máquina e nem por isso são sociedade. Sociedade pressupõe uma consciência comum desse fim, uma participação inteligente na atividade coletiva, uma compreensão comum. Ora, essa compreensão não se consegue sem comunicação, sem informação. Nesse caso, comunicação vem a ser educação.

(...)William Heard Kilpatrick, professor de Filosofia da Educação, no Teachers College, Columbia University, afirma que o objetivo da educação é continuar a enriquecer o processo da vida por pensamentos e ações melhores. A educação assim, está na vida e para a vida.

(...)Henrique Molina, grande educador e pedagogo chileno, estudando os ideais dos tempos atuais, sintetiza o objetivo da educação contemporânea da seguinte forma: "A finalidade principal da educação é desenvolver a eficiência social dos indivíduos. A eficiência apresenta duas grandes fases: econômica e espiritual.(...). (Archêro Junior, 1936, p.37)

Dentre os conceitos discutidos por Archêro Junior, encontram-se os de **eficiência Social, ajustamento estático, ajustamento dinâmico, consciência da comunidade**, evidenciando a forte influência da literatura educacional e sociológica norte-americana em suas análises sobre Sociologia Educacional. Ao expor as definições de educação de filósofos como Kant, Spencer e Mill, utilizou-se da concepção durkheimiana de educação para rebatê-las, acusando-os de postularem uma educação ideal, que representaria o desenvolvimento de certos atributos constitutivos da *essência humana*. Para Archêro Junior, a determinação dos fins da educação encontrava-se nas necessidades vitais da comunidade:

Assim sendo, o educador que é o agente especializado na educação, aquele que exerce uma ação direta sobre a criança, deve conhecer a comunidade onde vai desempenhar a sua função social como conhece o próprio aluno. É o que Jesse Jones, grande educador e sociólogo norte-americano denomina consciência da comunidade. (Archêro Junior, 1936, p.38)

A **consciência da comunidade**, ou seja, o conhecimento da comunidade pelo educador, segundo Archêro Junior, deveria ser o alicerce para que se executassem ações no campo educacional. Um dos maiores problemas educacionais brasileiros, na visão do autor, era justamente a ausência entre os nossos professores, da *consciência da comunidade*:

Desse conhecimento depende a adaptação do indivíduo ao meio. É um dos objetivos da educação atual a adaptação do indivíduo ao meio social. Essa adaptação consiste, segundo A.Inglis, em ajustar o indivíduo a uma organização em evolução. Certos elementos podem ser considerados como *permanentes*, outros porém, estão em *perpetua mudança*. O ajustamento *estático* é, pois, insuficiente. É preciso o ajustamento dinâmico que 'desenvolve no indivíduo capacidade para reajustamentos sucessivos, individuais e coletivos'. (Archêro Junior, 1936, p.39)

O autor defende a tese de que a Sociologia Educacional contribuiria para a formação científica e para a competência dos professores, auxiliando-os na constituição de soluções dos problemas educacionais, tomando, como referência, as reformas implantadas no Estado de São Paulo.

Infelizmente o estudo da sociologia educacional não foi introduzido em todos os Estados da nossa terra. Daqui apelamos para aqueles que estão encarregados da administração

educacional nos diferentes Estados do Brasil, para que seja, em suas reformas do ensino normal, acrescentada à cadeira de Sociologia educacional nas escolas encarregadas de preparação de mestres e educadores.

Só assim aumentaremos o exército daqueles que estarão habilitados a resolver os inúmeros e complexos problemas da educação. (Carvalho, 1936, p.43)

Com base em Kilpatrick, Archêro Júnior observou que a velocidade das mudanças exigiam transformações na educação, de acordo com as seguintes tendências do mundo moderno: a industrialização, a democracia e uma nova atitude mental diante da vida. A educação deveria seguir as tendências que caracterizariam aquele momento: o desenvolvimento da ciência e o pensamento baseado na experimentação.

Ninguém duvida que a vida atual é de tal modo complexa e tão complexa a mudança que a dificuldade está em se saber em que sentido, em que direção as transformações se processam. Ora, a necessidade de se conhecer a direção das transformações é evidente, porque a educação tem de corresponder à necessidade de adaptar integralmente as novas gerações às condições sempre novas de um mundo que se transforma constantemente. É preciso que o reformador tenha uma noção exata da direção das transformações do grupo social. Daí a importância do estudo de sociologia para conhecermos a realidade social e interpretarmos objetivamente o fenômeno da educação. (Archêro Junior, 1936, p.229)

Para o autor, a educação deveria preparar o indivíduo para um mundo em constante mudança e um ajustamento dinâmico dos indivíduos ao meio. E defendia que as reformas educacionais somente conseguiriam obter êxito nesta missão se tomasse como apoio as contribuições dos conhecimentos sobre a

realidade social e educacional proporcionados pela Sociologia.

Segundo Archêro Junior, caberia aos professores formados nas Escolas Normais uma enorme responsabilidade na solução dos problemas educacionais brasileiros e, portanto, a implementação da disciplina Sociologia Educacional no currículo nos cursos de formação profissional seria fundamental para a elevar a cultura geral e pedagógica dos futuros professores primários, como *os soldados mais bem preparados do exército dos reformadores*. A Sociologia Educacional deveria contribuir para um conhecimento do meio social onde atuava o professor e para uma ação de acordo com as necessidades da comunidade e das propostas da Escola Progressiva.

Francisca Peeters, no manual ***Noções de Sociologia (1936)***, estabeleceu um diálogo crítico com as definições de educação de Durkheim e Dewey. Segundo a autora, não se poderia negar a natureza social do fenômeno da educação, e por isso concordou com a definição de Durkheim da educação como "a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que ainda não de encontram preparadas para a vida social" e com a relação estabelecida por Dewey entre sociedade e educação: "a vida social se perpetua através da educação."

Concordamos enfim com todos os sociólogos quando reconhecem esta verdade elementar que ao entrar na vida, a criança, o mais desamparado dos seres, deve encontrar quem a dirija e que os seus educadores pertencem normalmente a sociedade em que ela está destinada a viver. (Peeters, 1938, p.220)

Peeters, no entanto, apresentou suas discordâncias de Durkheim quando afirma que o fim da educação seria o

desenvolvimento, na criança, de determinados comportamentos reclamados pela sociedade e pelos meios particulares a que a criança se destine, ou seja, de que os fins da educação estavam inscritos na própria ordenação social. A autora advertiu para o perigo reducionista dessa afirmação, pois não levava em conta que o indivíduo possui um fim, ou, segundo ela, uma **essência** que supera toda e qualquer sociedade.

Para Peeters, seria preciso distinguir, no trabalho educativo, o que seria essencial e variável a todos os povos e sociedades, segundo a cultura de cada realidade particular. A influência da sociedade sobre os fins da educação reduziria-se a estas variações:

A educação deve à sociedade, ou antes ao conjunto dos indivíduos que compõem a sociedade, o cunho característico próprio de cada época e de cada grupo: a sociedade medieval era mais guerreira e robusta, formou cavaleiros ciosos de coragem e muito pouco do saber. A Renascença viu o surto das Humanidades clássicas; o século de Luiz XIV foi o século da elegância e da extrema polidez; nossa época cultiva de preferência as ciências físicas e naturais, e dá a educação física o lugar que sabemos. Os exemplos de diversidade educativa segundo os tempos poderiam ser multiplicados (Peeters, 1938, p.221).

Para Peeters, esta seria, entretanto, a cota da ação da sociedade sobre os fins da educação. Existe um terreno em que a sociedade não teria influência sobre o homem: a moral, que não evoluiria com as sociedades, mas viria de Deus, acima da história e imutável em sua essência.

No capítulo "*civilização em mudança*", Peeters, numa clara alusão à Kilpatrick, criticou a concepção de que a função da educação escolar seria a de preparar as novas gerações para uma "*civilização em mudança*".

(...) A melhor maneira de se adaptar ao tempo presente é a formação do homem de sempre.

Uma inteligência solidamente formada não estará diante de opiniões em voga, como um barco sem vela e sem remos no meio do oceano. Convicções firmes e consciência reta valem por mil técnicas, ao passo que as melhores técnicas sem consciência profissional, redundarão em estrondoso fracasso.

(...) O que procede não significa que sejamos partidários duma educação "estática", rotineira, arcaica. Muito ao contrário. Os que se agarram aos princípios eternos estão à vontade na questão da adaptação aos tempos e aos lugares. (Peeters, 1938, p. 261).

A autora criticou a concepção de educação apenas como adaptação ao meio, afirmando que assim estaria entregando as crianças aos modismos e às correntes do momento, e negando-lhes uma formação sólida que lhes possibilitaria o enfrentamento seguro das mudanças futuras.

Peeters, que considerava desnecessário num manual destinado à "mocidade" indicações bibliográficas e inclusão de pesquisas sociais, apresentou as encíclicas de Leão XIII e Pio XI, os trabalhos de H. du Passage e Fr. de Hovre e, entre os autores brasileiros, Leonel França e Tristão de Ataíde (Alceu Amoroso Lima) como principais referências para a defesa de suas teses.

As reflexões realizadas por **Fernando de Azevedo**, em ***Sociologia Educacional* (1940)**, para a definição da educação e suas relações com a sociedade, apoiaram-se nas concepções de Durkheim expressas nos livros *Educação e Sociologia*, nas análises de de C. Bouglé, de A. Povina e de John Dewey.

Azevedo concebia a educação como *processo de transmissão* da cultura de uma geração a outra, garantindo a perpetuação e desenvolvimento da sociedade e realizando **a unidade, a continuidade e a evolução sociais**. Numa explícita adesão às idéias de Durkheim, Azevedo afirmou que a unidade social

seria alcançada através das funções homogeneizadora e diferenciadora da educação:

(...) num processo de assimilação à sociedade geral, no seu conjunto, e às sociedades secundárias ou especiais (grupos profissionais, classes) que se formam, no interior das sociedades, pela lei da divisão do trabalho. As sociedades procuram assim diversificar as pessoas, partindo de um esforço de uniformizá-las. (Azevedo, 1964, p.73)

A educação, através dos processos formais e informais, constituiria o veículo através do qual se realizaria a transmissão das tradições e dos conhecimentos acumulados, garantindo à sociedade a sua continuidade e evolução.

Azevedo, por outro lado, apoiava-se em Dewey para afirmar que o processo de transmissão cultural das gerações adultas às gerações jovens, não se realizaria de forma mecânica, mas através de reações, resistências e conflitos por parte das gerações jovens:

(...) As formas de experiência social "transmitidas" por uma geração que é depositária do patrimônio material e espiritual do grupo, não são recebidas tais e quais, mas "reconstruídas" pela geração que as modifica, para integrá-las num patrimônio, lenta mas constantemente renovado através de gerações (Azevedo, 1964, p.76).

Azevedo entendia, portanto, que as gerações jovens não receberiam passivamente os valores sociais transmitidos pelas gerações adultas, entendidas por Durkheim como as já integradas na vida social. Nessa relação educativa ocorreriam, além da transmissão, um processo de renovação cultural, realizando a aproximação de Dewey a Durkheim⁸.

⁸ No artigo *Fernando de Azevedo e a Sociologia Educacional*, publicado no livro *Educação e Sociedade no Brasil*, Florestan Fernandes analisou as apropriações que Fernando de Azevedo realizou dos conceitos de Dewey e de Durkheim para definir Educação. Segundo Fernandes, o filósofo norte-americano também

(...) Não há, portanto, quando Durkheim fala em "transmissão" e Dewey em "reconstrução" da experiência sociais, dois conceitos opostos ou irreduzíveis: transmissão e reconstrução são dois tempos ou dois aspectos do mesmo fenômeno de educação que se processa entre duas gerações, uma das quais a dos adultos, exerce uma ação para "transmitir" as formas de experiência social, e a outra, a dos jovens, reage por sua plasticidade, ao recebê-las, modificando-as e reconstruindo-as. (Azevedo, 1964, p.76)

Na mesma direção de Fernando de Azevedo, **Theobaldo Miranda Santos** em ***Noções de Sociologia Educacional* (1947)**, definiu educação a partir das contribuições de Émile Durkheim e de John Dewey. Para Santos, educação seria a integração das gerações novas ao meio social, a partir da assimilação da herança social transmitida pelas gerações adultas. Esta transmissão cultural de uma geração a outra se daria quer pelos processos informais de educação (ação difusa e assistemática do meio), quer pelos processos formais (ação organizada e sistemática da escola).

E, nesse caso, pode ser definida como uma "transmissão" (Durkheim) ou como uma "reconstrução" (Dewey) da experiência social. Ou ambas as coisas. Pois se as gerações adultas transmitem a gerações imaturas reconstroem ou renovam esse mesma herança. Daí o ponto de vista de Bagley de que a educação consiste numa adaptação recíproca entre as normas da herança social e as disposições e ideais das novas gerações. (Santos, 1947, p.38)

É possível verificar, na análise de Santos, o mesmo esquema formulado por Azevedo: a transmissão das tradições pelas gerações adultas e a reconstrução desta herança social

exerceu enorme influência sobre Azevedo, principalmente em relação às questões em torno do processo "reconstrução das experiências na aquisição dos conhecimentos".

pelas gerações jovens, os dois polos do processo de educação. Santos havia copiado o esquema de Azevedo de apropriação dos conceitos de educação de Durkheim, de *transmissão da cultura* e Dewey, de *reconstrução das experiências* na aquisição dos conhecimentos.

Santos, entretanto, ao abordar as relações entre educação e progresso defendeu a educação como veículo de propagação da **tradição**, da **continuidade** e da **conservação**. Para o autor, era importante ressaltar o peso da tradição num momento em que a educação estava sendo ameaçada por concepções que propunham a destruição da cultura tradicional. Nesse sentido, Santos estabeleceu um diálogo crítico com autores representantes das teorias norte-americanas:

Esse espírito relativista e revolucionário se manifesta em várias concepções pedagógicas da atualidade. Haja vista a concepção da "education for chancing civilization" de Kilpatrick ou da "education for tomorrow" de Weeks. É o ponto de vista do mobilismo pedagógico que sente a necessidade de dar uma direção e um ideal à educação, mas recusando os valores permanente e substanciais cai na apologia dos valores relativos e mutáveis da existência. (Santos, 1947,p.119)

Para o autor, a exaltação do valor educativo da tradição não significava a negação do progresso, mas sim da idéia de **revolução**, pois a educação exigiria desenvolvimento lento, pacífico e seguro para um progresso paulatino, diferentemente das transformações radicais e violentas causadas por uma revolução.

A definição de educação formulada por **Amaral Fontoura, Sociologia Educacional (1951)**, seguiu na mesma direção das definições apresentadas por Fernando de Azevedo e Theobaldo Miranda Santos centradas no esquema "transmissão" e

"reconstrução". Para Fontoura, a educação seria o processo através do qual as gerações adultas transmitiriam às gerações jovens a cultura e as conquistas dos antepassados, propiciando a continuidade da vida social:

Mas, além disso, a educação é um processo de reconstrução da experiência social. Isso significa que o indivíduo não se limita a receber, preparada e pronta, a herança social transmitida por seus antecessores: ele a reconstrói, recomeça-a abreviadamente. Não assimilamos passivamente a cultura anterior, mas a reorganizamos, pômo-la à prova. (Fontoura, 1951, p.110)

Para Fontoura, seria esta capacidade do homem de reconstruir a experiência social que ocasionaria o progresso. Se a recepção da tradição das gerações mais velhas fosse realizada passivamente pelas gerações mais novas, não haveria o progresso e se retornaria à vida nas mesmas condições dos primeiros homens. Para o autor, portanto, a educação seria, ao mesmo tempo, produto da ação de uma geração e reação de outra. No entanto, advertia para a necessidade do equilíbrio entre a *tradição* e a *renovação*. A renovação seria indispensável, mas a partir da tradição que representaria o acervo cultural da humanidade. Para o autor, existem valores imutáveis como "a verdade, o bem, e a virtude":

O justo princípio em Educação, como em tudo na vida, é o meio termo, o equilíbrio: aproveitar o que há de bom no novo, sem desprezar que há de bom no antigo. Sigamos o conselho de SÃO PAULO: examinai tudo, conservai o que é bom. (Fontoura, 1951, p.116).

Fontoura, a partir do livro *Democracia e Educação* de John Dewey, enumerou oito aspectos do processo social da educação apresentados pelo autor norte-americano, para

afirmar a concepção de educação "como processo de reconstrução da experiência social". Como representante do grupo dos católicos, o autor defendeu os aspectos da participação do aluno para a transformação da escola tradicional em uma "escola ativa" que, segundo ele, procuraria desenvolver a prática social e a iniciativa dos alunos:

Para que o aluno possa reconstruir a experiência social, é preciso que ele seja levado constantemente a agir, a pensar, a solucionar problemas. É indispensável que o professor não lhe transmita "pratos feitos", somas de conhecimentos já prontos, que o aluno precisa apenas decorar. Mas, ao contrário, deve o professor propor problemas, sugerir caminhos, oferecer soluções várias, e deixar que o aluno descubra por si a solução certa, o melhor caminho, a verdade. (Fontoura, 1951, p.118)

Para Fontoura, a escola ativa proporcionaria alegria aos alunos, na medida que participassem do processo de produção do conhecimento, tal como cientistas. Estes princípios pedagógicos seriam os aspectos positivos das teorias educacionais de John Dewey. E, na condição de representante do pensamento católico, procurou justificar para os leitores, numa nota de rodapé, as razões que o levaram a realizar algumas apropriações do pensamento educacional de Dewey:

Entenda-nos a respeito de JOHN DEWEY: sua filosofia é falha e unilateral. É utilitarista. É agnóstico. Sua Sociologia é cheia de exageros e extremismos. Mas, feitas tais restrições e protestos contra Dewey, ingáavelmente ele é um dos grandes vultos da Educação moderna, tendo formulado muita coisa que pode ser subscrita pelos educadores cristãos. (Fontoura, 1951, p.111)

A partir dessas considerações, é possível concluir que Amaral Fontoura foi um exemplo do modo pelo qual setores ligados aos católicos se apropriaram de algumas atividades pedagógicas ou educacionais de Dewey, mas desenvolvendo-as numa outra direção, conhecida como escola ativa dos católicos, ou "escola renovada": nem tradicional, nem progressiva. Diferencia-se de Peeters que não aceita nenhum tipo de contribuição das proposições dos leigos para a educação católica, mas não pertence ao grupo dos renovadores, pois apresenta uma outra leitura dos referenciais teóricos da Sociologia Educacional da Escola Nova. Amaral Fontoura apresentou uma proposta de Sociologia Educacional e uma defesa de teses mais próxima de Theobaldo Miranda, também representante do grupo dos católicos, que realizou a apropriação de algumas técnicas e atividades da escola progressiva para a renovação da escola tradicional católica.

Geraldo Brandão, em *Sociologia da Educação (1956)*, expôs as definições de educação de vários autores, no sentido de demarcar em que momento o conceito de educação passou a penetrar definitivamente no campo sociológico. O caráter social do fenômeno da educação tornou-se evidente, segundo o autor, a partir das conceituações de Émile Durkheim e de John Dewey.

Na mesma direção da análise de Fernando de Azevedo referente às funções da educação, Brandão definiu educação como o meio pelo qual a sociedade sobrevive e se desenvolve através da conservação da unidade social, da continuidade e da evolução.

A educação então, transmitindo o complexo cultural, está promovendo a acumulação da cultura e a perpetuação dos grupos. Entretanto, esse perpetuação não deve ser entendida num sentido

estático. A cultura é estigmatizada pela marca própria que lhe dá cada geração, recebendo contribuições sucessivas. A educação vai selecionando e registrando esses acréscimos. No processo de transmissão da cultura de geração à geração, estão os próprios germens de contradição da mesma que lhe acarretarão mudanças e reformas. (Brandão, 1956, p.21).

Brandão entendia que o processo de transmissão da cultura capaz de promover a continuidade social não se realizaria sem reação. Cada geração, a partir da aquisição e assimilação das tradições promoveria uma espécie de renovação cultural.

Instituições de natureza educacional

Um dos temas mais freqüentes nos manuais de Sociologia Educacional do período analisado foi o que se referia às funções educativas de diferentes grupos sociais e de suas relações. As análises sobre o papel da família, da Igreja e do Estado no campo educacional, foram marcadas por posicionamentos conflitantes entre alguns autores, que procuraram, através desses impressos destinados às Escolas Normais, defender posições e intervir nos debates e projetos de reformas educacionais que ocorriam no Brasil.

Nos manuais, foi possível identificar, com clareza, os embates entre diferentes autores que estabeleceram uma interlocução permanente. Neles verificou-se a luta entre pioneiros e católicos que procuraram influenciar a formação dos professores para os seus projetos educacionais e sociais.

Diante do tema instituições de natureza educacional, cada um dos manuais apresentou um pano de fundo muito bem delineado e com interlocutores políticos claramente definidos. Na abordagem desta temática, os autores expressaram posições mais claras acerca das suas concepções de sociedade e de educação e indicaram as matrizes ideológicas a que estavam filiados. Os temas mais polêmicos foram os referentes ao monopólio e liberdade de ensino, a laicidade, a escola única e a coeducação.

Pioneiros: o Estado educador

Os representantes do grupo dos pioneiros, Delgado de Carvalho, Archêro Junior e Fernando de Azevedo, apresentaram posições convergentes sobre as instituições de natureza educacional. Defenderam a pedagogia escolanovista associada a uma ampla reforma estrutural da escola e do sistema escolar a partir da ação do Estado educador. O Estado, em matéria de educação, deveria adotar os princípios da universalidade, da gratuidade e da laicidade do ensino, segundo as posições apresentadas por esses autores.

Delgado de Carvalho apresentou o posicionamento mais claro diante do papel do Estado em face da educação. Para o autor, como vimos no capítulo anterior, o papel do Estado seria decisivo na conformação dos indivíduos a uma nova ordem social, através da constituição de um novo sujeito social. Assim, o controle da educação pelo Estado tornava-se poderoso instrumento para que ele dirigisse a formação de seus cidadãos, constituindo o tipo de indivíduo que lhe convinha: saudável, com autonomia, alfabetizado, com bom nível cultural, com espírito de cooperação e participante da vida política do país.

As análises realizadas por Archêro Junior sobre as funções educacionais da família e do Estado na sociedade moderna seguiram basicamente os posicionamentos de Delgado de Carvalho acerca destes mesmos temas analisados no capítulo anterior. Para Archêro Junior, a família era o local privilegiado da educação das crianças e com base em Alvin Good, *Sociology and Education*, apontou o papel da família na educação moral, religiosa, intelectual, profissional e política dos filhos. Ao mesmo tempo, procurou mostrar de que forma a sociedade moderna vinha impondo modificações na

estrutura familiar que a impediam de realizar sozinha o ideal de homem reclamado pela sociedade. Nesta perspectiva, defendia a cooperação entre a família e a escola e da mesma forma que Delgado de Carvalho enumerou os pontos desejáveis dessa colaboração a partir do livro *Foundations of Educacional Sociology* de C.C.Peeters: reuniões periódicas de pais e professores, realização de atividades conjuntas, comunicações freqüentes aos pais sobre vida escolar dos filhos e visitas constantes dos pais à escola e dos professores à famílias.

Archêro Junior destacou, como Delgado de Carvalho, a necessidade de se educar os pais para que pudessem desenvolver, de forma eficiente, o trabalho educativo que lhes caberia citando a "Escola de Pais" fundada em 1930, em Paris, que visava munir os pais dos métodos mais eficazes na preparação dos jovens para sua sua missão futura.

Esta preocupação de Archêro Junior com relação a "educação dos pais" pode ser verificada num trecho em que discutia a responsabilidade dos professores pelas dificuldades de colaboração entre a família e a escola. Archêro citou uma pesquisa, realizada numa escola do interior do Estado de São Paulo, em que os professores deveriam responder a um questionário:

Entre a diversas perguntas que fazíamos, estava a seguinte: " Tem convidado a família de seus alunos a assistir a reuniões escolares, afim de incentivar naquela, os mesmos hábitos sadios, que procura desenvolver nestes?

Lembra-se quando iniciou essa prática?"

Escusado dizer que nenhum professor respondeu ao questionário que fizemos, alegando alguns que era até desaforo fazer-se semelhantes perguntas. A verdade é que os nossos professores, em sua maioria, não cuidam de educar, mas dar um verniz aos alunos. A maldita porcentagem de aprovações é que tem sido o mal. (Archêro junior, 1936,p.62)

É possível observar, portanto, a importância dada à educação dos pais nos projetos educacionais dos pioneiros. Nessa mesma direção, Fernando de Azevedo defendia a necessidade da integração entre família e escola para que esta influísse sobre aquela, a fim de que assumisse o papel que lhe caberia na obra da educação.

(...) A família e a escola, longe de se oporem, tendem, pois a completar-se e a auxiliar-se mutuamente, por uma íntima colaboração tanto mais fácil de ser obtida no domínio educacional, quanto mais viva e profunda for a consciência da comunidade de estreitar as relações entre a família e a escola e de fazer convergir, para um fim comum, essas duas grandes instituições sociais. (Azevedo, 1964, 118)

Azevedo acreditava que a colaboração entre família e Estado, representada pela Escola, contribuiria para o melhoramento da comunidade do ponto de vista da saúde, do trabalho e das relações sociais. Família e escola, portanto se complementariam, a primeira centrada na educação, sobretudo moral e a segunda centrada na instrução a cargo de profissionais especializados.

Em relação às discussões em torno das relações entre Estado e educação, foi possível identificar algumas divergências entre os autores do grupo dos pioneiros. Delgado de Carvalho, ao analisar as relações entre Estado e educação, afirmava o monopólio do ensino como um dos princípios de um novo tipo de Estado caracterizado por ações construtivas de melhoramento social.

Enquanto o Estado democrático não estiver em condições financeiras de tomar a si os encargos pesados da educação e da instrução exclusiva em todo o território, forçosamente terá este de aceitar o auxílio dos recursos e da competência

dos particulares, respeitando assim a liberdade de ensino. Sem abdicar os seus direitos eventuais ao monopólio, logo que tiver forças, recursos e pessoal técnico suficiente, o Estado Moderado reivindica o seu direito de fiscalizar. (Carvalho, 1933, p.148)

A defesa do monopólio de ensino pelo Estado aparece de forma explícita no texto de Delgado de Carvalho. A liberdade de ensino e a existência de escolas particulares somente se justificariam, para o autor, enquanto o Estado não tivesse recursos econômicos e humanos para exercer o exclusivismo no campo educacional. O Brasil era um desses casos, pois segundo Delgado de Carvalho

(...) na instrução primária, em 1929, só 20% dos educando matriculava-se nas escolas particulares, mas 89% dos alunos da instrução secundária cursavam em colégios particulares. (Carvalho, 1933, p.149)

Delgado de Carvalho considerava o monopólio do ensino um ideal a ser atingido, mas deveria haver o auxílio das iniciativas particulares diante das condições do Brasil e da maior parte dos países. Caberia, portanto, ao Estado, além da manutenção das escolas públicas, a fiscalização e o controle das instituições privadas de ensino. Esses posicionamentos de foram também discutidos no livro *Sociologia e Educação*, publicado em 1934, no ano seguinte após a publicação do manual, em razão dos debates em torno das reuniões da assembléia constituinte daquele ano:

(...) subordino todo e qualquer ensino à fiscalização do Estado, porque considero função privativa do Estado esta fiscalização que visa a saúde dos escolares, as condições materiais dos educandos, a idoneidade do corpo docente, a eficiência do ensino ministrado, o cumprimento dos programas e a sinceridade dos atestados e certificados concedidos. Se, por enquanto, os poderes públicos não podem manter serviços educacionais completos, estão, todavia, na

obrigação de saber como devem ser executados. Não há inconveniente que, na fase transitória em que estamos, o ensino particular livre, ao qual tanto deve o Brasil, ainda seja ministrado sob bases comerciais, no bom sentido da palavra; mas a opinião consciente do país não deve esquecer que mais cedo ou mais tarde, quando permitirem os recursos e os governos puderem dedicar-se mais a educação, teremos de tratar do encampação dos serviços educacionais, como de qualquer outro serviço que interessem a segurança e o bem-estar da nação. (Carvalho, 1934, p.7)

Delgado de Carvalho considerava, portanto, necessário o desenvolvimento do ensino particular no Brasil até o momento em que Estado obtivesse recursos para chamar a si a exclusividade da educação no país.

Archêro Junior, apesar de reproduzir resumidamente as principais idéias contidas no manual de Delgado de Carvalho, não deixou totalmente clara a sua posição a respeito do monopólio de ensino pelo Estado. Apresentou as definições de Delgado de Carvalho sobre as funções educativas do Estado democrático, tomadas de W.R.Smith e já apresentadas: garantir a saúde dos cidadãos, capacitar o indivíduo para sustentar-se a si mesmo, promover a educação social, preparar para a vida cultural e política.

Em resumo: nas democracias modernas, o Estado deve estabelecer: a universalidade do ensino e sua obrigatoriedade, a gratuidade da escola até os 18 anos, a laicidade e a co-educação.

Mas enquanto o Estado não estiver em condições econômicas necessárias para executar este programa, terá que aceitar a cooperação dos recursos e da competência dos particulares, respeitando assim a liberdade de ensino. (Archêro Junior, 1936, p.87)

A exemplo de Delgado de Carvalho, concordava com o monopólio, apenas condicionando-o ao aumento dos recursos públicos e justificava a necessidade do auxílio das

instituições particulares, apresentando os dados sobre os gastos dos governos com educação extraídos do *Bulletin du Bureau International d'Éducation de Genebra*, em que o Brasil aparecia com a mais baixa porcentagem(4%) de gastos com a educação dos países da América. E, nas conclusões do final do capítulo, Archêro Junior, referiu-se à questão do monopólio com um tom mais moderado:

Dado que a educação seja uma função essencialmente social, o Estado deve interessar-se por ela e mesmo controlá-la; isto não significa que o Estado deva monopolizar o ensino. Entretanto, não é admissível que a função de educador possa ser preenchida por alguém que não apresente as garantias de que o Estado pode ser julgador. Portanto, a intervenção e o controle do Estado é uma necessidade.

Archêro Junior procurou centrar a discussão em torno da função fiscalizadora do Estado em matéria de ensino. Durante a análise do tema, recorreu ao artigo *O Estado e a Educação* de Fernando de Azevedo, publicado pela Revista de Educação em 1933, para combater os críticos do controle e da fiscalização do Estado sobre o ensino, que acusavam-no de "nivelar os indivíduos", de "tritador de almas" e de "fabricador de homens em série".

Fernando de Azevedo, no capítulo que se dedicou a discutir a relação entre Estado e educação, procurou justificar os motivos que estariam levando o Estado moderno a dedicar-se às atividades educacionais. Para o autor, naquele período, observava-se um alargamento das funções do Estado para além de suas funções de manutenção da ordem interna e de defesa nacional. Cada vez mais verificava-se a transferência de serviços antes executados pelas atividades privadas para o setor público, e, dentre essas novas funções do Estado, estaria a regulamentação da instrução pública.

(...)A máquina governamental tornou-se extraordinariamente mais complexa, com as novas funções de que se sobrecarregou, como, entre outras, a organização do transporte, a defesa sanitária e a instrução que se substituíram as instituições por serviços públicos. (Azevedo, 1964,p.272)

Com base em Dewey, Fernando de Azevedo preocupou-se com a definição dos critérios que determinariam a transformação de uma atividade em função pública. Para tanto, seria necessário estabelecer a distinção entre o público e o privado. Para Dewey, segundo Fernando de Azevedo, seria a gravidade e extensão das conseqüências dos atos que definiriam a sua transferência para setor público. E, com base em Bertrand Russel, Azevedo afirmou que o Estado teria o direito de intervir em todos os casos em que o bem estar e progresso geral dependeria da aquisição de um mínimo de condições de saúde, de conhecimentos e de vida espiritual:

(...) tornar-se evidente de que a educação de que resultam as mais importantes e graves conseqüências para o conjunto social, preenche todas essas características que definem o ato público e justificam a sua transferência para o domínio público. Acresce que o período no qual a educação é possível, de modo eficaz e no mais alto grau, é o da infância e da adolescência e, se não se aproveitam essas idades, as conseqüências são irreparáveis. A existência de massas ignorantes numa população, escreve Bertrand Russel, constitui um perigo para a sociedade; quando há uma considerável porcentagem de iletrados, o mecanismo governamental é obrigado a levar em consideração este fato, tanto mais quanto a democracia, na sua forma moderna, seria totalmente impossível para uma nação onde a maior parte dos cidadão não soubessem ler. (Azevedo, 1964, p.273)

No entanto, Azevedo não apresentou uma posição de defesa do monopólio do ensino pelo Estado, como fez no texto do Manifesto dos Pioneiro da Educação Nova, de 1932. No manual

de 1940, analisou as contribuições do ensino particular no Brasil, pois por maior que fosse a ampliação da atividade estatal na esfera educacional, não se poderia deixar de reconhecer as contribuições da esfera privada e de sua importância na obra educacional. Inspirado nos princípios do liberalismo político, Azevedo afirmou a liberdade de ensino e a coexistência entre a iniciativa privada e o Estado no campo da educação e instrução. Segundo o autor, os novos tempos provocaram necessidades de revisões no liberalismo clássico:

(...)o fato de que a concorrência, tal como a concebeu o liberalismo tradicional, realiza cada vez menos a ordem perfeita (na economia como na educação) não se deve concluir que ela não possa contribuir ainda para isto e que seja possível suprimi-la. Tudo o que se tira, pela regulamentação e pela ação do Estado, à concorrência econômica ou educacional, dá-se a luta para a conquista do Estado, e, por isso, à concorrência política. (Azevedo, 1964, p.276)

É possível, portanto, depreender da leitura de Azevedo que a ação do Estado regulador da vida econômica e educacional tinha limites e que o monopólio do ensino pelo Estado, como o de qualquer outra esfera, poderia gerar a luta pelo poder político entre os diferentes grupos sociais:

Ainda como um contrapeso ao Estado educador, funcionam numerosas instituições particulares, relativamente independentes (escolas de todos os tipos e graus), pelas quais o Estado atinge os seus fins e que são respeitadas na sua autonomia, dentro de certos limites, enquanto dão ao Estado a segurança de estarem à altura de sua missão. Nos países anglo-saxônicos, porém quase todo o ensino superior e, por uma larga parte, o ensino secundário ficam assegurados a organismos privados e exteriores ao Estado. (Azevedo, 1964, p.274)

Azevedo concordava com Delgado de Carvalho sobre a necessidade do ensino submeter-se ao controle e à fiscalização por parte do Estado. Defendeu, ainda, a efetivação de uma ingerência mais consistente do Estado na realização de algumas tarefas importantes para o bem estar da comunidade: a educação de adultos, os cursos de extensão universitária e o incentivo ao desenvolvimento de pesquisas e novas descobertas. Por outro lado, apresentou críticas semelhantes às realizadas pelo grupo dos católicos, ao apontar para o perigo de o Estado regulamentar de forma autoritária a educação, transformando o sistema escolar num instrumento político de dominação, como faziam os Estados totalitários.

(...) Mas é esta exatamente a tendência natural, em Estados totalitários (comunista, fascista ou nacional-socialista), em que o poder é o seu fim mais fortemente procurado, para assegurar a ordem interna e possuir a maior força exterior possível, e que, reclamando para si uma jurisdição cada vez maior sobre a vida dos indivíduos, mantém o seu poder soberano, fazendo um apelo constante à força niveladora, ampliando o raio de ação da autoridade e intensificando a sua intervenção em todos os negócios. (Azevedo, 1964, p.274-275)

Azevedo defendeu o caráter público da educação, explicando que caberia ao Estado a organização dos sistemas escolares públicos e a fiscalização das escolas particulares, mas opunha-se ao monopólio estatal da educação e defendia a coexistência das instituições públicas e privadas de ensino. O autor citou como exemplo de utilização indébita da educação escolar pelo Estado, a manipulação ideológica dos "Estados totalitários da Rússia Soviética, da Itália Fascista e da Alemanha nacional-socialista".

Católicos: o ensino particular e religioso

Os manuais de Sociologia Educacional, publicados por Francisca Peeters, Theobaldo Miranda Santos e Amaral Fontoura, ainda que publicados em momentos diferentes, expressaram uma reação dos autores católicos às teses do monopólio de ensino, do controle estatal, da laicidade e da coeducação. Esses autores, guardadas as diferenças, eram representantes do grupo dos católicos e defenderam em seus manuais as teses da Igreja sobre as relações entre família, Estado e Educação.

O manual de Peeters constituiu-se em uma das mais radicais e fervorosas manifestações de repúdio às teses de reorganização do sistema educacional defendidas pelos pioneiros. Ao analisar, na segunda seção do manual, **Grupos sociais que colaboram na obra da educação**, Francisca Peeters defendeu o direito primordial de educação pela família, como direito natural e anterior ao Estado. Destacou a importância da família na educação das crianças nos aspectos religioso, moral, cívico, físico e profissional. No entanto, assinalou que, à medida que crescia a complexidade da vida criada pela civilização, ocorreria cada vez mais uma diminuição da influência dos pais na formação intelectual, científica e profissional dos filhos. Este fato, segundo a autora, tornava necessária a colaboração da escola na instrução das crianças.

Peeters concordava com a presença do Estado na educação, como uma ação complementar das atividades educacionais da família e da Igreja. Para a autora, no entanto, a escola deveria, por natureza, ser uma instituição auxiliar da família e da Igreja e com elas colaborar na educação cristã das crianças e jovens. E, por isso, a escola pública "neutra"

não apresentaria os requisitos de uma boa escola para os católicos:

os pais católicos, portanto, devem, quando possível recusar a escola neutra donde a religião é banida. Neutra, a escola não o será nunca: praticamente ela será irreligiosa. A frequência das escolas não católicas, ou "neutras" deve ser proibida as crianças católicas, a não ser que as circunstâncias tornem impossível a frequência das escolas católicas. E então, garantias devem ser rigorosamente exigidas.

Não basta para os católicos que a certas horas se ministre o ensino religioso. É necessário que todo o ensino, todo o ambiente, os programas, os compêndios, a disciplina, sejam regidos por um espírito essencialmente católico" (Peeters, 1938, p.239)

É possível perceber, neste trecho, a reação de Peeters contra a laicidade do ensino, inclusive, em relação ao caráter facultativo do ensino religioso previsto na legislação, considerando que algumas poucas aulas não seriam suficientes. Para a autora, a escola pública somente seria digna dos católicos quando o seu ambiente e a sua estrutura fosse organizada para o desenvolvimento da educação religiosa.

A autora combateu o monopólio do ensino, tal como Fernando de Azevedo, alegando que esta ação do Estado era típica dos países totalitários como a Rússia, a Alemanha e a Itália que visavam moldar todos os indivíduos em nome da unidade da pátria. Em defesa da escola privada cristã, criticou a gratuidade do ensino e defendeu a necessidade do ensino subvencionado pelo Estado:

(...) a gratuidade do ensino primário oficial é já um fato, em quase todos os países. Contribuindo todos os cidadãos para fornecer ao Estado os recursos que permitem essa gratuidade, deveriam todos gozar da regalia em questão,

quaisquer que fossem as suas preferências confessionais. Em diversas nações da Europa, os governos o entenderam assim, dando aos estabelecimentos livres que satisfazem a certas condições de idoneidade, os subsídios para manterem as escolas gratuitas. Não se dá isso no Brasil. As escola particulares primárias que não pertencem ao Estado tem de suportar todas as despesas, e dificilmente podem oferecer aos seus educandos condições pecuniariamente favoráveis. (Peeters, 1938, p.244)

A autora reclamou que o Estado brasileiro deveria seguir o exemplo de diversos países da Europa que subvencionavam estabelecimentos livres para que pudessem atender a todas as pessoas que optassem pelas especificidades daquela instituição. E, ao mesmo tempo, criticou a ineficácia da gratuidade que, segundo ela, tenderia a se expandir também para o ensino secundário:

A questão da gratuidade universal, no entanto, não é um sistema feliz. Os ricos podem e devem suportar as despesas de educação de seus filhos, pois, para que lhes serviria a fortuna, a não ser para tal fim? A gratuidade, aliás, é um engano: para poder realizá-la devem aumentar-se consideravelmente os impostos (porque os honorários de professores oficiais são consideráveis). O que complica ainda mais a situação, é que se pretende negar às escolas livres os subsídios que lhes permitiriam oferecer aos seus alunos as mesmas vantagens, e no Brasil estas mesmas escolas tem ainda a suportar o ônus da fiscalização que ajunta largas quantias às despesas dos alunos" (Peeters, 1938, p.215)

Ao alegar que a gratuidade das escolas públicas representava uma concorrência desleal para as escolas particulares, a autora expressava a preocupação de setores da Igreja diante da possibilidade do aumento da transferência de

alunos para as escolas públicas. As posições de Peeters acerca das relações entre Estado e educação expressavam, portanto, as teses dos católicos e suas divergências radicais com as concepções dos autores do chamado grupo dos renovadores: o Estado deveria promover a educação, subvencionando as escolas particulares idôneas, com os impostos pagos pelas famílias, para que todos pudessem ter suas preferências confessionais respeitadas.

Dez anos depois, mas na mesma direção de Peeters, Theobaldo Miranda Santos apresentou, no seu manual de Sociologia Educacional, as teses católicas referentes ao papel das diferentes instituições educativas. Fundamentado em Alceu Amoroso Lima, afirmou que a razão da existência da escola decorreria da insuficiência da família em realizar a formação intelectual dos seus filhos. A escola teria a função de completar a ação educativa da família, numa ação conjunta, harmoniosa, com auxílio mútuo. Assim, a função do Estado na educação, com suas escolas, seria de caráter supletivo aos direitos prioritários e anteriores da família.

A função pedagógica do Estado deve ser de caráter supletivo. Jamais deverá ela hipertrofiar-se ao ponto de absorver ou eliminar o direito educativo dos demais grupos da sociedade. O Estado, por exemplo, não pode, de modo algum, negar ou diminuir os direitos da família em matéria de educação, direitos esses anteriores e superiores aos do próprio Estado; sempre que o faz, o Estado deturpa suas funções e ingressa no totalitarismo estatal, ora de forma socialista, ora de forma nacionalista. (Santos, 1947, p.65)

Santos defendia, portanto, a liberdade de ensino e sustentava que o seu monopólio pelo Estado seria uma deturpação de suas funções de cooperação com a família na

obra da educação. A ação supletiva do Estado, segundo Santos, não poderia resultar na absorção do privilégio e dos direitos naturais da família e da Igreja na função educativa. No entanto, Santos, ao criticar a laicidade no Brasil, alargou o conceito de monopólio do ensino:

(...)Não se julgue, porém, que o erro do estatismo educativo seja cometido somente pelos regimes totalitários. Nele incorrem também as democracias laicistas que expulsam de suas escolas a religião de Cristo. (Santos, 1947, p.79)

Para Santos, o monopólio do ensino não era sinônimo apenas de exclusivismo do Estado na educação, mas também da laicidade do ensino nas escolas que se a afigurava, para o autor, como um monopólio não confessado, mas disfarçado.

Amaral Fontoura defendeu, no capítulo denominado **As instituições sociais e a educação**, as mesmas concepções apresentadas pelos autores católicos, Francisca Peeters e Theobaldo Miranda, acerca da estrutura do sistema educacional brasileiro. O autor destacou a polêmica em torno do monopólio e da liberdade de ensino e afirmou que a primeira constituiria os regimes totalitários e, a segunda, os regimes democráticos. O autor explicou aos leitores de que forma concebia esses termos:

No regime de liberdade de ensino o Estado formula as leis da educação, baixa regulamentos, cria as escolas que julga necessárias. Mas permite que a Igreja, as associações e os particulares também mantenham suas escolas, desde que se subordinem à diretrizes estatais.

No sistema de monopólio só o Estado pode educar, só ele mantém escolas. Exige que a criança, ao completar determinada idade, lhe seja entregue pela família, para ser educada à feição dele, o Estado. (Fontoura, 1951, p.80)

Para Fontoura, o monopólio da educação pelo Estado constituía um perigo para a humanidade, pois os indivíduos não deveriam pertencer ao Estado. Por outro lado, o autor defendia a função educativa do Estado, através de suas escolas, e exercendo controle sobre as escolas particulares. A complexidade do mundo moderno, segundo o autor, exigiam do Estado a obrigação de proporcionar educação para todos.

Na questão da polêmica em torno do ensino leigo, Fontoura procurou reagir às correntes que defendiam que a religião não deveria ser ensinada nas escolas, porque contrariava o princípio de liberdade religiosa em vigor nas constituição de 46.

Nós cristãos respondemos que a escola leiga não é neutra: é também sectária. Não falar em Deus é ignorá-lo. Não ser espiritualista é ser materialista. Não é possível o meio-termo. Backheuser diz " é impossível dar ensino sem uma certa orientação religiosa... todos os conhecimentos humanos são, em uma palavra, guiados por uma concepção materialista ou por uma concepção espiritualista do universo. (Fontoura, 1951, p.73)]

Na concepção de Fontoura, o silêncio da escola em relação à perspectiva religiosa, expressava a defesa da visão materialista de ensino. Fontoura defendia a manutenção do ensino religioso na escola, ainda que facultativo, como o estabelecido em lei, porque a educação que objetivava a formação integral da pessoa, não poderia ignorar que a religião seria parte importante desta formação. Além disso, afirmava que negar o ensino religioso nas escolas seria desrespeitar a índole do povo brasileiro, religioso na sua grande maioria.

Brandão: reafirmando o Estado Educador

As reflexões realizadas por Fernando de Azevedo acerca das relações entre o Estado e a educação foram praticamente reproduzidas por Geraldo Brandão, quase duas décadas depois no manual *Sociologia da Educação*. As apropriações que Azevedo fez de Dewey acerca das distinções entre o público e o privado foram reproduzidas pelo autor no seu manual. Assim, Brandão procurou justificar o direito do Estado de interferir na educação e determinar as possibilidades e os limites desta intervenção.

E não apenas uma ação restrita ou negativa, na ausência da família, mas positiva, para a comunhão de idéias e sentimentos que o cidadão necessita. Não é o monopólio estatal, mas não é o direito do Estado de dar uma educação que não seja de interesse da sociedade. A vigilância da sociedade deve ser permanente, porquê, infelizmente, o Estado pode desprender-se da realidade social, e legislar em seu próprio interesse, ou de grupo ou classe que o dirige. (Brandão, 1956, p.68)

Para Brandão se existe a ameaça do Estado transformar a escola em instrumento de poder político, por outro lado, o Estado democrático não deve permitir que o individualismo prevaleça sobre o interesse coletivo. Para Brandão, somente o Estado estaria em condições de fornecer uma educação democrática segundo os ideais modernos e, na condição de organizador e controlador da educação, o Estado deveria proporcionar a formação cultural e profissional dos cidadãos.

Funções e organização social da Escola

As funções da educação escolar e sua organização foram um dos temas mais recorrentes nos manuais de Sociologia Educacional do período analisado. Os posicionamentos verificados em relação a estes temas expressaram nitidamente os objetivos dos autores para a orientação das ações pedagógicas dos professores e os seus projetos de reorganização da escola no Brasil.

A reorganização do campo pedagógico e da vida escolar

A referência à Dewey, pelos autores, foi feita no sentido de reafirmar a necessidade da reforma educacional, apropriando-se do conceito de **reconstrução da experiência**, para a compreensão do conceito dos renovadores da Educação Nova de "reorganização escolar". Entre esses autores, há diferentes apropriações do conceito de **reconstrução da experiência**, mas todos tendem a assimilar os exemplos de reorganização escolar do modelo norte-americano.

Os autores dos manuais de Sociologia Educacional: Delgado de Carvalho, Archêro Junior e Fernando de Azevedo, intelectuais vinculados ao movimento de renovação educacional no Brasil, dos anos 30, defenderam uma radical reorganização da estrutura interna da escola e das suas relações com a sociedade. Defenderam a necessidade da remodelação da escola no sentido de preparar as novas gerações a um mundo que se transformava constantemente e para o meio social dinâmico daquele momento.

Para tanto, na concepção destes autores, a escola precisaria ser aparelhada para responder aos problemas

sociais, políticos e culturais colocados naquele contexto histórico. Esta renovação deveria se manifestar na formação dos professores, nas mudanças curriculares, nos novos conteúdos vinculados com a vida real, nos métodos de ensino que respeitassem as necessidades dos alunos, nos trabalhos em cooperação e nas atividades extra-curriculares, esportivas e culturais. Além disso, essa reorganização deveria colocar a escola em sintonia e colaboração com os interesses da comunidade e em cooperação com outras instituições sociais, no sentido de preparar os indivíduos para atuar com eficiência em novas situações sociais.

O elemento central para onde convergem as principais teses defendidas nos manuais de Sociologia Educacional elaborados pelos autores representantes do grupo dos pioneiros é a transformação radical da educação escolar brasileira para a preparação das novas gerações, visando um desempenho eficiente de suas funções, de acordo com as exigências sociais das comunidades. Diante desse elemento central, os autores apresentam diferentes teses.

Para Delgado de Carvalho, a reorganização da vida escolar era necessária para que ela pudesse atender às necessidades da sociedade moderna. Para o autor, a vida social impunha exigências com uma intensidade cada vez maior e a escola precisaria se aparelhar, a partir de estudos científicos, para responder a essas novas exigências. Recorrendo à literatura educacional e sociológica norte-americana, apresentou algumas possibilidades da reformulação da escola e apontou para a importância dos inquéritos sociais e escolares como forma de auxílio à prática educativa dos professores e aos planos educacionais para a melhoria das condições existentes.

Mas de um modo geral, o inquérito escolar é uma investigação sobre educação e instrução pública que tem por fim informar a administração e os contribuintes sobre a organização, a inspeção e direção, o custo, o aparelhamento, os cursos, o corpo docente, os métodos de ensino, o corpo discente e os resultados do ensino no distrito estudado.

(...)Os primeiros inquéritos escolares foram organizados nos Estados Unidos. Cita-se o *Boisé Survey* de 1910 como sendo o primeiro. Contava seis páginas. Desenvolveu-se rapidamente este tipo de investigação: o inquérito de Cleveland foi de Vinte e cinco volumes. Vão sendo assim acumulados elementos preciosos que constituirão as bases de modificações futuras das nossas idéias sobre Educação. (Carvalho, 1933,p.363-364)

Delgado de Carvalho considerava, portanto, os inquéritos como orientadores do trabalho escolar, conferindo-lhe um caráter científico. Os inquéritos escolares teriam, segundo Carvalho, uma grande utilidade para professores, diretores, administradores e para pais contribuintes, pois a opinião pública precisaria ser informada sobre os assuntos educacionais. No entanto, o autor apontou para o fato de que no Brasil, as estatísticas em relação à população escolar ainda não estavam sendo suficientemente eficazes.

Na quinta Conferência Nacional de Educação, reunida em 1932-1933, em Niterói, foram organizados planos uniformes de informações estatísticas sobre o ensino nacional. A reunião de representantes de todos os Estados aprovou o plano apresentado pelo Dr. Teixeira de Freitas, diretor do Serviço de Publicações do Ministério da Educação e Saúde Pública, onde, a partir de 1933, ficarão centralizados e regularmente publicados todos os dados sobre a matéria. (Carvalho, 1933,p.377)

Essa passagem evidencia a importância dada ao método estatístico na identificação e nas possíveis soluções para os

problemas da educação escolar no Brasil, seguindo o modelo da sociologia educacional norte-americana.

Outra prática de reformulação da escola, tomada dos norte-americanos e trabalhada por Delgado de Carvalho, diz respeito às atividades extra-classe. O autor apontou para a importância da incorporação dessas atividades no currículo escolar e assinalou que a escola precisaria ser organizada de modo a criar mecanismos de participação dos alunos para além da sala de aula: conselhos e clubes escolares, atividades artísticas e literárias, atividades esportivas, excursões e passeios e publicações escolares.

As atividades extra-classe, como as demais atividades escolares, devem refletir as preocupações da época, em nada dever ficar estranhas as idéias de seu tempo, as iniciativas úteis.

O meio escolar é um campo ideal de experimentação, porque o meio social aí é homogêneo, pela idade, pela cultura, pelos interesses e pelas idéias. Ai melhor do que em qualquer meio social pode se formar o "bom cidadão" (Carvalho, 1933, p.423)

Da passagem acima depreende-se a concepção do autor sobre o papel da educação escolar como promotora de atividades úteis, práticas e de valor social. Além disso, apresenta a sua crença nas atividades extra-classe como um espaço privilegiado para a produção do "bom cidadão", termo que tomou emprestado de Harry C. Mc.Kown, da Universidade de Pittsburgh.

Delgado de Carvalho afirmou que as atividades extra-classe, mais do que qualquer assunto em educação, marcaria a distinção entre a Escola tradicional e a Escola Progressista:

Na primeira, o esforço está quase exclusivamente concentrado no estímulo intelectual; a direção dos

sentimentos e das emoções é deixada a outros estímulos sociais. Daí resulta, a importância atribuída à matéria a ensinar, à disciplina a lecionar.

Ao contrário, a educação progressiva encara, antes de tudo, as necessidades do indivíduo e da sociedade e, para isso, preocupa-se com o conjunto físico, intelectual e emotivo do educando. Infelizmente, este ponto de vista, ainda que adotado por muitos, continua um tanto teórico na educação e muito resta a fazer para realizá-lo na prática. (Carvalho, 1933, p.423-424)

Da mesma forma que Delgado de Carvalho, Archêro Junior defendeu que a reorganização da escola precisaria começar pela exclusão de temas destituídos de valor social e pela implantação de novas disciplinas e atividades voltadas para atender às necessidades dos educandos no currículo das Escolas Normais.

O programa escolar tal como a Escola Nova preconiza, deve adaptar-se aos interesses dos educandos, acompanhando as suas necessidades afim de lhes permitir uma participação ativa na vida coletiva. Modifica-se no tempo de acordo com o progresso da ciência e as necessidades a vida. Si a vida muda, o currículo deve igualmente mudar. O ambiente social influe de diversas maneiras sobre a elaboração de um plano de estudos. (Archêro Junior, 1936, p.104)

Archêro Junior defendia uma abordagem escolanovista do currículo e do ensino. Nos temas apresentados, com base em Dewey, deixou evidente o papel da escola como instrumento de reconstrução social. A escola deveria organizar-se como uma "sociedade em miniatura", mas respeitando e desenvolvendo os interesses e necessidades dos alunos. Os princípios da escola progressiva ficaram evidentes na defesa que fez dos trabalhos em grupo, da reorganização do espaço físico, na participação dos alunos no controle da escola, na disciplina autônoma, na cooperação entre aluno e professor e na unidade entre vida escolar e vida extra-escolar.

A escola primária deve ser baseada em regimen de vida social e de trabalho em cooperação, afim de servir às necessidades peculiares do meio imediato e do grupo social a que pertence e a que se deve integrar; deve dar satisfação às tendências da criança; desenvolver o sentimento de responsabilidade individual e de trabalho, da solidariedade e da cooperação; dar às crianças educação integral, em que tenham preponderância sobre a aquisição de conhecimentos de pura memória, a formação intelectual, moral e cívica. (Archêro Junior, 1936,p.109)

Os preceitos da Escola progressiva deveriam ser adotados no sistema escolar brasileiro a partir da escola primária, segundo a concepção de Archêro Junior, capacitando o aluno para realizar com autonomia a sua própria instrução, caso não pudesse prosseguir nos graus superiores da vida escolar. Para o autor, as crianças deveriam organizar suas próprias vidas desde cedo e a escola precisaria, portanto, criar um ambiente em que a disciplina fosse decorrente da participação e da cooperação:

Na escola renovada ou progressiva, a disciplina é dinâmica. As crianças se agitam, trabalham em grupos, sentam-se e levantam-se quando necessário, procuram o professor ou se isolam, quando ocupadas em trabalhos individuais. O professor que se adapta a essas condições de trabalho natural não terá necessidade de promover prêmios e castigos. (Archêro Junior, 1936, p.140)

Neste sentido, a Escola Progressiva deveria preparar as crianças num ambiente de liberdade para o exercício da disciplina autônoma, auto-governo e para o surgimento de uma autoridade interna. Segundo o autor, a escola estaria preparando (...) " futuros cidadãos que não roubem, nem matem, não por medo da cadeia, mas por amor ao bem". (Archêro Junior, 1936, p.142). Ou seja, a escola deveria repudiar as imposições coercitivas e ameaçadoras de uma autoridade

externa dos métodos tradicionais e se reorganizar sob os princípios da Escola renovada ou progressiva.

É importante ressaltar que Archêro Junior, em *Lições de Sociologia Educacional*, reproduziu quase que integralmente dois capítulos do manual *Sociologia Educacional* de Delgado de Carvalho. No capítulo *Inquéritos Educacionais* discutiu a importância dos tais inquéritos para a efetivação das reformas educacionais e apresentou o modelo de inquérito educacional que foi organizado, em 1914, pelo *Teachers College* do Estado de Kansas nos Estados Unidos, que foram mencionados na obra de Delgado de Carvalho. Da mesma forma, no capítulo *Atividades Extra-Curriculares*, Archêro Junior utilizou as mesmas fontes (Harry Kown) e os mesmas indicações de Delgado de Carvalho para a realização do objetivos das atividades extra-classe.

Archêro Junior também concordou com as teses de Delgado de Carvalho, ao abordar a importância crucial da formação do professor. Defendeu uma ampla formação cultural do professor, que não se limitaria ao Curso Normal, e que deveria ser a "arma" do professor, adquirida através do estudo diário. Aconselhava o exercício do hábito da leitura e a organização de uma biblioteca pedagógica em suas casas e recomendava os livros da Biblioteca de Educação, organizada por Lourenço Filho, e a Biblioteca Pedagógica Brasileira, dirigida por Fernando de Azevedo. Além disso, ressaltava a importância da participação dos professores nos eventos promovidos por associações e sociedades de educação, destacando o nome de algumas: ABE- Associação Brasileira de Educação; Federação Nacional das Sociedades de Educação; Associação de Professores Primários e o Centro de Professorado Paulista.

É importantes destacar que, na segunda edição de *Lições de Sociologia Educacional*, de 1940, mesmo mantendo as

principais idéias da primeira edição sobre a necessidade de reorganização da escola nos moldes da escola progressiva, destacou outras atribuições à educação escolar, fazendo apologia do Estado Novo e do seu principal "comandante". Afirmou que graças a Getúlio Vargas e ao seu patriotismo e conhecimento de nossos problemas "(...)a política educacional do Brasil tomou o rumo que estava a exigir, isto é, seguiu os salutareis princípios da Constituição de 10 de novembro de 1937" (Archêro Junior, 1940, p. 286). Para o autor, a escola seria o local da construção da consciência do ideal nacional, o agente da disseminação do espírito do patriotismo, fazendo comparações entre a escola e a caserna, entre o professor e o soldado, pois entendia que a Escola e o Exército seriam as instituições fundamentais para a consolidação da nacionalismo..

Fernando de Azevedo, em *Sociologia Educacional*, procurou demarcar o desenvolvimento da escola como uma instituição vinculada à complexidade das sociedades modernas marcadas pela crescente divisão do trabalho em que as funções sociais se diversificariam cada vez mais. Para o autor, a escola se caracterizaria como uma instituição social marcada por determinadas peculiaridades: educação sistemática, exercida por agentes especiais, e em meio a órgãos especiais. Procurou situar a escola como uma agência educacional solidária com o conjunto das instituições sociais de sua época e com as tendências de uma determinada sociedade:

a educação que a escola ministra é a que reclama, em cada época, a sociedade e atende às suas exigências e aspirações; e, se a mudança entra na escola, é que já entrou antes, de fato ou como potencial, na sociedade, cuja evolução a sociedade tem de acompanhar de perto, se não quiser desarticular-se do meio a que serve ou do complexo social em que se integrou. Façamos uma escola revolucionária num meio conservador, ou

conservadora, numa sociedade revolucionária , e é quase certo que ficará às moscas ou lhe fecharão as portas...(Azevedo, 1964, p.222)

Para Azevedo, a escola não teria a função de produzir as mudanças sociais, mas sim de *enraizá-las* e *dirigi-las*. Mas, concorda com Delgado de Carvalho sobre a existência do fenômeno do *Cultural lag* , que denotaria o grande atraso da educação em relação às mudanças no campo tecnológico e social:

(...) Enquanto, de fato, se realizam rapidamente e sem grandes resistências as mudanças tecnológicas (técnicas de produção, de transportes, de comunicação e de atividades recreativas) e se transformam a estrutura econômica e o sistema de relações sociais, as escolas de todos os tipos e níveis segue, em graus vários, num ritmo mais lento essas transformações, mantendo a sua fisionomia tradicional.(Azevedo, 1964, p.219)]

Na perspectiva de Azevedo, para que a educação escolar pudesse se organizar para refletir as mudanças sociais e tornar-se um elemento de renovação cultural, agindo sobre a dinâmica sócio-cultural, seria necessário uma ação organizada de cima para baixo, impondo-lhe uma direção revolucionária:

(...) Ela poderá certamente transformar-se num agente poderoso de mudança quando, segundo já observamos, é manipulada pelo Estado, inspirado e impelido por uma política revolucionária e ainda assim quando, intervindo o Estado na educação, interfere ele, ao mesmo passo, em todos os meios ou técnicas de comunicação para uma ação convergente, proposta à promoção e ao desenvolvimento de mudanças numa direção determinada, de mentalidade, de valores e de estilo de vida.(Azevedo, 1964,p.230)

Para o autor, o grande problema a enfrentar não eram as transformações sociais causadas pelo avassalador progresso material e pela máquinas, mas a direção a ser dada para essas

mudanças que se processavam. Elas deveriam ser melhor conhecidas, controladas e dirigidas em prol da reconstrução social. Nesse sentido, a reorganização da escola a partir do Estado teria um papel primordial.

O tema da reorganização escolar aparece nos manuais dos autores "renovadores" como tema central para a definição da própria natureza da disciplina Sociologia Educacional nos cursos de formação de professores. Nas reflexões acerca da concepção do papel da escola na sociedade, os autores vinculados ao grupo dos pioneiros defendiam a reforma da escola a partir dos fundamentos da Escola Progressiva. Os seus manuais de Sociologia Educacional revelaram a forte influência da literatura educacional e sociológica norte-americana, principalmente das obras de Dewey e Kilpatrick, que estavam sendo traduzidas no mercado editorial brasileiro, apresentando determinados tipos de leitura de Dewey que o aproximavam de Durkheim, como é o caso de Fernando de Azevedo e de Archêro Junior.

Nem tradicional, nem progressiva: da educação moral à educação renovada

No seu manual *Noções de Sociologia*, Francisca Peeters expôs algumas teses da Pedagogia Católica em relação à formação da criança e das qualidades que um professor deveria possuir. Para a autora, a formação do caráter e a transmissão de valores morais constituiriam os principais objetivos dessa pedagogia. A educação escolar deveria preparar o "bom cidadão" e organizar-se a partir dos ensinamentos dos dogmas e dos preceitos do catolicismo, negando a reorganização da escola sob princípios da escola nova. O centro da educação católica seria a criança, e, para

a sua formação deveriam ser convergidos todos os esforços das "autoridades divinas" e das "autoridades humanas".

No entanto, explicou que a criança que o catolicismo amava não era a criança de Rousseau, pois ela era, ao mesmo tempo, marcada pelos dogmas da semelhança divina e do pecado original: "(...) A educação da infância terá pois uma orientação e uma elevação da alma, sim, mas também o endireitamento das tendências desviadas e às vezes viciadas". (Peeters, 1938, p.215) De acordo com os dogmas católicos, combateu as críticas de que a pedagogia dos católicos desprezava a educação física e o corpo, afirmando que não são as regras científicas para a saúde do corpo que iriam determinar o bem estar do indivíduo, mas sim a saúde da alma, a higiene moral e a cultura intelectual.

Francisca Peeters defendeu uma pedagogia em que a autoridade e o respeito serviriam de alicerces da educação, pois tanto os pais quanto os professores não poderiam prescindir da autoridade. Na sua concepção, o professor deveria irradiar uma autoridade oriunda de Deus e, por isso, não deveria impor ao educando a sua vontade, apenas a vontade divina:

No entanto, o mestre não pode se contentar com a autoridade que lhe vem da sua missão: tem obrigação de se aperfeiçoar, intelectual, moral e civilmente, para que o seu prestígio e seu exemplo sejam uma lição muda e constante para os discípulos. (Peeters, 1938, p.217)

A autora concordava com algumas propostas de atividades colocadas pelos representantes da Escola Nova, como as atividades extra-curriculares promovidas pela escola: as festas escolares, os jornais, os círculos de estudos e esporte, o cinema educativo e as excursões escolares, poderiam propiciar valiosas contribuições para a formação do

aluno desde que fossem organizadas dentro dos preceitos católicos.

Para Theobaldo Miranda Santos, a escola deveria se organizar nos moldes de uma "sociedade em miniatura" em que todo o ambiente e as atividades desenvolvessem a solidariedade e a cooperação entre alunos e professores. Deste modo, a experiência das relações sociais vividas na escola contribuiriam para a integração harmoniosa do educando na sociedade. Para que a escola pudesse realizar com maior eficiência a integração social da criança, ela deveria, segundo o autor, possuir "instituições" de caráter intra-escolares:

1-de educação intelectual: auditório, biblioteca, jornal, rádio, cinema, teatro, centros de estudo;

2-de educação social: grêmios, associações, clubes esportivos, repúblicas escolares, conselhos de alunos;

3-de educação econômica: cooperativa escolar, banco escolar, magazine escolar, feira escolar;

4-de educação cívica: centro cívico, centro de escotismo, centro de bandeirantes;

5-de educação sanitária: refeitório, pelotão de saúde, clube de saúde;

6-de educação pré-vocacional: sala de trabalhos manuais, clube de economia doméstica, clube agrícola, clube de pesca, centro de trabalho. (Santos, 1947,p.126)

Destas instituições fundamentais para o sucesso do trabalho pedagógico da escola, Theobaldo de Miranda Santos destacou a educação pré-vocacional. Para ele a reorganização da escola primária brasileira precisaria levar em consideração além da formação intelectual e moral do aluno, a iniciação a prática do trabalho:

Para satisfazer as solicitações da realidade brasileira, a escola primária, além de constituir uma agência de educação integral da infância, deve promover também a iniciação da mesma na

prática do trabalho. É necessário, para isso, que a escola escola primária complete sua atividade educativa e cultural com atividade técnica e econômica. É preciso que as novas gerações do Brasil aprendam, desde cedo, a trabalhar com as mãos e a se interessar pelos problemas econômicos e profissionais. O que se visa nesse caso, não é propriamente transformar a escola numa oficina e sim absorver a oficina pela escola. Não se trata de ministrar à criança especializações profissionais, mas iniciá-las nos processos fundamentais de trabalho. (Santos, 1947,p.181)

Defendia, portanto, que no currículo da escola primária brasileira a orientação pré-vocacional assumisse uma posição de destaque no sistema escolar através do desenvolvimento de trabalhos manuais que poderiam contribuir no despertar de aptidões e no futuro exercício de uma profissão adequada às aptidões do educando. Esta seria, segundo o autor, uma exigência da realidade social que, segundo ele já teria sido contemplada com sucesso na reorganização das escolas primárias do Distrito Federal, em 1944.

Pela primeira vez, entre nós, o ensino pré-vocacional foi estendido, realmente, a todo o sistema escolar. As bases traçadas para sua aplicação foram elogiadas, calorosamente, pelos maiores educadores brasileiros. Professores de vários Estados e de diversos países sul americanos vieram ao Rio estudar sua organização escolar. (Santos, 1958, p.183)

No entanto, Theobaldo de Miranda Santos lamentou a quantidade enorme de crianças, mais de cem mil, que no Distrito Federal encontravam-se fora da escola. E, a principal razão deste problema, para o autor, seria a falta de professores habilitados, inviabilizando o crescimento do sistema escolar da cidade. "Sendo assim, além das soluções imediatas de emergência, é preciso ampliar, sem perda de

tempo, a rede de escolas normais do Distrito Federal.” (Santos, 1947, p.214)

Amaral Fontoura, ao analisar as funções da escola e sua organização, afirmou sua adesão à **educação renovada** e estabeleceu diálogos críticos com a escola nova que, segundo ele, se pautava por conceitos radicais e extremados. Para o autor, a **educação renovada** seria uma síntese entre a escola nova e a escola tradicional. Defendeu a construção de uma escola aberta para as mudanças e democrática, mas advertiu para o perigo das “exigências de um mundo em constantes mudanças” criasse modismos e destruísse aspectos importantes da educação do passado. Para exemplificar, Fontoura apresentou ao leitor alguns aspectos da teoria do educador norte-americano Kilpatrick, que desenvolveu o conceito de **civilização em mudança**. Segundo Fontoura, Kilpatrick afirmava que a velocidade das mudanças do mundo moderno tornaram-se permanentes:

Como conseqüência deste estado de coisas, desse “mundo em mudança em alta velocidade, propõe Kilpatrick que a escola não ensine mais determinados conhecimentos, feitos e acabados; que não obrigue o aluno a aprender conhecimentos, atitudes e comportamentos que, provavelmente, quando ele sair da escola para a vida, já terão sido ultrapassados por novos fatos e novas experiências. (Fontoura, 1951, p.133)

Para Fontoura, Kilpatrick estaria afirmando que escola apresentava constantes atrasos em relação à sociedade: os conteúdos da física escolar desenvolvidos na escola estariam velhos e ultrapassados pela física atômica, e quando chegasse nos programas escolares já estaria superada. Nesse sentido, a solução apontada pelo autor norte-americano, segundo Fontoura, seria fazer com que a escola desse aos alunos menos

conteúdos e desenvolvesse atitudes, modificações de conduta, fazendo com que os alunos aprendessem a pensar por si mesmos para acompanhar sempre as mudanças.

De nossa parte, temos a fazer a essa teoria as mesmas reservas que fizemos à “escola progressiva”. Achamos justo e certo que a escola prepare em seus alunos um espírito aberto, arejado, para que eles estejam sempre dispostos a aceitar e compreender as mudanças sociais do mundo, contando que tal espírito aberto não signifique o abandono e o menosprezo pelos valores permanentes do universo, que são os valores espirituais. (Fontoura, 1951, p.133)

Em seguida, Fontoura apresentou a concepção de organização da escola da *educação renovada* para a realização do trabalho pedagógico, apontando para um tema recorrente em seu pensamento: a relação escola e comunidade, recorrendo à Escola Nova para realizar suas operações de empréstimo dos “aspectos positivos”:

O ponto de partida tem que ser a organização da escola como sociedade em miniatura. Não nos filiamos à corrente socialista de John Dewey, mas achamos admirável essa expressão sua, que se ajusta como nenhuma outra: a escola deve ser uma sociedade em miniatura. (Fontoura, 1951, p.170)

Fontoura defendeu a necessidade da escola ir até a comunidade para conhecer os seus problemas e debatê-los com os alunos para colaborar na criação de novas soluções. Para o autor, a escola e os professores não deveriam se esquecer de que os alunos de hoje serão os administradores da comunidade de amanhã e, por isso, seria fundamental que despertassem nos educandos o interesse e uma visão esclarecida dos problemas sociais locais.

Participar da vida social da comunidade, significa trabalhar, sofrer ou alegrar-se com

ela. Por exemplo: ajudar a angariar recursos para as obras assistenciais locais- obter donativos para um pobre estropiado conseguir uma cadeira de rodas- homenagear nas ruas a figura de um herói da cidade, médico ou soldado- ajudar o povo local a fazer um movimento para obter força elétrica maior, outra estrada melhor, ou um aeroporto.

Eis a escola da comunidade!(Fontoura, 1951: p.171)

Fontoura defendeu, também, que a próprias relações internas da escola fossem organizadas como uma comunidade e que o professor atuasse como um **líder social** dessa comunidade. A sua bagagem cultural teria de prevalecer diante de outros líderes sociais, como o fazendeiro, o coronel, o farmacêutico, o vigário, que, na maioria das vezes, "são analfabetos e ignorantes". Para o autor, a palavra do professor deveria pesar nas discussões acerca dos problemas da comunidade, e, diante das resistências dos pais aos novos métodos de ensino, deveria "conversar, doutriná-los e orientá-los". Os cursos Normais deveriam ser preparados para a formação de professores para o exercício do papel de lideranças sociais nas comunidades:

Não pode ser bom professor aquele que não conhece bem o meio social, a vida da comunidade onde vai trabalhar. Mais que isso: o professor tem que ser um líder social no seu meio. Donde se deduz que a escola que forma professores, ou seja, a Escola Normal, tem que ser uma escola formadora de líderes sociais. Tal é a relevantíssima função social da educação pedagógica.(Fontoura,1951, p.164)

Da mesma forma que Theobaldo Miranda Santos, Amaral Fontoura defendeu a criação das instituições sociais intra-escolares para que pudessem colaborar no trabalho pedagógico da escola: biblioteca, cinema, centro cívico, conselho de monitores ou conselho escolar, grêmios diversos, jornal

escolar, museu, orfeão escolar, pelotão de saúde e rádio educativo.

Achamos fundamental, dentro do nosso ideal de educação renovada, que as Instituições não sejam consideradas extra-escolares nem extra-curriculares, mas ao contrário, escolares, curriculares, isto é, integradas no currículo escolar e fazendo parte ativa da rotina diária da escola. (Fontoura, 1951,p.203)

Para Fontoura, todas essas atividades deveriam ser planejadas e organizadas pelos alunos sob orientação dos professores e teriam por finalidade contribuir na socialização dos alunos, para ensiná-los a trabalhar em equipe e a viver em grupo.

A interlocução da Sociologia Educacional escolar com a produção acadêmica

As análises de Geraldo Brandão acerca das funções e da organização da escola apontaram para as primeiras relações entre os manuais escolares de Sociologia Educacional com a produção acadêmica deste campo no Brasil. A década de 50 assinalou o desenvolvimento de pesquisas sobre Educação realizadas com recursos teórico-metodológicos da Sociologia, seja no âmbito da universidade ou dos Centros Regionais de Pesquisas Educacionais do INEP(Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos).

Foi com base no trabalho de Antônio Cândido, *A estrutura da escola*, publicado em 1953, que Geraldo Brandão apresentou aos alunos das Escolas Normais uma análise sociológica da escola, procurando descrever sua estrutura interna para auxiliar a atividade pedagógica dos educadores. Nesse sentido, o manual de Geraldo Brandão estabeleceu uma ruptura

com a tendência da maioria dos manuais de Sociologia Educacional que apresentaram um tom fortemente prescritivo e doutrinário.

A partir de Fernando de Azevedo, Brandão definiu educação escolar como uma ação sistemática exercida por profissionais especializados. Com base em Gates e Thorndike, afirmou que os objetivos da escola seria habilitar o aluno para, em cada fase, conseguir uma participação mais satisfatória e produtiva na vida presente e futura. Referindo-se ao educador cubano, Aguayo, afirmou que a escola deveria, através do ensino, desenvolver uma nova conduta no aluno capacitando-o para a vida adulta.

O objetivo de qualquer tipo de educação em qualquer tempo, é produzir um tipo de cultura nos membros da comunidade. A eficiência social da escola, está na fabricação do tipo que melhor se ajuste às condições sociais da vida presente. As maiores necessidades atuais da educação, parecem ser: ajustamento ao mundo físico, ajustamento a situações econômicas, a situações familiares, sociais e cívicas. (Brandão, 1956, p.89)

Com o objetivo de auxiliar a prática pedagógica dos professores, fornecendo-lhes uma visão mais ampla da vida escolar para uma ação educacional mais eficiente, Brandão apresentou, de forma resumida e didática, a análise realizada por Antônio Cândido sobre a estrutura interna da instituição escolar, a sua organização social e a dinâmica dos grupos sociais que existem em seu interior:

Procuramos dar certa ênfase à escola como grupo social, como realidade grupal, com sua vida própria, sua sociabilidade específica, procurando libertá-la da situação geralmente aceita, de repartição, onde um funcionário- professor deve desincumbir-se das suas atribuições; ao mesmo tempo que procuramos apresentar o aluno-criança

adolescente- como uma personalidade e não como um número na caderneta ou livro de chamada. (Brandão, 1956, p.7)

A partir das idéias de Antônio Cândido, Brandão destacou a importância do educador conhecer a escola não apenas do ângulo administrativo, como grupo instituído, mas a sua realidade interna, autônoma, viva, marcada por uma dinâmica própria.

O manual de Brandão apresentou uma ruptura com os manuais anteriores, ao trazer os resultados de pesquisas acadêmicas sobre a escola como objeto do estudo sociológico. No entanto, esse manual expressou, também, o peso da *tradição* (Cf. Goodson, 1995), tomando como ponto de partida os temas e as teses já apresentadas por outros autores. Em particular, podemos notar a forte influência de Fernando de Azevedo, que nesse período já procurava estabelecer um diálogo com as produções acadêmicas na área da Sociologia da Educação.

CAPÍTULO 5

O formato dos manuais de Sociologia Educacional: destinação, prescrições e organização interna

Para cúmulo de desespero, vi através das vidraças da escola, no claro azul do céu, por cima do morro do Livramento, um papagaio de papel, alto e largo, preso de uma corda imensa, que bojava no ar, uma cousa soberba. E eu na escola. Sentado, pernas unidas, com o livro de leitura e a gramática nos joelhos.
(Machado de Assis)

Introdução

Nos manuais didáticos de Sociologia Educacional encontramos, além dos saberes que deveriam ser ensinados, as metodologias de ensino e os recursos didáticos, expressos pela organização interna e pela materialidade do livro. Esse conjunto de elementos, além das destinações e prescrições dos livros didáticos reforçavam o apelo editorial para o uso desse material impresso como apoio para a atividade pedagógica dos professores da disciplina¹.

A partir das contribuições de Kazumi Munakata sobre a compreensão do livro didático, incursionamos sobre seus prováveis “usos” no espaço compartilhado pelo professor e seu aluno, durante o processo de ensino-aprendizagem.

(...) a rigor, o livro didático não é para ser lido como se lê um trabalho científico-

¹ Os manuais de Sociologia Educacional eram recursos didáticos necessários principalmente nas décadas de 30 e 40, período em a maioria dos professores desta disciplina não tinham formação profissional na área .

postura adotada por muitos críticos de conteúdo dos livros didáticos. Livro didático é para usar: ser carregado à escola; ser aberto; ser rabiscado(não, isso não pode, o livro não poder ser consumível!); ser dobrado; ser lido em voz alta em alguns trechos e em outros, em silêncio; ser copiado(não se pode consumi-lo!); ser transportado de volta à casa; ser aberto de novo; ser "estudado"(...)(Munakata, 1997, p.204)

Dos "usos" implícitos do objeto livro didático, analisamos os recursos apresentados pelos autores e editores no sentido de prescrever a sua utilização em sala de aula.

A análise desses recursos baseou-se nas contribuições de Chartier(1990), ao considerar que o texto deve também ser analisado a partir de seu suporte, ou ainda das formas pelas quais chega ao leitor. Nesse sentido, os impressos(manuais) selecionados para estudo nesta pesquisa foram analisados em sua **configuração textual**, ou seja, a forma na qual foi moldado o discurso dos autores (visando suas destinações e prescrições) e os **recursos formais e didáticos utilizados**(organização dos temas, exercícios, etc).

Além dessa primeira materialidade, que dá determinada forma ao conteúdo veiculado, Chartier demonstra a possibilidade de realizar indagações sobre as estratégias editoriais dos autores e dos editores, visando "instaurar uma ordem" (Chartier, 1994, p.8). Nessas estratégias e prescrições de uso dos impressos, é possível verificar as representações que os editores e autores faziam de seus projetos editoriais: "(...) Manuscritos ou impressos, os livros são objetos cujas formas comandam, se não a imposição de um sentido ao texto que carregam, ao menos os usos de que podem ser investidos e as apropriações às quais são suscetíveis".(Chartier, 1994, p.8)

Ao recorrer aos manuais de Sociologia Educacional, foi possível reconstruir a trajetória da disciplina como

disciplina escolar, observando os usos e as apropriações inscritas em seus textos e em sua materialidade. Mais especificamente, a publicação dos manuais de Sociologia da Educação, durante as suas três primeiras décadas, indicaram nesse tipo de materialidade uma determinada compreensão sobre a natureza da própria disciplina Sociologia Educacional.

O estudo da **configuração textual** levou-nos a realizar a análise da **destinação da produção editorial e das prescrições formuladas pelos autores para o uso desse tipo de impresso**. Para tanto analisamos, além do próprio texto didático do manual, os prefácios dos autores, os comentários dos apresentadores, todas as informações divulgadas pelos editores distribuídos ao longo do impresso e as críticas ou autocríticas publicadas nos próprios manuais ou em periódicos. Estas considerações levaram em conta as possíveis outras edições dos livros e as alterações realizadas em virtude dos usos destes impressos, a partir de sua materialidade (capa, página de rosto e prefácio). Nas **introduções, prefácios, advertências, notas prévias e instruções**, também foi possível encontrar as propostas metodológicas dos autores para a utilização do livro-texto e as suas concepções de ensino-aprendizagem, reforçando as orientações de análise propostas por Munakata:

Objeto para ser usado, livro didático implica não uma relação direta e imediata do aluno e do professor com o conteúdo, esse mundo platônico de formas inteligíveis, mas antes atividades, práticas, fazeres, numa situação efetiva de ensino aprendizagem. (Munakata, 1997, p.204).

Os **recursos formais e didáticos** utilizados foram compreendidos a partir da **organização interna do texto (divisão dos capítulos, subdivisões, exercícios, resumos,**

ilustrações, indicações bibliográficas, notas de rodapé) e suas relações com os programas oficiais de ensino. Na condição de textos didáticos, a maioria dos manuais de Sociologia Educacional (anos 30 a 50) apresentavam características similares: a exposição simplificada do conteúdo de ensino através da divisão em tópicos; resumos e esquemas da matéria analisada; exercícios para fixação dos conteúdos e de aprofundamento dos mesmos; propostas de inquéritos e pesquisas sociais; leituras complementares e referências bibliográficas. A partir da análise dessas características formais dos manuais didáticos foi possível compreender o modo pelo qual a Sociologia Educacional, como disciplina escolar, teve uma entrada fortemente marcada pelos projetos de renovação educacional brasileiros e pela influência da literatura norte-americana e como foi sendo redesenhada na interlocução com os representantes do grupo dos católicos. Além disso, foi possível compreender a relação entre a destinação dos manuais e os projetos editoriais, evidenciando os diálogos estabelecidos entre os autores e os seus leitores, ou ainda, da imaginação que o autor fazia de seu leitor para a realização da organização interna do livro: unidades, capítulos, exercícios, resumos, pesquisas.

A **análise dos recursos formais e didáticos** levou-nos a compreender o lugar central ocupado pelos **exercícios** na maioria dos manuais didáticos de Sociologia Educacional, expressando uma determinada estratégia de ensino, ao lado da **afirmação clara e direta dos conteúdos e dos resumos** própria dos livros didáticos, mas peculiar no caso do ensino da Sociologia Educacional, como disciplina escolar, no Brasil.

Se os conteúdos explícitos constituem o eixo central da disciplina ensinada, o exercício é a contrapartida quase indispensável. A inversão

momentânea dos papéis entre o professor e o aluno constitui o elemento fundamental desse interminável diálogo de gerações que se opera no interior da escola. Sem o exercício e o seu controle, não há fixação possível de uma disciplina. O sucesso das disciplinas depende, fundamentalmente, da qualidade dos exercícios aos quais elas podem se prestar. (Chervel, 1990, p.204)

Entre as atividades propostas nos manuais de Sociologia Educacional, encontramos os **"inquéritos sociais e educacionais"**, que, ao lado das **atividades extra-classe**, de **caráter organizativo**, de **reconstrução de experiências sociais inovadoras**, como os clubes de interesse, as visitas às instituições sociais da comunidade, etc, que imprimiram uma característica peculiar a esse novo tipo de manual. A trajetória da Sociologia Educacional como disciplina escolar pode ser visualizada, nesse período inicial, voltada para formação de professores, que se utilizarão de seus conhecimentos e de suas propostas de investigação para o ensino de determinadas práticas de ação social na comunidade e para a renovação das práticas sociais no interior da escola.

Configuração Textual: destinação, prescrição e diálogos com os professores nos manuais de Sociologia Educacional

Destinação dos manuais de Sociologia Educacional

Os autores e os editores preocuparam-se em destacar, nos manuais de Sociologia Educacional analisados, o seu público alvo, ou seja, a comunidade de leitores que pretendiam

atingir. Nas capas, páginas de rosto, dedicatórias, nas introduções ou prefácios, foi possível verificar para que tipo de público esses manuais eram confeccionados e dirigidos.

Em alguns manuais, as informações sobre o seu público alvo foram explicitadas nas introduções e prefácios dos próprios autores: "A obra não é só dedicada aos alunos mestres das Escolas Normais como a todos os professores primários".(Archêro Junior, 1936). "Sua finalidade é apenas iniciar os alunos das Escolas Normais, Institutos de Educação e Faculdades de Filosofia no estudo dos problemas sociais da educação".(Santos,1947) Em outros, essas informações ficaram evidenciadas nas páginas de rosto, inscritas abaixo do nome do livro: "Para as escolas de professores dos Institutos de Educação e Cursos de formação de professores em Escolas Normais".(Delgado de Carvalho, 1933). "Para uso das Escolas Normais do Brasil."(Delgado de Carvalho, 1951). "Para as cadeiras de Curso Pedagógico dos Institutos de Educação do Brasil".(Brandão, 1956).

No manual *Noções de Sociologia*, de Fransisca Peerters, o público alvo foi constatado na apresentação realizada pelo prefaciador Aurélio Arroba Martins :

É com sumo prazer que escrevo estas linhas de aplausos e encarecimento à feliz iniciativa da benemérita "Congregação de Santo André" incumbindo uma religiosa- professora de largos recursos- a dar a lume o presente compêndio de *Noções de Sociologia para uso das normalistas*.

No manual *Sociologia Educacional*(1951), de Amaral Fontoura, foi possível localizar o público alvo na dedicatória que fez ao professorado mineiro. Nesta, o autor afirma que escreveu o manual a pedido das normalistas do Instituto de Educação do Estado de Minas Gerais: "A

solicitação, honrosíssima para mim, só agora pode ser cumprida. Ofereço, pois este livro ao professorado mineiro, cuja dedicação à causa do ensino não tem limites".(Fontoura, 1951)

No manual *Sociologia Educacional*, de Fernando de Azevedo, a informação sobre a destinação aparece no Prefácio da 2ª edição, ainda que de forma não explícita. No entanto, é possível verificar que o autor pretendia atingir não somente professores e alunos da disciplina Sociologia Educacional nas Escolas Normais e Cursos de Pedagogia, mas também os alunos e professores dos cursos de Ciências Sociais e profissionais formados que exerciam atividades de pesquisa:

Mas, além de ser um tratado o que pretendemos por nas mãos de professores e estudantes, uma obra que, sobre ser um livro texto, fosse ainda uma fonte de informações, este trabalho representa um esforço de sistematização e uma contribuição teórica, - primeira que, no gênero, apareceu depois do livro de Durkheim, - ao estudo científico do fenômeno da educação e de suas relações com os outros fenômenos sociais. (Azevedo, 1964, p. 8).

No prefácio à 2ª edição de *Sociologia Educacional*, Fernando de Azevedo, comentando o seu próprio trabalho, afirmou ter realizado a melhor sistematização teórica no campo da Sociologia da Educação produzida após a trilha aberta por Durkheim, no seu livro *Educação e Sociologia*. Segundo o autor, na própria França, terra de Durkheim, as sementes lançadas pelo mestre não germinaram, não produziram discípulos que dessem continuidade aos seus estudos sociológicos sobre os fatos e teorias da educação, com a sua inspiração metodológica. Para ressaltar a importância de seu livro, Azevedo divulgou, no próprio prefácio, um trecho de uma carta de Roger Bastide dirigida a ele em 1940, por ocasião da divulgação da 1ª edição de *Sociologia Educacional*.

Nesta carta, Roger Bastide elogiava o seu trabalho, pois seguia a orientação metodológica e os princípios fundamentais da escola sociológica iniciada por Durkheim, propondo-se a divulgá-la aos seus leitores franceses e a publicar um artigo sobre ele na Revista Internacional de Sociologia. A publicação do manual de Fernando de Azevedo, fortemente marcado pela corrente durkheimiana, num campo inicialmente influenciado pela sociologia norte-americana, obrigou o autor a se utilizar da referência positiva de um intelectual de prestígio acadêmico, como Roger Bastide, com o objetivo de conquistar uma nova hegemonia nos cursos de formação de professores e de professores especialistas da disciplina.

Na maioria das considerações que os autores fizeram acerca do caráter didático de suas produções nas introduções e prefácios dos manuais, esses caracterizaram-se como **divulgadores** de um **conhecimento simplificado, dirigido a um público iniciante**. Consideravam seus livros como simples manuais que veiculavam noções básicas sobre o conhecimento sociológico, voltados para a formação de professores e não para intelectuais eruditos. Afirmavam que seus manuais foram elaborados com linguagem simples, sem caráter de originalidade e com objetivos didáticos.

Na introdução de *Sociologia Educacional*, Delgado de Carvalho comentou: "Não se trata aqui de apresentar ao público uma obra de profunda originalidade. É apenas uma vulgarização de um certo número de trabalhos sobre a matéria" (Delgado de Carvalho, 1933, p.5). Em *Lições de Sociologia Educacional*, Archêro Junior afirmou que a motivação da elaboração do texto didático nasceu "a pedido de alguns professores e alunos das Escolas Normais" e que foi "escrita em linguagem ao alcance de todos e adaptada aos interesses do ensino brasileiro e, particularmente, do Estado

de São Paulo" (Archêro Junior, 1936, p.15). Em *Noções de Sociologia*, Francisca Peeters assinalou que:

Este modesto ensaio não aspira a foros de erudito. Tampouco se lhe imprimiram feições de leitura amena. É, - sem mais, um compêndio escolar, que visa apenas fornecer bases sólidas para o trabalho pessoal sem o qual não há instrução verdadeira. (Peeters, 1938, p.5)

Theobaldo Miranda Santos, em *Noções de Sociologia Educacional*, também afirmava o caráter didático de seu livro: "Este compêndio, como os demais de minha autoria, tem objetivos puramente didáticos. Nada apresenta de novo ou original". (Santos, 1947, p.5)

Dentre todos os autores, Fernando de Azevedo foi o único que não considerou seu livro como manual didático. No prefácio à 2ª edição de *Sociologia Educacional* (1951), demonstrou a sua discordância com o procedimento de certos editores que pretenderiam "enxugar" um texto como o seu:

Certos editores o quereriam mais magro e enxuto...A prevalecer, porém, esse critério, teríamos de cair num manual de tipo elementar, apropriados a um regime de subnutrição, em que os assuntos fossem tratados pela rama e em sínteses ou superficiais ou tão apertadas que, à força da brevidade se tornariam obscuros... (Azevedo, 1964, p.8)

As declarações da maioria dos autores sobre os objetivos dos manuais de Sociologia Educacional possibilitaram identificar as idéias de "**divulgação**" ou ainda de "**vulgarização**" de determinados trabalhos teóricos sobre o assunto. A concepção de "**vulgata**", de Chervel (1990, p.203) contribuiu para a análise do modo pelo qual cada autor "**divulgou**" ou "**vulgarizou**" determinadas concepções de Sociologia Educacional tanto para os professores da

disciplina, quanto para os alunos(professores em formação). A metodologia de ensino discutida pelos autores reforçou essa idéia: o modo pelo qual os professores deveriam organizar a relação social entre os alunos na sala de aula, por exemplo, seria resultado de um tipo de "**divulgação**" de uma determinada concepção de Sociologia Educacional.

Diálogos dos autores com os professores: prescrições para o uso dos manuais

Para que os conteúdos explícitos nos manuais didáticos fossem efetivamente aprendidos pelos alunos, os autores dependiam da atuação do professor. Assim, alguns autores procuraram intervir no processo de aprendizagem, instruindo os professores sobre a melhor forma de utilização do manual. Ao prescreverem as orientações sobre o modo como os manuais deveriam ser trabalhados, os autores expressaram suas concepções acerca do conhecimento escolar e das metodologias a serem utilizadas no processo de aprendizagem.²

Archêro Junior, na introdução de *Lições de Sociologia Educacional*, apresentou passo a passo, aos professores da disciplina, uma determinada metodologia de ensino sobre como deveriam trabalhar em sala de aula: "No fim de cada capítulo, os alunos encontrarão alguns problemas a serem resolvidos em grupos ou individualmente". (Archêro Junior, 1936, p.15).

Archêro Junior recomendou, aos professores da disciplina, a organização de uma sala ambiente de sociologia, com mesas e cadeiras no lugar das carteiras para facilitar a

² O entendimento dos autores dos manuais de que o professor era um elemento fundamental na transformação do saber a ser ensinado contido no manual em saber ensinado, obrigava-os a dialogarem com os professores como forma de dirigir a utilização do livro didático. Esse diálogo também foi analisado por Circe Maria Fernandes Bittencout em sua tese de doutorado *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar* apresentada na ao Departamento de História da FFLCH da Universidade de São Paulo, que analisa a história do livro didático no processo de ensino escolar brasileiro. a partir das disciplinas História Geral e História do Brasil.

formação de grupos de debates. "Nossos alunos estão divididos em grupo. Cada grupo tem o nome de um sociólogo. Assim, temos o grupo Durkheim, o grupo Tarde, o grupo Spencer, etc". (Archêro Junuior, p.16). Essa reorganização do espaço da sala de aula, segundo o autor, era utilizada com sucesso nas suas aulas de Sociologia Educacional no Instituto de Educação da Universidade de São Paulo.

Archêro Junior orientou os professores para o planejamento de atividades extra-curriculares, atendendo às solicitações do Programa de Sociologia Educacional das Escolas Normais de São Paulo, que determinava o ensino desta disciplina centrada no desenvolvimento de atividades de pesquisas: "ensinar antes de tudo a ver, observar e pesquisar":

O professor de sociologia deverá organizar um plano de atividades extra-curriculares, isto é, efetuar excursões, visitas a diversas instituições sociais (hospitais, museus, escolas, correio, telegrafo, etc. (Archêro Junior, 1936, p. 16)

No final das instruções, citando Dewey, Archêro Junior teceu considerações sobre o método de ensino. Para o autor, o professor não deveria impor o seu ponto de vista sobre os temas estudados, mas dar condições para que o aluno adquirisse autonomia, capacidade crítica e pudesse julgar os acontecimentos por si próprio. O aluno deveria ser incentivado a pesquisar, preferencialmente, assuntos nacionais de caráter educacional.

O professor, entendemos, nunca deve impor o seu ponto de vista, dificultando a formação da personalidade do aluno. Esta precisa adquirir, no estudo dos problemas sociais, educacionais, a capacidade de crítica. Compete estimular nos seus alunos o dom da observação, despertar-lhes o poder para julgar por si e oferecer-lhes sempre ensejo para trabalho autônomo. Para isso, o

mestre deve restringir ao mínimo possível o uso de preleções(Archêro Junior, 1936,p.17).

A principal função do professor de Sociologia Educacional, segundo o autor, deveria ser a de formular problemas para serem resolvidos pelos alunos, individualmente ou em grupos pelos alunos. O manual serviria como leitura preliminar para a formulação dos problemas que deveriam ser seguidos a partir de uma lista de referências bibliográficas indicadas pelo professor. Assim, cada aluno deveria ler o assunto no manual, acompanhado de um dicionário de Sociologia, e, em seguida, consultar na biblioteca os textos complementares relativos ao tema estudado. Para Archêro Junior, os alunos deveriam se defrontar diretamente com os estudos de caráter social e educacional produzidos por sociólogos, pedagogos e escritores modernos. O papel do professor seria o de guiar estes estudos:

O problema da escola moderna não está em ensinar, e sim em aprender. O caso a resolver é o aluno e não o professor. Este estimulará e coordenará o trabalho do educando. Naturalmente, o aluno, solicitará a intervenção do professor, mas somente depois de realizar um esforço pessoal de compreensão ou de investigação.(Archêro Junior, 1936, p.19)

O objetivo do ensino de Sociologia Educacional deveria servir, segundo Archêro Junior, para desenvolver o espírito da crítica sociológica e o professor deveria percorrer as mesas de estudos para verificar os obstáculos encontrados pelos alunos:

Terminada a tarefa de todos, o mestre entrará em cena para interrogar (afim de comprovar), fazendo ler, em voz alta, o resumo elaborado pelo aluno ou pelo grupo (relatório especial), criticando ou mandando fazer a crítica pelos seus colegas, traçando um esquema explicativo no quadro-negro, sugerindo

comparações oportunas entre esse assunto e outros estudados, deduzindo ou fazendo deduzir, pelos seus alunos, as devidas conclusões.(19)

Em *Noções de Sociologia*, de Francisca Peeters, as prescrições e orientações aos professores não são detalhadas e dirigidas como as verificadas no manual de Archêro Junior. A autora conferiu um certo grau de autonomia ao papel do professor no desenvolvimento dos conteúdos de ensino de seu manual: "Um professor dedicado e instruído lhes imprimirá o seu cunho pessoal e desejável originalidade e completará as idéias voluntariamente esboçadas a traços largos".(Peeters, 1938.p.5). Essa orientação reforça a idéia de que não deveria haver modificações na metodologia de ensino na sala de aula, mantendo os hábitos de leitura e discussão dos temas apresentados no livro pelo professor.

Peeters procurou justificar, aos professores, as razões da ausência de referências bibliográficas. Na **Advertência Preliminar da 1ª edição**, dirigindo-se aos professores, afirmou que o manual teria por objetivo fornecer aos alunos bases sólidas para o trabalho pessoal, pois nele constariam informações indispensáveis à preparação intelectual do educando. A autora explicou que, sendo o livro um compêndio didático, tomou o cuidado de não exagerar nas referências bibliográficas e, logo em seguida, apresentou as fontes que inspiraram a feitura do livro: "(...) as imortais encíclicas de Leão XIII e Pio XI, e os sábios trabalhos de H. du Passage, de Y. de la Brière, de Fr. De Hovre, e entre nós do Revmo. Pe. Leonel França e de Tristão de Ataíde"(Peeters, 1938, p.5).

Nessa mesma direção, o prefaciador da 1ª edição do manual de Francisca Peeters, Aurélio Arrobas Martins advertiu os professores sobre a orientação que deveriam dar ao ensino

de Sociologia. Para ele, a solução dos problemas sociais somente poderiam vir quando alicerçados nas normas do Evangelho e que qualquer solução fora destes princípios seria "subversiva e anarquizante". O prefaciador dedicou o manual aos "bem intencionados no ensino de Sociologia", pois o mesmo não poderia mais afastar-se das orientações das Encíclicas de Leão XIII e Pio XI. Para Arrobas Martins, a questão social só encontraria solução no campo da moral, especialmente a cristã, única divina e infalível. Ensinar sociologia, fora destes princípios da Encíclica seria "cegueira ou perversidade".

Ainda nas orientações aos professores, Francisca Peeters afirmou que considerava desnecessário trabalhar com "pesquisas sociais em nosso meio" conforme determinação do programa das escolas normais, alegando que estas pesquisas, assentadas em dados estatísticos, variarem com os anos.

O programa das escolas normais indica "Pesquisas sociais em nosso meio". Julgamos que estas pesquisas se devem deduzir das obras de atualidade, - entre as quais avultam as de Oliveira Viana e de Delgado de Carvalho- como também das estatísticas e dos anuários que se vêm publicando com bastante regularidade. Pelo mesmo motivo excluimos do compêndio estes dados variáveis com os anos. (Peeters, 1938, p.5)

Peeters, nas prescrições aos professores, descartou a utilização de autores que possuíam uma certa notoriedade no campo da Sociologia, pois, segundo ela, as verdades defendidas por eles "envelheceriam com o tempo" e suas teorias não passavam de sofismas que iriam se desfazer ao sabor dos modismos, ao passo que, a doutrina inspiradora do seu livro, vinha percorrendo de forma inabalável os séculos. Desse modo, a autora sugeriu, mesmo que de forma indireta, a utilização de textos bíblicos para o ensino

moral, que completariam o estudo da disciplina Sociologia Educacional.

Uma década após a publicação da 1ª edição de *Sociologia Educacional*, no prefácio à 2ª edição (1951), Fernando de Azevedo fez um balanço da repercussão de seu livro. As principais críticas ao livro, citadas pelo autor nesse prefácio, apontaram para o descompasso entre o grau de profundidade, densidade e extensão da obra, e os estudantes, principal público alvo que, ainda iniciantes, não teriam preparação filosófica e sociológica para o entendimento do livro. Essas críticas levaram os editores a proporem uma reedição do trabalho mais "magra e enxuta".

Fernando de Azevedo, porém, não acatou as críticas e as pressões dos editores e manteve toda a estrutura e conteúdo do texto da primeira edição. Ressaltou que *Sociologia Educacional*, além de desenvolver matéria teórica de alto nível e abundante, apresentava uma variedade de problemas e discussões e completas informações bibliográficas que possibilitaria ao professor muitas opções para realizar os estudos nas escolas, do mais simples ao mais complexo. Para Azevedo, "enxugar" o livro seria transformá-lo num manual em que a profundidade no tratamento das questões teóricas seriam substituídas pela superficialidade das análises. Afinal, segundo o autor, *Sociologia Educacional* pelo rigor que confere ao estudo dos temas educacionais comparava-se ao livro *Educação e Sociologia* de Durkheim.

Nesse prefácio dirigido aos professores, Fernando de Azevedo procurou demarcar a originalidade e o importância de seu trabalho no campo da produção teórica em Sociologia Educacional. Para o autor, o leitor não se encontrava diante de um simples manual, mas de um trabalho que se inscrevia no

rol das grandes sistematizações teóricas que não encontraria superação tão rapidamente.

Nas prescrições dirigidas aos professores acerca do uso de *Noções de Sociologia Educacional*, Theobaldo Miranda Santos assinalou o papel decisivo que o professor teria no ensino dos conteúdos expressos nos manuais:

Daí uma feição resumida, sintética, elementar, e a necessidade de seus capítulos serem desenvolvidos pela palavra e pela ação do professor. Os que desejarem conhecimento mais profundos sobre o assunto, deverão dirigir-se a obras mais complexas e orgânicas de autores nacionais e estrangeiros. (Santos, 1947,p.5)

Tanto Santos quanto Fontoura destacam a importância do professor como modelo de ensino e de ação a partir dos conceitos apresentados no manual.

Nas orientações dadas aos professores da disciplina Sociologia Educacional, Amaral Fontoura criticou o caráter livresco do ensino de Sociologia Educacional e apresentou detalhadamente os passos que os professores desta disciplina deveriam dar para tornar o ensino desta disciplina mais fortemente ligado à vida e aos interesses dos alunos:

A Sociologia não pode nem deve ser confinada ao estudo livresco, à memorização de páginas de livros, de conceitos e de classificações. Não. Sociologia é o estudo da vida social e só se pode estudar a vida social vivendo.

Os fenômenos sociais se apresentam à centenas aos nossos olhos, cada dia: na família, na rua, no clube, na Igreja, na escola, no local de trabalho... Por que vamos, então, abandonar essa rica messe, para nos confinarmos entre as quatro paredes de uma sala e as páginas frias de uma livro? (Fontoura, 1951, p.23)

Fontoura reconhecia a importância do livro didático na sala de aula, mas, para ele, o professor deveria chamar a

atenção dos alunos para a realidade social e educacional, para os problemas que estavam acontecendo no Brasil e no mundo.

A Sociologia Educacional é, essencialmente, a ligação entre a escola e a sociedade. O ensino dessa formosa disciplina precisa, portanto, assumir um caráter absolutamente vivo, dinâmico, palpitante. (Fontoura, 1951, p.22)

Fontoura orientou os professores de Sociologia Educacional para que levassem em conta, na organização do planejamento, atividades que desenvolvessem a participação ativa dos alunos na sala de aula e na escola.

O processo antigo de dar aula, em que o professor fala sozinho, diante de um auditório imóvel, mudo, e mais ou menos distante ou desinteressado, deve ser substituído pelo processo ativo, em que os alunos participem ativamente da aula.

Em vez do professor dar de presente aos alunos o assunto da aula, isto é, a ciência já pronta e mastigada, somente para o jovem ouvir, decorar e repetir, em vez disso deve o mestre fazer com que os alunos descubram por si mesmos, raciocinem, trabalhem com a cabeça. (Archêro Junior, p.22)

Fontoura solicitou, aos professores de Sociologia Educacional, a formulação de problemas para que fossem resolvidos pelos alunos e os auxiliassem na busca das respostas, como orientadores. O autor explicou que, através desse recurso didático, o conhecimento pronto seria substituído pela *redescoberta e reconstrução dos saberes*:

Para facilitar esse trabalho do mestre é que, no fim de cada capítulo, oferecemos pelo menos 4 tópicos para debate. Tais tópicos servem também para "trabalho individual", tipo tese ou monografia, que o aluno será convidado a fazer em casa, para ler em aula. Em seguida os demais

colegas serão convidados a debater o trabalho lido por esse aluno. (Fontoura, 1951, p.22)

Fontoura orientou, ainda, os professores de Sociologia Educacional para a importância da organização das visitas e das pesquisas sociais, como parte fundamental da disciplina no sentido de possibilitar o conhecimento do meio social em que o futuro professor atuaria:

O professor deverá levar sua turma, pelo menos uma vez por mês, em visita aos aspectos típicos da vida social de sua comunidade. Por exemplo: bairros residenciais populares ou proletários- favelas e morros- vilas Vicentinas e "cidades-de-pobres- parques infantis- asilos de menores- fábricas- fazendas- hospitais- prisões- instituições culturais- Prefeitura e outras repartições públicas de interesse, ligadas como os problemas sociais da comunidade. (Fontoura, 1951, p.24)

O autor prescreveu os passos que deveriam ser dados pelos professores para realização das pesquisas, explicando que as perguntas já estariam formuladas no final dos capítulos do manual, de acordo com os conteúdos desenvolvidos:

As perguntas da pesquisa deverão ser distribuídas entre grupos de alunos ou equipes, para habituar os jovens a esse utilíssimo trabalho de equipe, tão pouco conhecido ainda em nosso país.

Cada equipe toma conta de uma parte da pesquisa, e saem todos em campo, sempre sob a orientação do mestre. Coligidos os dados, devem os alunos fazer fichas, que, depois, reunidas em aula, darão o resultado final da pesquisa. (Fontoura, 1951, p.24)

Além disso, Fontoura ofereceu aos professores de Sociologia Educacional a sua própria orientação permanente na feitura das pesquisas por intermédio de correspondência, e

também a possibilidade da publicação dos resultados destas pesquisas nas futuras reedições do manual.

E teremos o maior prazer possível em orientar professores e alunos, quanto à realização dessas pesquisas, métodos de trabalho, colheita de dados, etc. Basta que nos escrevam a respeito. Os que nos conhecem, ou já nos escreveram uma vez, sabem que, ao contrário do costume muito difundido entre nós, jamais deixamos uma carta sem responder. (Fontoura, 1951, p.25)

No final do manual, Amaral Fontoura apresentou os resultados de uma pesquisa denominada **Inquérito sobre a situação do ensino no Brasil** realizada pelas alunas do Curso de Orientação Educacional da Faculdade de Filosofia Santa Úrsula do Distrito Federal. As questões foram formuladas pelo próprio Amaral Fontoura e transmitidas às alunas que entrevistaram dezenas de pessoas. Fontoura sugeriu que este inquérito fosse, também, aplicado pelos professores de Sociologia Educacional das Escolas Normais:

Perguntas

- 1) Que acha você da situação do ensino em nosso país?
- 2) A que atribui as causas dessa situação:
 - A) Aos colégios? Por quê?
 - B) Aos Professores? Por quê?
 - C) Ao governo? Por quê?
 - D) Ao programa de ensino? Por quê?
 - E) Ao aluno? Por quê?
 - F) Aos pais? Por quê?
 - G) A outras coisas? Quais (Fontoura, 1951, p.254)

No manual *Elementos de Sociologia Educacional*, Delgado de Carvalho orientou os professores da disciplina para a

utilização de noções prévias de Sociologia Geral e da terminologia sociológica:

Ao professor cabe ministrar o "quantum satis" destas noções de Sociologia Geral que constituem os fundamentos sociológicos da Educação. Ao meu ver, primeiro mês de aulas será suficiente para semelhante introdução aos estudos da matéria (Delgado de Carvalho, 1956, p.9)

O autor explicou aos professores as razões das constantes divisões e sub-divisões em números e letras presentes no desenvolvimento dos conteúdos :

O objetivo deste tipo de apresentação é de fornecer, em forma de enumerações sucintas, um certo número de sugestões ou de indicações que permitam ao mestre dar, em cada assunto, o desenvolvimento que julgar conveniente. (Delgado de Carvalho, 1956, p.9)

Os conteúdos deveriam ser acompanhados de problemas e questões a serem debatidos na sala de aula e nos locais de origem dos conflitos sociais. Cada manual apontou os espaços sociais que os professores e alunos deveriam inquirir para conhecer os motivos dos conflitos.

Recursos formais e didáticos

Organização interna dos manuais

Todos os capítulos da 1ª edição de *Sociologia Educacional* (1933), de Delgado de Carvalho, demonstraram a preocupação do autor em apresentar para os futuros professores os conteúdos de uma disciplina nova a partir dos referenciais da literatura educacional norte-americana.

Os vinte capítulos do manual apresentaram a mesma estrutura. Inicialmente, uma exposição organizada e sistematizada do assunto central do capítulo e, no final, o autor propôs atividades para os alunos, organizadas no **Tópicos a Discutir** e apresentou, na **Referências**, os livros utilizados como fontes para a construção do texto do capítulo. Para demonstrar o tipo de exercício proposto pelo autor aos alunos, na atividade **Tópicos a Discutir**, selecionamos a proposição contida no primeiro capítulo do manual, em que o autor definiu Educação e Sociologia Educacional:

- I. Estabelecer as diferenças que devem existir entre Sociologia Geral e Sociologia Educacional.
- II. Indicar um plano aceitável que sirva de base a um publicação periódica sobre Sociologia Educacional;
- III. Quais as diretrizes que se impõem para um estudo prático de Sociologia Educacional?
- IV. Enumerar algumas das fontes que podem servir aos estudos de Sociologia Educacional.
- V. (Delgado de Carvalho, 1933,p.24)

Em todos os capítulos, verificou-se esta estruturação: quatro proposições de atividades do autor e a indicação de que os professores poderiam propor outras.

Em todos os capítulos do manual, Delgado de Carvalho indicou fontes bibliográficas que variaram no mínimo de três e no máximo de seis indicações. Para demonstrar as referências bibliográficas contidas na **Referências**, utilizamos o mesmo capítulo:

John Dewey- Vida e Educação;
 Anísio Teixeira- Educação Progressiva;
 Anísio Teixeira- Aspectos Americanos de Educação;
 Lourenço Filho- Introdução ao Estudo da Escola Nova;
 Fernando de Azevedo- Novos Caminhos e Novos Fins
 Afrânio Peixoto- Noções de História da Educação.
 (Delgado de Carvalho, 1933, p.25)

Embora o primeiro manual de Sociologia Educacional tivesse servido de referência aos demais, tendo sido, inclusive, copiado parcialmente, ou servido de crítica pelos demais autores, seus exercícios não foram copiados ou discutidos em nenhum dos demais. A criação de novos "problemas" e de novos exercícios apontaram para as diferentes concepções dos autores para o ensino da disciplina e os problemas sociais e educacionais brasileiros.

Todos os capítulos da 1ª edição de *Lições de Sociologia Educacional*, de Archêro Junior, demonstraram a preocupação do autor em apresentar para os futuros professores os conteúdos de uma disciplina nova, a partir dos métodos da escola renovada. Os nove capítulos apresentaram a mesma estrutura: inicialmente uma exposição sistematizada de uma tema central e, no final, a enumeração das **Conclusões** provocadas pelo tema, a elaboração de **Problemas** a serem

resolvidos individualmente ou em grupo e a apresentação de um **Quadro Sinótico**.

Na atividade denominada **Conclusões**, Archêro Junior apresentou uma síntese do conteúdo do capítulo, com citações de autores, mas sem indicá-los explicitamente. Na parte **Problemas**, o autor propôs questões, sempre num total de seis, para serem trabalhadas e discutidas pelos alunos. Para demonstrar o tipo de exercício proposto pelo autor aos alunos, na atividade **Problemas**, selecionamos a proposição contida no capítulo **O Estado e a Educação**:

- 1- Como pode o Estado fiscalizar o ensino particular?
- 2- Qual a diferença da educação dada pela Escola e a educação dada pelas outras instituições sociais?
- 3- Funções do Estado contemporâneo. Discutir.
- 4- A Escola como instituição social pedagógica em face das instituições sociais(não escolares).
- 5- A nova concepção do papel da escola na sociedade. Críticas às concepções do passado.
- 6- O Estado e uma ditadura educacional (doutrinas) (Archêro Junior 1936, p.93)

O **Quadro Sinótico** apareceu como finalização de todos os capítulos e apresentou um resumo esquemático do conteúdo desenvolvido no capítulo. No parte final da 1ª edição do manual de Archêro Junior, após o desenvolvimento dos capítulos, foi apresentado ao leitor o **Apêndice** contendo um conjunto variado de documentos, dentre os quais, trabalhos de seus alunos no Instituto de Educação da Universidade de São Paulo:

- Programa-mínimo para o Curso Primário;
- Projeto de estatutos para um clube de Sociologia;
- Projeto do Museu Social;
- A estrutura social e econômica dos Romanos e suas instituições educacionais(Maria do

Rosario Fonseca Rosas- 1º ao do Curso de Aperfeiçoamento do IEUSP/1935);

- O regimen feudal. Suas instituições políticas e sociais. A educação nesse regimen; A educação como fato social. (Maria José Ferreira-1º ao do Curso de Aperfeiçoamento do IEUSP/1935);

- Instituições sociais e a educação em esparta (Lygia de Almeida Toledo-1º do Curso de Aperfeiçoamento do IEUSP/1935);

- Decreto nº 6.283, de 25 de janeiro de 1934. Cria a Universidade de São Paulo e dá outras providências;

-Testes para a sabatina semestral de Sociologia Educacional do IEUSP.

-Teses para exames e sabinas.

É importante ressaltar que o autor não apresentou nenhum comentário ou justificativa para a inclusão desses documentos no livro e que os mesmos não foram anunciados a partir dos capítulos estudados. Podemos observar que esses documentos expressaram o período de consolidação da disciplina Sociologia Educacional como disciplina escolar nas Escolas Normais e no Instituto de Educação do Estado de São Paulo.

Para demonstrar uma das parte do **Apêndice**, selecionamos alguns testes para a sabatina semestral de Sociologia Educacional do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo. Os testes, precedidos por instruções, incluíam uma lista de 50 afirmações, em que o aluno deveria assinalar **sim**, quando fossem verdadeiras e **não** quando fossem falsas:

- | | |
|--|-----------|
| 1. A escola, como instituição social, que é, varia em função das formas sociais..... | Sim - Não |
| 2. Há só uma espécie de educação..... | Sim- Não |
| 7. Podemos educar nossos filhos como queremos..... | Sim- Não |
| 8. O homem é humano porque vive em sociedade..... | Sim- Não |
| 29. O Estado deve possuir o monopólio da educação..... | Sim - Não |
| 31. A educação é a socialização da criança, segundo Dewey..... | Sim- Não |
| 50. A sociedade encontra-se em face de cada geração, como em | |

face de uma tábula rasa, sobre a qual é preciso construir tudo de novo..... Sim - Não

Um outro teste para a *sabatina semestral* de Sociologia Educacional consiste em relacionar colunas. De um lado, aparece uma lista com os nomes de 10 autores, e do outro lado, a explicação correspondente. Exemplo:

- | | |
|--------------------------|--|
| 1- Dewey | é o fundador do escotismo |
| 2- Durkheim | a civilização está em mudança |
| 3- Baden Powel | é um educador brasileiro |
| 4- Kilpatrick | a educação é a socialização da criança |
| 5- Bouglé | o fato social é caracterizado pela imitação |
| 6- Lourenço Filho | é discípulo de Durkheim |
| 7- Gabriel Tarde | é o defensor da teoria das forças sociais |
| 8- Lester Ward | a educação é vida |
| 9- Le Play | é precursor do método da observação |
| 10- Spencer | formemos o bom animal |

O manual de Francisca Peeters, *Noções de Sociologia*, foi dividido em capítulos e seguiu a proposição temática do programa oficial de Sociologia Educacional das Escolas Normais do Estado de São Paulo. A autora apresentou a exposição da matéria nos capítulos do manual, mas não incluiu nenhum tipo atividade, de exercícios ou de problemas para serem discutidos pelos alunos, como é comum nos manuais de caráter didático. Além disso, não houve indicação de bibliografia geral no final do livro e nem mesmo o apontamento de referências bibliográficas após o término dos assuntos tematizados ao longo dos capítulos.

A sexta parte do manual, *Noções de Sociologia*, de Peeters, foi dedicada ao ensino da disciplina Sociologia

Educacional e dividida numa introdução e em quatro seções: 1ª Seção- **Princípios Gerais**; 2ª Seção- **Grupos sociais que colaboram na obra da educação**; 3ª Seção- **Os problemas de adaptação do processo educacional aos tempos e lugares**; 4ª Seção- **O progresso social**.

A primeira seção foi subdividida nos seguintes capítulos:

Capítulo I- **A Educação fenômeno e processo social**; Capítulo II- **O Controle social**; Capítulo III- **A imitação e a participação direta na vida social**. A segunda seção foi estruturada seguinte forma: Capítulo I- **A família, centro primordial da educação**; Capítulo II- **A Escola**; Capítulo III- **O Estado e a Escola**; Capítulo IV- **A Igreja e a escola**; Capítulo V- **Agentes sociais não escolares que educam**. A terceira seção pelos seguintes capítulos: Capítulo I- **A Civilização em mudança**; Capítulo II- **A estrutura social e a organização dos sistemas escolares**; Capítulo III- **Aspectos sociológicos do currículo no Brasil**; Capítulo IV- **A complexidade dos problemas de extensão da educação**; Capítulo V- **A educação especial**. A quarta e última seção foi subdividida: Capítulo I- **Noção de progresso social**; Capítulo II- **O progresso indefinido da humanidade?**; Capítulo III- **As causas de regressão da sociedade**; Capítulo IV- **Condição sine qua non de progresso social único: volta do indivíduo e da sociedade a Deus**.

Peerters manteve o formato do manual didático voltado para memorização dos conteúdos apresentados e para a doutrinação religiosa. Os capítulos apresentavam os temas indicados pelos programas oficiais para o ensino da disciplina Sociologia Educacional, mas com as teses dos setores mais conservadores dos católicos e as críticas às propostas educacionais do grupo dos renovadores da Escola Nova.

A 1ª edição de *Sociologia Educacional* (1940), de Fernando de Azevedo apresentou uma organização que se manteve em todas

as edições subseqüentes, com as seguintes divisões e subdivisões:

Introdução- O que é Sociologia e o que é Sociologia Educacional;

Parte primeira- A Educação, Fenômeno Social:

Capítulo I- O individual e o social;

Capítulo II-A coesão social e a tradição;

Capítulo III- A integração do indivíduo no grupo;

Capítulo IV- A natureza sociológica do fenômeno educacional;

Capítulo V- A educação, um processo social geral;

Capítulo VI- A educação nas sociedades primitivas

Parte segunda- As Origens e a Evolução da Escola:

Capítulo I- A família e a educação;

Capítulo II- O grupo profissional pedagógico;

Capítulo III- Escola, uma instituição social;

Capítulo IV- A rotina na educação, formadores e reformadores;

Capítulo V- A educação e o progresso

Parte terceira- Os Sistemas Educacionais:

Capítulo I- Os sistemas escolares e os sistemas sociais gerais;

Capítulo II- A educação e as classes sociais;

Capítulo III- A complexidade e a crise em educação;

Capítulo IV- A educação como agente de mudança social;

Capítulo V- A organização dos sistemas escolares

Parte quarta- Os Problemas Sociais Pedagógicos:

Capítulo I- As cidades e os campos e os problemas da educação;

Capítulo II- O Estado e a educação;

Capítulo III- Política e educação;

Capítulo IV- O Problema dos fins da educação;

Capítulo V- A Escola, o patriotismo e a unidade nacional e

Capítulo VI- A opinião pública e a educação.

Em cada capítulo, após o desenvolvimento do conteúdo, o autor apresentou a atividade **Problemas e Discussões** em que propôs, aos estudantes, *leituras complementares, formulação de inquéritos e questões de aprofundamento do tema analisado*, para serem realizados *em grupo*. No final de cada capítulo, Fernando de Azevedo apresentou as **Referências Bibliográficas**

e no final do livro a **Bibliografia geral**, subdividida em três partes: Monografias, Manuais e Tratados; Revistas e Enciclopédias.

A Bibliografia geral apontada por Azevedo, no final do livro, era composta de trinta e uma obras, entre monografias, manuais e tratados. Esse conjunto de obras revelou a interlocução entre Azevedo e os autores de Sociologia Educacional. Dentre estas, apenas *Sociologia Educacional* de Delgado de Carvalho foi indicado como referência entre os autores brasileiros. Todas as outras obras indicadas na Bibliografia Geral, referiam-se a produções de autores italianos, franceses, ingleses, alemães e, principalmente, norte-americanos. Dentre esses autores, indicados por Fernando de Azevedo, por suas contribuições no campo da Sociologia Educacional, destacaram-se: Nicola Abbagnano, Paul Barth, Émile Durkheim, Alfredo Povina, John Dewey, C.Peters, Walter R. Smith e David Snedden

O manual *Noções de Sociologia Educacional* de Theobaldo Miranda Santos foi dividido em três partes e um apêndice: 1ª parte- **Bases sociológicas da Educação**; 2ª parte- **Problemas sociológicos da educação** ; 3ª parte- **Sistemas sociológicos de educação** e o Apêndice- **Aspectos da Educação no distrito Federal**.

A primeira parte subdividia-se nos seguintes capítulos:

Capítulo I- A Sociologia; Capítulo II- A Sociologia Educacional; Capítulo III- A Educação e a Sociedade; Capítulo IV- A Educação e a Comunidade; Capítulo V- A Educação e a família; Capítulo VI- A Educação e o Estado; Capítulo VII- A Educação e a Igreja. A segunda parte continha os seguintes capítulos: Capítulo VIII- A Educação e o trabalho; Capítulo IX- A Educação e a Profissão; Capítulo X- A Educação e a liberdade; Capítulo XI- A Educação e o progresso; Capítulo XII- A Educação e a vida social; Capítulo XIII- A Educação e as sociedades primitivas. A terceira

parte subdividia-se em: Capítulo XIV- A Educação individualista; Capítulo XV- A Educação socialista; Capítulo XVI- A Educação Nacionalista; Capítulo XVII- A Educação culturalista; Capítulo XVIII- A Educação personalista; e o apêndice subdividia-se em : Capítulo XIX- A Educação pré-primária; Capítulo XX- A Educação primária; Capítulo XXI- A Educação supletiva; Capítulo XXII- A Educação técnica; Capítulo XXIII- A Educação emendativa e Capítulo XXIV- A Educação Pedagógica.

Todos os capítulos da 1ª edição de *Noções de Sociologia Educacional* de Santos, apresentavam a mesma estrutura: inicialmente uma *exposição sistematizada do tema central* do capítulo, com *sub-tópicos* (A,B,C,D,E, etc) No final de cada capítulo, havia as seguintes subdivisões: **Notas para Estudo**, **Temas para Discussão** e as **Referências Bibliográficas**. Na parte **Notas para estudo**, o autor selecionou trechos de livros de três autores diferentes acerca do tema trabalhado. Esses textos selecionados visavam, na maioria das vezes, contrapor diferentes pontos de vistas dos autores sobre o tema estudado. A parte **Temas para discussão** constituiu-se de propostas de exercícios individuais ou em grupo sobre o tema em questão. Para exemplificar este tipo de exercício elaborado pelo autor, utilizamos o capítulo *O Estado e a Educação*:

- 1-Definir o Estado.
- 2-Distinguir Estado e Nação.
- 3-Mostrar a origem do Estado.
- 4-Assinalar as funções do Estado.
- 5-Estabelecer os limites do poder do Estado.
- 6-Descrever o conceito de soberania do Estado.
- 7-Mostrar a influência do Cristianismo sobre a concepção de Estado.
- 8- Criticar a concepção de absolutismo estatal.
- 9-Mostrar as relações entre Estado e Educação.
- 10-Delimitar a esfera de ação pedagógica do Estado.
- 11- Fazer a crítica da escola única à luz de um conceito democrático de Estado e de educação. (Santos, 1947, p.68).

No final de cada capítulo, o autor apresentou a lista das indicações bibliográficas que subsidiaram a produção dos textos. No capítulo **O Estado a Educação**, Santos indicou nas **Referências Bibliográficas** os seguintes autores brasileiros e estrangeiros:

1- Ataíde, Tristão. Política. Livraria Católica, Rio, 1932; 2- Azevedo, Fernando. A educação e seus problemas. Cia Editora Nacional, São Paulo, 1937; 3- Contardarin, L. Notions de Sociologie. Librairie Delagrave, Paris, 1931; 4- Mantovani, J. Bachillerato y Formación Juvenil, Santa Fé, 1940; 5- Passage, H. Noções de Sociologia. Getúlio M. Costa, Rio, trad.; 6- Peeters, Madre Francisca. Noções de Sociologia. Cia. Melhoramentos de São Paulo, 1935; 7- Vivanco, M.R. Introducción a la Sociologia Pedagógica. Cultural S.A., Havana, 1941; 8- Weiss, Pädagogische Soziologie. München, 1929. (Santos, 1947, p.68)

O manual *Sociologia Educacional*, de Amaral Fontoura, foi dividido em cinco unidades: 1ª unidade- **Fundamentos Sociológicos da Educação**; 2ª unidade- **As instituições sociais e a educação** ; 3ª unidade- **O processo educativo**; 4ª unidade- **Funções sociais da Escola** e a 5ª unidade: **Organização social da escola**.

A primeira unidade subdividia-se nos seguintes capítulos:

Capítulo I- Estudo do homem e sua posição na sociedade; Capítulo II - A Sociologia geral e as sociologias especiais; Capítulo III- O fato social e o processo social; Capítulo IV- O estudo da Comunidade; Capítulo V- Sociologia Educacional. A segunda parte continha os seguintes capítulos: Capítulo VI- A família e a educação; Capítulo VII- A igreja e educação; Capítulo VII- O Estado e a educação; Capítulo IX- O trabalho, a recreação e a educação; Capítulo X- A escola e a educação. A terceira

parte subdividia-se em: Capítulo XI- Evolução dos processos educativos; da ação privada à ação pública; Capítulo XII- A educação como processo social; Capítulo XIII- Influências dos sistemas sociais sobre o sistema educacional. A unidade quarta subdividia-se em: Capítulo XIV- A socialização do indivíduo; Capítulo XV- A escola e os ideais de seu tempo; Capítulo XVI- A disciplina, o prêmio e o castigo como problemas sociais; Capítulo XVII- Função social da escola nos vários níveis e ramos de ensino. E, na unidade cinco o autor apresentou o seguinte plano: Capítulo XVIII- A Escola da comunidade e a comunidade da escola; Capítulo XIX- Organização social da escola; Capítulo XX- Importância das atividades extracurriculares; Capítulo XXI- Instituições sociais da escola e sua importância; Capítulo XXII- Os métodos socializados de ensino; Capítulo XXIII- Objetivos sociológicos das várias matérias; Capítulo XXIV- Cooperação da escola com outras instituições sociais da comunidade; Capítulo XXV- A ação social da escola e capítulo XXVI- Filosofia social e ciência social.

Todos os capítulos da 1ª edição de *Sociologia Educacional* apresentaram a mesma estrutura: inicialmente uma *exposição sistematizada* do tema central do capítulo com tópicos numerados e sub-tópicos com letras. No final de cada capítulo, o autor apresentou o seguinte plano de estudo: ***Pesquisa social a realizar; Tópicos para debate em classe e trabalho individual e Leituras complementares.*** Em dezoito dos vinte e seis capítulos, o autor propõe ***Pesquisa social a realizar***, e questões elaboradas pelo autor para que os alunos aplicassem nos trabalhos em grupo. Para demonstração, destacamos as proposições do autor no Capítulo XXI- ***Instituições sociais da escola e sua importância:***

As instituições sociais da escola na sua comunidade

- 1) Verifique quantas escolas da sua comunidade (bairro, ou cidade, ou município, ou distrito) possuem biblioteca. Os alunos tem seus livros? De que assuntos, principalmente? Levam livros para casa?
- 2) Quantas escolas tem Centro Cívico? Como funcionam os centros? Reúnem-se? Quando? Por quê?
- 3) Quantas escolas tem Clube Agrícola? Que plantam nos clubes? Há criações? De quê? Que destino dão aos produtos? Os sócios tem participação nos lucros?
- 4) Quantas escolas têm Grêmios e Clubes literários? Que fazem eles?
- 5) Quantas escolas têm Clube de Saúde ou Pelotão de Saúde? Que fazem eles?
- 6) Quantas escolas têm Caixa Escolar? Quanto rende anualmente cada Caixa? Que fazem com essa renda? Quem dirige a Caixa?
- 7) Quantas escolas têm Círculo de Pais e Professores? Reúnem-se esses Círculos? Quando? Para quê?
- 8) Verifique quantas instituições das abaixo mencionadas existem nas escolas de sua comunidade, se funcionam e o que fazem: a) Jornal Escolar, b) Museu, c) Orfeão, d) Correio Escolar, e) Coopetativa, f) Outras. (Fontoura, 1952, p. 212-213)

Na parte ***Tópicos para debate em classe e trabalho individual***, o autor apresentou um conjunto de exercícios com questões de interpretação e de aprofundamento do conteúdo temático do capítulo:

- 1) Mostrar o fundamento sociológico das Instituições escolares e quais as suas finalidades sociais.
- 2) Como podem as Instituições Escolares concorrerem para o aperfeiçoamento educativo do aluno? E para o melhor desenvolvimento do programa de ensino?
- 3) Mostre como faria você para organizar um Clube de leitura na escola secundária. E um pelotão de saúde na escola primária.
- 4) Explique a importância social que tem as seguintes instituições: a) o centro cívico; b) a caixa Escolar, c) O círculo de pais e mestres. (Fontoura, 1951, p.213-214)

No final desse mesmo capítulo, o autor apresentou a lista das indicações bibliográficas que subsidiaram a produção do texto. Na parte **Leituras Complementares**, Fontoura apontou as seguintes referências:

Amaral Fontoura-Fundamentos de Educação, Editora Aurora, Rio, 1949; Backheuser, Ev.- Manual de Pedagogia Moderna, Editora Globo, Porto Alegre, 1946; Campos, Maria Reis- Instituições Escolares, Rio, 1934; Venâncio Filho, A educação e seu aparelhamento moderno, Editora Nacional, São Paulo, 1941. (Fontoura, 1951, p.214)

Na última parte do livro, Fontoura apresentou **Vocabulário de Sociologia**, um mini-dicionário de Sociologia com 95 termos específicos da área. Como demonstração, destacamos alguns desses verbetes:

Grupo social- é a reunião de vários indivíduos para um fim comum. O menor grupo social é a família, que pode, inclusive, possuir apenas 2 membros(marido e mulher). Outros grupos sociais são a escola, o grupo profissional, a Igreja, o grupo de recreação, etc.]

Igreja- Em sentido geral é o local onde se realiza qualquer culto religioso, ou mesmo, por extensão o próprio culto. Em sentido mais preciso, é a Igreja Católica.

Sociologia Educacional- Uma das divisões da Sociologia. É a parte da Sociologia especial que estuda a função social da escola, as relações entre escola e sociedade.

Laicismo - é a doutrina ou tendência a separar a Religião das demais instituições sociais. Chama-se "Estado leigo", ou laico, o Estado separado da Igreja, assim como recebe o nome de "Escola laica", ou leiga, a escola em que não se ensina religião. (Fontoura, 1951. P.263-273)

O manual *Elementos de Sociologia Educacional*, de Delgado de Carvalho (1951), foi dividido em cinco unidades: Unidade I- **Fundamentos Sociológicos da Educação**; Unidade II - **O processo educativo**; Unidade III- **Funções Sociais da Escola**; Unidade IV- **Instituições de natureza educativa** e a Unidade V- **O meio social da escola**.

A primeira unidade foi subdividida em duas partes: Primeira parte- **Os grupos** e a Segunda parte: **Os Fatores culturais**. A primeira parte foi estruturada nos seguintes tópicos:

A) Interação Social: Formação e Ação dos grupos; B) Diferenciação e classificação dos grupos. A segunda parte: A) Comunicação e Linguagem; B) Técnica, Ciência e Arte, C) Moral e Religião; D) Controle social e opinião pública. A Unidade II divide-se nos seguintes tópicos: A) Objetivos Finalidades; B) Valor dos conhecimentos; C) Educação formal. A Unidade III divide-se nos seguintes temas: A) As fases da educação; B) Educação Pré-primária e primária; C) Escola secundária e Escola técnica; D) Educação supletiva; E) Escola Normal e Universidade; F) Planos, Currículos e Programas; G) Atividades Extra-classes. A Unidade IV divide-se nos seguintes assuntos: A) A família, funções e evolução; B) A comunidade, recreio e trabalho; C) O Estado: funções e atribuições; D) A Igreja e a educação religiosa; E) Outras Instituições de fins culturais. A unidade V divide-se nos seguintes tópicos: A) A vida escolar- os inquéritos; B) O corpo discente, C) O corpo docente; D) Valor prático da Sociologia Educacional; E) Inquéritos e Pesquisas; F) Notas propedêuticas.

Todos os capítulos do manual *Elementos de Sociologia Educacional* apresentaram a mesma estrutura: uma *exposição sistematizada do tema central* do capítulo com *tópicos numerados e sub-tópicos com letras*. No final de cada capítulo o autor apresentou o seguinte plano de estudo: **Resumo**;

Documentação; Tópicos de Dissertações; Questionário e Palavras-chave.

No parte **Resumo**, o autor sintetizou as principais idéias dos temas analisados. Na **Documentação**, apresentou trechos de livros sobre o tema estudado para aprofundamento. Para exemplificar, apresentamos a lista de autores utilizados na Unidade **O processo educativo**, em que o autor destacou trechos dos seguintes autores:

Emile Durkheim: *Educação e Sociologia*-trad.de Lourenço Filho, pág.45 ; David Snedden: *Sociologia Educacional*- pág.446 ; Clifford Kirkpatrick: *Cultural versus Biological Inheritante*; L.Thralls e E.H.Reeder: *Geografy in the Elementary School*-págs.25,26,27,28; F.E.Lumley: *Principles of Sociology* - pág.340-341; W.Bruce e F. Freeman: *Development and Learning*-(Delgado de Carvalho, 1956, p.138)

Na parte **Tópicos de dissertação**, o autor propõe, em todos os capítulos, cinco exercícios dissertativos referentes aos conteúdos desenvolvidos no capítulo. Destamos para demonstração as proposições do capítulo citado:

- 1."Educação é vida" (Dewey).
- 2."Educação é socialização metódica das novas gerações" (Durkheim).
- 3."A escola não é um fator máximo de educação"(Bouglé).
- 4."Não se pode conceber um sistema pedagógico divorciado do sistema social geral".
- 5."A Educação é essencialmente tradicionalista ou inovadora? Por quê? (Delgado de Carvalho, 1956, p. 104)

Em seguida às propostas dos exercícios de dissertação, o autor apresentava questões de interpretação do texto referentes ao desenvolvimento dos conteúdos. Essas questões foram agrupadas na parte **Questionário** e todos os capítulos

foram concluídos com dez **Palavras-chave**, destacadas pelo autor a partir dos conteúdos desenvolvidos:

1- Educação; 2-Estatuto social; 3- Eficiência social; 4-Instituições; 5-Motivação; 6- Educação formal; 7- Escola ativa; 8- Socialização; 9- Valores educacionais; 10- Sistema educacional. (Delgado de Carvalho, 1956, p.105)

O manual *Sociologia da Educação*(1956,) de Geraldo Brandão, foi dividido em doze capítulos. A divisão dos capítulos seguiu a proposição temática do programa oficial de Sociologia Educacional das Escolas Normais da Portaria nº 49 de 1954, do Departamento de Educação do Estado de São Paulo, diferenciando-se dos manuais anteriores:

Capítulo I- A socialização e a formação da personalidade;
Capítulo II- A educação como processo socializador;
Capítulo III- Processos gerais da educação;
Capítulo IV- Instrução e escolarização como consequência da diferenciação social;
Capítulo V- A escola como grupo social;
Capítulo VI- Análise da escola como grupo internamente diferenciado, com referência a sociabilidade infantil e juvenil;
Capítulo VII- Análise da escola como grupo internamente diferenciado, com referência a sua estrutura social;
Capítulo VIII- Função social da Escola;
Capítulo IX- A escola em face dos problemas sociais brasileiros;
Capítulo X- Problemas da educação urbana;
Capítulo XI- Os problemas da educação rural;
capítulo XII- O papel do conhecimento sociológico na atividade do educador.

É importante destacar que, após a exposição da matéria nos capítulos do manual, o autor não apresentou nenhuma proposta de atividades, de exercícios ou de problemas para serem discutidos pelos alunos, como é comum nos manuais de caráter didático. Além, disso, não houve indicação de

bibliografia geral no final do capítulo; a bibliografia foi apresentada pelo autor apenas no final do manual.

As metodologias de ensino e os recursos didáticos formulados pelos autores nos manuais para garantir o aprendizado dos conteúdos da disciplina são reveladores do processo de fabricação do conhecimento escolar na área da Sociologia Educacional. Na análise do discurso pedagógico dos manuais didáticos de Sociologia Educacional, foi possível observar a presença de uma variedade de atividades propostas pelos autores para facilitar a aprendizagem dos conteúdos da disciplina: questionários, resumos, exercícios de interpretação de aprofundamento de textos e orientação de pesquisas para conhecimento da realidade social e educacional da comunidade da qual a escola fazia parte.

As proposições didáticas, realizadas pelos autores, expressaram os diferentes instrumentos de intervenção utilizados sobre o processo de aprendizagem e evidenciaram uma seleção de saberes sobre Sociologia Educacional considerados fundamentais pelos autores para serem assimilados pelos alunos, como por exemplo a aprendizagem da prática da pesquisa sociológica e da formulação de respostas aos problemas colocados pelo professor sobre a realidade social brasileira.

Continuidades e rupturas: as trajetórias das edições

A análise das reedições dos manuais permitiram verificar continuidades e rupturas nos conteúdos ensinados ao longo do tempo. Estas alterações e mudanças nos textos didáticos das reedições, seja nos conteúdos ou na forma de apresentação destes contribuíram para a reconstrução da história da

disciplina Sociologia Educacional no Brasil, conforme nos aponta Lucíola L. Santos:

A proposta curricular de uma disciplina em uma determinada época representa, então, a hegemonia de uma determinada posição naquele campo. Partindo desta idéia, a história das matérias ou disciplinas escolares deve considerar o conjunto dos grupos competidores, em qualquer época, lutando por aceitação de suas posições. (Santos, s/d)

Em 1933, a Companhia Editora Nacional publicou *Sociologia Educacional* de Carlos Miguel Delgado de Carvalho. O livro compunha a série Atualidades Pedagógicas e assinalou a surgimento do primeiro manual de Sociologia Educacional editado no Brasil. Em 1940, foi publicado pela mesma editora e sem alterações de nenhuma natureza a 2ª edição de *Sociologia Educacional*.

Todos os manuais de Sociologia Educacional analisados foram reeditados. Alguns deles, como *Lições de Sociologia Educacional* (1936) de Archêro Junior; *Sociologia Educacional* (1940) de Fernando de Azevedo e *Sociologia Educacional* (1951) de Amaral Fontoura foram publicados por mais de duas décadas. *Sociologia Educacional*, de Fernando de Azevedo, chegou a ser traduzido para o espanhol e teve várias edições.

Em 1951, Delgado de Carvalho publicou *Elementos de Sociologia Educacional e Fundamentos Sociológicos da Educação* com base no Programa de Sociologia Educacional do Instituto de Educação da capital federal, pela Companhia Editora Nacional. Em 1956, foi publicado pela mesma editora a 2ª edição revista e aumentada com notas da Professora Irna M. Kadan da Universidade do Distrito Federal. Nesse livro, Delgado de Carvalho preocupou-se em tornar mais didáticas as

apresentações das idéias principais contidas no *Sociologia Educacional*, de 1933, incluindo mais exercícios.

Lições de Sociologia Educacional, de Archêro Junior, permaneceu por mais de três décadas no mercado editorial, tendo ao longo de sua trajetória um total de 6 edições: 1ª edição, São Paulo, Livraria Editora Odeon, 1936; 2ª edição, 1940; 3ª edição, 1949; 4ª edição, 1952; 5ª edição, 1956 e 6ª edição, 1961. A partir da 2ª edição, os manuais foram impressos pela Edições e Publicações Brasil e como volume 11 da Coleção Didática Nacional.

Em todas as edições de *Lições de Sociologia Educacional*, foi possível notar a preocupação de Archêro Junior em cumprir rigidamente os programas oficiais de ensino, ainda que a partir da 2ª edição de 1940, na **Instrução aos professores** tenha feito críticas diretas ao Programa de Sociologia Educacional das Escolas Normais:

Antes de mais nada cumpre-nos declarar que não concordamos em absoluto com o atual programa de Sociologia das Escolas Normais do Estado de São Paulo. Os encarregados na sua organização se limitaram a uma lista de assuntos que não são concatenados. Desta maneira fomos obrigados a fazer uma verdadeira ginástica (permitam os distintos colegas o termo) na apresentação de nossas lições repetindo, muitas vezes, o mesmo assunto já tratado em lições anteriores em vista da exigência do referido programa de ensino (Archêro Junior, 1940, p.341)

A crítica dirigiu-se aos formuladores do Programa, Fernando de Azevedo, Romano Barreto e Eudoro Ramos Costa que, segundo o autor organizaram uma lista de assuntos sem encadeamento lógico, dificultando a elaboração do texto e provocando repetições nas lições. Mesmo assim, informou que os títulos do programa foram adequadamente desenvolvidos.

As quatro primeiras edições do manual seguiram as exigências do Programa de Sociologia Educacional das Escolas Normais do Estado de São Paulo, de 1935. A partir da 5ª edição, um novo Programa aprovado pela portaria nº 49 de 04-12-54, do Departamento de Educação do Estado de São Paulo, passou a nortear os conteúdos do manual (Cf. Capítulo 1)

Uma das principais características da primeira edição de *Lições de Sociologia Educacional* foi marcada pela forte presença de Fernando de Azevedo, como, por exemplo, a inclusão de sua fotografia para abrir o primeiro capítulo do manual, além das várias citações de seus textos e as referências elogiosas ao seu trabalho como reformador do ensino paulista. As fotografias de Fernando de Azevedo e de Achilles Archêro Junior, ocupando uma página inteira cada uma, abrem o primeiro capítulo denominado **A Sociologia Educacional**. A fotografia de Fernando de Azevedo, em primeiro lugar, trazia a seguinte inscrição: **Professor de Sociologia Educacional do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo**. A fotografia de Archêro junior, apresentada em seguida, trazia a informação: **Assistente de Sociologia Educacional do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo**.

Outra característica fundamental desta primeira edição é o fato de Archêro Junior ter realizado reproduções quase que literais dos capítulos do manual de *Sociologia Educacional* de Delgado de Carvalho. Estas reproduções foram mantidas até a 4ª edição de 1952. Em 1940, foi publicada a 2ª edição de *Lições de Sociologia Educacional*, sob os impactos do **Estado Novo** e da extinção do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo. Podemos destacar as seguintes modificações em relação à primeira edição: o manual cumpre **rigorosamente** o Programa de Sociologia Educacional das Escolas Normais do

Estado de São Paulo, mas há uma diminuição considerável das referências e citações de Fernando de Azevedo.

As 3^a e 4^a edições, 1949 e 1952, respectivamente, apresentaram poucas alterações em relação à estrutura da 2^a edição de 1940. Foi mantida a fidelidade ao Programa de Sociologia Educacional das Escolas Normais do Estado de São e incorporadas ao texto apenas dados referentes às reformas, que, nesse período depois de uma década, alteraram a organização do sistema escolar do Brasil. A modificação mais significativa ocorrida a partir da 4^a edição (1952), foi a exclusão total de qualquer referência à Fernando de Azevedo no manual. As citações de seus livros foram suprimidas dos capítulos, que de resto, permaneceram intactos. Nenhum livro de Fernando de Azevedo foi citado na Bibliografia Geral, nem mesmo *Sociologia Educacional* de 1940, o que é relevante se considerarmos que na 1^a edição de 1936, seis livros desse autor constavam nas referências bibliográficas. As 5^a e 6^a edições, respectivamente de 1956 e 1961, são relativamente alteradas em razão do novo Programa de Sociologia Educacional aprovado pelo Departamento de Educação do Estado de São Paulo.

A continuidade dos temas e problemas apresentados nas três décadas em que o manual foi veiculado, verificou-se, também, no Apêndice, com a publicação de documentação importante para a pesquisa. O Apêndice foi composto por textos que trataram sobre assuntos diversos produzidos por diferentes autores. Os textos referiram-se à constituição da Sociologia Educacional como disciplina escolar, com os seguintes assuntos: testes para provas de Sociologia Educacional, monografias de alunos, legislação, inquéritos educacionais realizados pelos alunos da disciplina nos Cursos Normais, e projetos de estatutos para a de formação de um

clube de sociologia e de um museu social. O Apêndice foi modificado a cada edição, com a exclusão e a inclusão de textos. Mas, alguns percorreram, de forma intacta, todas as edições: **Projeto de estatutos para um clube de sociologia; Projeto de Museu Social; Testes para a sabatina semestral de Sociologia Educacional; Teses para exames e sabinas.**

Archêro Junior dedicou a 1ª edição "Aos Pioneiros da Educação Nova no Brasil." Em seguida, apresentou algumas apreciações sobre a obra *Lições de Sociologia* de sua autoria, publicada em 1933, constituído de pequenos trechos elogiosos às contribuições do seu próprio trabalho (como fez Fernando de Azevedo), vindas de profissionais (autores e professores) do campo da educação e também da imprensa escrita (*Correio Paulistano* e *Gazeta*).

Na 2ª edição de 1940, o autor lamentou o encerramento das atividades do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo. Em 1938, o Instituto de Educação foi extinto pelo Decreto Estadual 9.628, e, Archêro Junior, no capítulo XVIII, que trata do organização do sistema escolar brasileiro, comentou:

Lamentamos que não haja no Brasil uma Escola Normal Superior como a de Paris. Em São Paulo existiu o Instituto de Educação, que preenchia os requisitos de uma escola normal superior. Infelizmente, por questões de ordem pessoal, aquele Instituto foi extinto e transformado em Escola Normal Modelo, posteriormente denominada Escola "Caetano de Campos". (Archêro Junior, 1940, p.322)

Noções de Sociologia de Madre Francisca Peeters foi editado pela primeira vez 1935 pela Companhia Melhoramentos de São Paulo. Em 1938, pela mesma editora foi publicada a 2ª edição do manual, revista e melhorada. Na **Advertência para a segunda edição**, escrita em setembro de 1938, Peeters informou

ao leitor que o livro sofreu uma remodelação completa em função das exigências dos programas oficiais para Escolas Normais, mas continuava sendo destinado aos alunos e não a um público de eruditos. Da mesma forma, quando da 1ª edição, julgou inútil a indicação de assuntos de pesquisas e de inquéritos, pois as mesmas estavam indicadas em número considerável nos programas e os professores deveriam ter autonomia para ministrar a disciplina.

Finalmente, a autora rebateu as críticas ao livro, feitas por ocasião da 1ª edição, pelo excesso de religião e de moral. Os críticos afirmavam que a Sociologia não era ciência normativa e que a autora deveria se limitar a expor objetivamente os fatos sociais e deduzir deles as leis científicas. A autora rebateu seus críticos, reafirmando sua posição frente ao ensino de Sociologia Educacional:

Mas a Sociologia inscrita no rol das disciplinas que devem formar o professor de amanhã, não pode esquecer-se de sua missão educativa. Assiste-lhe a obrigação de iluminar, de firmar e de orientar. E esta missão, melindrosa em extremo para quem só possui opiniões e vive num ambiente de relativismo, desempenha-se calma e seguramente à luz da verdade eterna. (Peeters, 1938, p.7).

Em 1940, foi publicada pela Companhia Editora Nacional, a primeira edição de *Sociologia Educacional (Introdução ao estudo dos fenômenos educacionais e de suas relações com outros fenômenos sociais)* de Fernando de Azevedo. O livro compunha a série 4ª- Iniciação Científica- volume 19 da Biblioteca Pedagógica Brasileira, dirigida pelo próprio autor.

Em 1942, o livro *Sociologia Educacional* de Fernando de Azevedo, foi traduzido para o espanhol e publicado pela editora Fondo de Cultura Economica no México com o título *Sociologia de la Educacional (Introdução al estudio de los fenomenos educativos y de sus relaciones com los demas fenomenos sociales)*. O livro foi traduzido por Ernestina de Champourcin e teve várias edições, a exemplo da publicação em língua portuguesa, percorrendo várias décadas. Em língua portuguesa, o livro teve seguidas reedições, todas pela Edições Melhoramentos: 2ª edição (1951); 3ª edição (1954); 4ª edição (1957); 5ª edição (1957); 6ª edição (1964). Em língua espanhola, o livro *Sociologia Educacional* foi reeditado várias vezes pela editora Fondo de Cultura Economica: 2ª edição (1946); 3ª edição (1954); 4ª edição (1958); 5ª edição (1961); 6ª edição (1964); 7ª edição (1966); 8ª edição (1973).

Em 1951, uma década após seu lançamento, foi publicada pela Edições Melhoramentos a 2ª edição de *Sociologia Educacional* com um prefácio escrito por Fernando de Azevedo, mantido em todas as edições subsequentes. Esse prefácio da Segunda edição foi publicado em primeira mão, em 1950, pela revista *Sociologia*³ da Escola de Sociologia e Política, quando ainda o livro encontrava-se no prelo.

A partir da 4ª edição de 1957, *Sociologia Educacional* passou a fazer parte da publicação das obras completas de Fernando de Azevedo, com o volume nº **X**, pela mesma editora. Nessa edição, o livro passou a ser dedicado a intelectuais voltados ao ensino, à produção teórica e à pesquisa no campo das ciências sociais no Brasil:

A Antonio Cândido de Mello e Souza- Egon Schaden-Florestan Fernandes e Lourival Gomes

³ Revista *Sociologia* - número 2- vol. XII maio de 1950, pp. 101-112.

Machado que, com suas contribuições de alto nível, no domínio dos estudos teóricos e das pesquisas, tem feito viver e progredir a sociologia e a antropologia no Brasil.

Não ocorreram modificações na estrutura e nos conteúdos do livro ou supressão e inclusão de novos temas ou capítulos ao longo das edições. Em relação à primeira edição de 1940, a segunda edição trouxe, além do prefácio, a inclusão na Bibliografia Geral do livro de Nicola Abbagnano, *Pedagogia e Sociologia* e das revistas norte-americanas *The American Journal of Sociology* (nº6-1943) da Universidade de Chicago, e *The Journal of Negro Education* (nº3,1946) da Universidade de Howard, Washington. Essas foram as únicas modificações na Bibliografia Geral efetuadas no período de publicação de todas as edições.

Fernando de Azevedo afirmou no prefácio, escrito em 1951, que a educação, em relação a outros campos de investigação sociológica, tinha sido um dos setores de estudo mais relegados pelos sociólogos. O autor apontou para a quase total ausência de análises sociológicas dos fatos e problemas da educação e de estudos capazes de abordá-los com rigor científico, mesmo em países como França, Inglaterra e Estados Unidos, onde os estudos de Sociologia haviam alcançado enorme desenvolvimento. Azevedo lamentava a escassa produção de ensaios e pesquisas sobre fatos da educação e as inexpressivas sistematizações teóricas.

A literatura sociológica no Brasil não registra, de fato, nesse decênio que se estende de 1940 a 1950, senão alguns trabalhos esparsos e investigações de real interesse par a sociologia da educação. Em S.Paulo, Emílio Willems, professor de antropologia, e seu assistente Egon Schaden, e Florestan Fernandes, um de nossos assistentes, abordaram por vezes problemas sociológicos relativos ou ligados à educação,

aquele estudando a aculturação dos alemães no Brasil, e a assimilação e educação, o segundo, tratando particularmente do papel da magia nas práticas rituais de iniciação, e o último, analisando, por exemplo, a função dos grupos e dos folguedos infantis na transmissão da cultura e na formação da personalidade dos imaturos⁴.

O autor destacou os trabalhos de alguns professores da Universidade de São Paulo na pesquisa de temas educacionais, mas enalteceu, principalmente, os esforços de Antonio Candido de Melo e Souza, 1º assistente da cadeira de Sociologia, na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, que dedicou grande parte de seu tempo ao estudo dessa especialidade científica, aos temas educacionais.

Sociologia Educacional, de Amaral Fontoura, publicado pela primeira vez em 1951, permaneceu por mais de três décadas no mercado editorial, tendo ao longo de sua trajetória um total de 22 edições, todos pela Gráfica e Editora Aurora. A 22ª edição publicada em 1972, manteve praticamente a mesma estrutura e conteúdos desenvolvidos na primeira edição.

⁴ Azevedo, Fernando de. 1964.op.cit. p.4

Considerações Finais

A disciplina Sociologia da Educação foi incluída, na década de 30, no Brasil, como disciplina escolar no currículo das Escolas Normais, no bojo das reformas educacionais, realizadas pelas mãos dos renovadores, com o objetivo de reorganizar e aparelhar a vida escolar para a produção de um "homem novo" e diminuir a distância que separava o Brasil das "nações civilizadas". Segundo os seus defensores, a inclusão dessa disciplina no currículo dos cursos de formação de professores, reforçaria o caráter estratégico da educação, como ferramenta de transformação do país, pois, de posse do conhecimento científico das necessidades sociais, seria possível encontrar os determinantes para a formação mais adequada das novas gerações.

Nesse maquinismo da política educacional, o professor primário era considerado a peça principal, pois caberia a ele

a concretização das propostas de reforma educacional, fortemente influenciadas pela sociologia norte-americana, vinculando as práticas escolares às investigações sociais e à criação de novas experiências culturais e sociais no ambiente escolar. Para tanto, deveria haver uma sólida formação do professor, alicerçada, principalmente, pelos conhecimentos sociológicos, destacando a disciplina Sociologia da Educação como guia da ação reformadora.

O seu ensino foi fortemente marcado pela utilização de manuais didáticos, produzidos por autores que lideraram as propostas de reforma educacional ou por aqueles que reagiram a essas propostas. Os manuais didáticos de Sociologia Educacional expressaram as divergências e os conflitos entre pioneiros e católicos em relação ao projeto social e educacional do período e as disputas entre esses grupos pelo controle do aparelho escolar, seja para ganhar os professores para sua proposta, seja para influir no processo de reorganização e de aparelhamento escolar. Nesse sentido, através dos manuais, diferentes apropriações da pedagogia escolanovista foram realizados por esses autores: os Pioneiros difundiram o ideário escolanovista, atrelando-o à reorganização do sistema educacional brasileiro e estrutural da escola. Os católicos, reagiram à tese da escola pública, universal, gratuita e laica, apropriando-se de outras teses escolanovistas, porém confinando-as ao terreno estritamente pedagógico.

Nesse embate entre Católicos e Pioneiros, observado nos manuais, a partir do final dos anos 40, embora o confronto se acirrasse no campo da política educacional, na configuração do ensino da disciplina Sociologia Educacional, alguns representantes desses grupos realizavam acordos conceituais. O exemplo mais claro é o da aproximação das concepções de

Dewey e Durkheim, realizados por Fernando de Azevedo e copiados por Theobaldo Miranda Santos e Amaral Fontoura: o conceito de "transmissão da educação de uma geração mais velha à mais nova" de Durkheim, foi unido ao conceito de "reconstrução da experiência" de Dewey, como se houvesse entre esses teóricos uma afinidade epistemológica. Outro exemplo desse tipo de aproximação foi a apropriação, por parte dos autores católicos, dos inquéritos sociais e educacionais, da literatura sociológica norte-americana, trazidas pelos pioneiros. Os católicos tomaram essas pesquisas como meio de se retomar o conhecimento e o relacionamento da escola com a comunidade local, atribuindo ao professor o papel de "líder comunitário".

No entanto, uma das questões mais significativas para a reconstrução da trajetória da disciplina Sociologia Educacional, no Brasil, foi a forte influência das teorias sociológicas e educacionais norte-americanas na sua configuração original. Nos manuais, os conhecimentos específicos, as concepções metodológicas e as teses sociais, culturais e políticas estavam demarcados pelo modelo norte-americano do início do século.

Nesse sentido, afigurou-se como um marco a publicação do primeiro manual de Sociologia Educacional, de Delgado de Carvalho, que colocou-se como um "transmissor" do que havia de mais avançado, na concepção do autor, sobre a teoria sociológica norte-americana, ou ainda, como uma "tentativa de aclimação, em nosso país, de um ramo de estudos especiais". Carvalho trouxe, em sua bagagem, os conceitos de *ajustamento e eficiência social, adaptação social, civilização em mudança, reconstrução da experiência e cultural lag* (atraso cultural em relação ao desenvolvimento material). A cada um desses conceitos, o autor fez a "aclimação" necessária, para

que vingasse em terra nova e fizesse prosperar as reformas educacionais. Em seu exercício de reflexão acerca dos problemas educacionais brasileiros, os conceitos foram trazidos para serem reconstruídos num sistema lógico que explicasse e desse movimento às propostas escolanovistas.

No entanto, é preciso enfatizar que no momento em que os autores brasileiros realizaram a apropriação dos conceitos da sociologia norte-americana, esta disciplina, nos EUA, já havia criado a sua identidade, a partir das pesquisas desenvolvidas em Chicago e Columbia¹, operando com os conceitos das teorias sociológicas européias para a interpretação da realidade norte-americana do início do século XX.

De fato, é manifesto o desejo de romper com o passado socio-filosófico e puramente especulativo da disciplina. Os sociólogos europeus do final do século XIX são parcialmente ignorados: desde a origem prefere-se Le Play e Tarde a Comte e Durkheim, Simmel a Marx e Weber. (Cuin & Gresle, 1996, p.191)

No Brasil, os autores dos manuais de Sociologia Educacional realizaram uma "aclimação" da experiência educacional norte-americana, selecionando e sugerindo atividades que construíssem um novo ambiente social na vida escolar, seja na dinâmica da sala de aula, levando problemas para serem resolvidos pelos alunos em grupos, seja através de atividades extra-curriculares que desenvolvessem a cultura escolar, como cinema, teatro, publicações escolares, excursões, visitas, ou, através da reconstituição de instituições, como cooperativa, caixa escolar, etc. Nesta

¹ No Brasil, a sociologia de Chicago predominou até os anos 40, quando a de Columbia passa a ter uma maior influência sobre os autores brasileiros.

concepção de escola, o Conselho de alunos e a escola de pais serviriam para abrir a instituição escolar para a participação dos alunos e da comunidade.

Outra questão fundamental foi o discurso dos reformadores sobre a disciplina Sociologia da Educação como Ciência. O professor em formação deveria ser capacitado para: conhecer os problemas sociais, por meio de pesquisas científicas, e identificar os fins da educação, inscritos na própria ordenação social. A proposta de soluções adequadas para os problemas educacionais seria resultado dessa atitude científica do professor de conhecer as necessidades sociais para realizar o ajustamento das novas gerações.

Entre os autores estudados, destacam-se Delgado de Carvalho e Fernando de Azevedo. O primeiro por ter difundido, segundo a sua concepção, as teorias sociológicas e educacionais norte-americanas e, o segundo, por ter expressado uma outra concepção, buscando uma aproximação da sociologia durkheiminiana e a norte-americana. Azevedo defendeu claramente suas teses sobre o ensino das disciplinas Sociologia e Sociologia Educacional nos cursos de formação de professores a partir da visão de Durkheim sobre ciência, prescrevendo para o professor determinadas atitudes que garantiriam o conhecimento da realidade social, no Programa Oficial de Sociologia Educacional para as Escolas Normais: "ensinar antes de tudo a ver, observar e pesquisar e a fazer incidir essa investigação sobre fatos do meio local que são mais fáceis de observação direta."

O debate entre os autores sobre o caráter científico da disciplina Sociologia Educacional intensificou-se ao tratar dos fins da educação, dividindo-os em pioneiros e católicos, uma vez que os primeiros defendiam que essa disciplina poderia fornecer os fins da educação e os últimos atacavam

essa visão, apontando o ensino religioso como o único capaz de ditar os fins da educação. Nesse sentido, Peeters, Theobaldo Miranda Santos e Amaral Fontoura agregam ao ensino da Sociologia Educacional os preceitos cristãos de formação moral.

Esta pesquisa, ao penetrar no terreno ainda não investigado da trajetória da disciplina Sociologia Educacional (dos anos 30 aos 50), como disciplina escolar, nos cursos de formação de professores, tomando como fonte privilegiada os manuais didáticos, trouxe elementos para o conhecimento da sua constituição, no Brasil, e das suas relações no campo da educação. Neste período, a produção no campo da disciplina Sociologia da Educação foi marcada pela difusão dos conteúdos de ensino, através dos manuais didáticos, ocupando um lugar privilegiado ao lado da disciplina Psicologia, nos cursos de formação de professores. Apenas a partir da década de 50, surgem as primeiras pesquisas no campo educacional, tomando como base os referenciais teóricos e metodológicos das Ciências Sociais.

Considero, ainda, que seria importante a continuidade de estudos sobre a disciplina Sociologia Educacional desse período, com base em outras fontes, como por exemplo, os programas curriculares, os depoimentos de alunos e professores, os cadernos escolares², etc. Além disso, ao

² Dentre o material selecionado para a pesquisa, encontrei um caderno de um aluno (não identificado) de uma escola normal católica, em São Paulo, de 1957, cujas informações revelam o currículo ensinado em sala de aula. Em suas anotações, foi possível discernir os conteúdos trabalhados a partir do manual utilizado, bem como as alterações que já estavam sendo feitas no ensino da disciplina Sociologia da Educação, a partir do programa de 1954. Nele podemos encontrar anotações, datadas, provavelmente copiadas da lousa ou ditadas pelo professor, a partir das informações contidas no manual *Noções de Sociologia Educacional*, de Theobaldo de Miranda Santos, de 1947, pp.37-8: “30/03/57 **Socialização e formação da personalidade**. Apesar dessa dependência do meio social, existe no homem alguma coisa de característico e irredutível que é o elemento livre do espírito humano. É graças ao espírito que o homem não se deixa plasmar pela sociedade e, às vezes, até modifica. É o espírito que faz com que o homem crie e invente, procurando nas inovações o bem estar geral. O homem, portanto, é, ao mesmo tempo um ser individual, pessoal e social.” A partir desta anotação, podemos notar que mesmo sobre um novo programa, o professor, baseado no manual manteve a tradição das

comprovar a influência marcante das teorias norte-americanas sobre a disciplina Sociologia Educacional no Brasil, seria oportuno um estudo sobre esta disciplina nos EUA, procurando compreender as vertentes, os autores e o modo pelo qual alguns foram selecionados e apropriados no ensino da disciplina Sociologia Educacional nos anos 30/50.

análises doutrinárias, rejeitando as explicações da psicologia para a compreensão da subjetividade do indivíduo. Nesse mesmo período, Brandão já procurava apontar algumas explicações científicas no campo da Psicologia, para discutir a relação indivíduo/sociedade, conforme o programa de 1954.

FONTES DOCUMENTAIS

Livros didáticos de Sociologia Educacional

ARCHÊRO JUNIOR, Achiles. 1936. *Lições de Sociologia Educacional*. São Paulo, Livraria Editora Odeon..

AZEVEDO, Fernando de. 1940. *Sociologia Educacional: introdução ao estudo dos fenômenos Educacionais e de suas relações com outros fenômenos sociais*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

BRANDÃO, Geraldo. *Sociologia da Educação*. São Paulo: Editora do Brasil, 1956.

CARVALHO, Carlos Miguel Delgado de. 1933. *Sociologia Educacional*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

_____.1956. *Elementos de Sociologia Educacional e fundamentos sociológicos da educação*. 2ª ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

FONTOURA, Amaral.1951.*Sociologia Educacional*. Rio de Janeiro, Editora Aurora.

PEETERS, Francisca.1935. *Noções de Sociologia*. São Paulo, Edições Melhoramentos.

SANTOS, Theobaldo.1947. *Noções de Sociologia Educacional*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

SNEDDEN, David. 1941. *Sociologia Educacional*. São Paulo, Saraiva & Cia Editores.

Livros de Sociologia geral

AMOROSO LIMA, Alceu. 1931. *Preparação à sociologia*. Rio de Janeiro: D. Vital, 1931.

ARCHÊRO JUNIOR, Achilles. 1939. *Lições de Sociologia*. 4ª ed. São Paulo, Edições Publicações Brasil.

AZEVEDO, Fernando de. 1935. *Princípios de Sociologia*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

CALLAGE, Fernando. 1939. *Sociologia Catholica e o materialismo (Questão social)*. São Paulo, Cruzeiro do Sul.

CARVALHO, Carlos Miguel Delgado de. 1935. *Sociologia aplicada*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

_____.1939. *Práticas de Sociologia*. Porto Alegre, Edição da Livraria Globo.

DICIONÁRIO DE SOCIOLOGIA. 1963. Porto Alegre, Editora Globo.

FONTOURA, Amaral. 1944. *Programa de Sociologia*. 4ªed. Porto Alegre, Edições da Livraria Globo.

LEÃO, Carneiro. 1954. *Fundamentos de Sociologia*. 2ª ed. São Paulo, Edições Melhoramentos.

Livros consultados

BARRETO, Romano & WILLEMS, Emilio. 1940. *Leituras Sociológicas*. São Paulo, Edições da Revista Sociologia

BAGLEY, William C. 1943. A educação dos professores nos Estados Unidos. In: NORTON, John K. *Organização e administração da educação nos Estados Unidos*. Washington, American Council on education.

BUSCH, Reynaldo Kuntz. 1935. *O ensino normal em S.Paulo*. São Paulo, Livraria Record-Editora.

CARVALHO, Carlos Miguel Delgado de. 1934. *Sociologia e educação*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara.

KANDEL, I.L. 1947. *Educação Comparada*. Tradução de Nair Fortes Abu-Merhy. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional.

Leis e regulamentos de ensino

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 2.940 de 22 de novembro de 1928.

MINAS GERAIS. Decreto nº 9.450 de 18 de fevereiro de 1930.

Aprova o Regulamento do Ensino Normal do Estado de Minas Geraes. Minas Geraes, Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1930.(BFEUSP)

SÃO PAULO. Decreto nº 4.888 de 12 de fevereiro de 1931.

Reorganiza o Ensino Normal e dá outras providências. *Colleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo*. Tomo XLI São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1935.(BFEUSP)

SÃO PAULO. Decreto nº 5.846 de 21 de fevereiro de 1933.

Regula a formação profissional de professores primários e secundários e administradores escolares, transformando o “Instituto Caetano de Campos” em Instituto de Educação em Nível Universitário, reorganizando as Escolas Normais Oficiais do Estado e restabelecendo providências para o ajustamento das escolas normais livres à nova organização. *Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo*. Tomo XLIII. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1939.(BFEUSP)

SÃO PAULO. Decreto nº 5.884 de 21 de abril de 1933.

Código de Educação do Estado de São Paulo. *Secretaria da Educação e da Saúde Pública*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1935.(BFEUSP)

SÃO PAULO. Decreto nº 6.283 de 25 de janeiro de 1934.

Cria a Universidade de São Paulo e dá outras providências. *Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo*. Tomo XLIV. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1940.(BFEUSP)

SÃO PAULO. Decreto nº 6.533 de 04 de julho de 1934.

Aprova os Estatutos da Universidade. *Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo*. Tomo XLIV. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1940.(BFEUSP)

SÃO PAULO. Decreto nº 7.067 de 06 de abril de 1935.

Aprova os Regulamento do Instituto de Educação, da Universidade. *Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo*. Tomo XLV. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1940.(BFEUSP)

SÃO PAULO. Decreto nº 19.525-A de 27 de junho de 1950.

Institui o Regimento Interno das Escolas Normais Oficiais do Estado. *Revista Atualidades Pedagógicas*. Suplemento nº 12. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1950.(BFEUSP)

Programas de Ensino da Disciplina Sociologia Educacional

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO. 1937. Programmas dos cursos regulares e extraordinários para o anno de 1937. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado.

PLAN D'ÉTUDES ET PROGRAMMES DES ÉCOLES NORMALES D'INSTITUTEURS ET D'INSTITUTRICES. 1935.6ª ed. Paris, Librairie Vuibert.

PROGRAMA DAS ESCOLAS NORMAIS. 1938. Secretaria da Educação e da Saúde Pública- Diretoria de Ensino

BIBLIOGRAFIA

ANDREOTTI, Azilde L. 1991. *A Sociologia da Educação nos cursos de Formação Universitária*. Dissertação de Mestrado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História e Filosofia da Educação. PUC/SP.

APPLE, Michael W. 1989. Currículo e poder. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 14 (2), pp. 46-57

AZEVEDO, Fernando de. (org.).1994. *As ciências no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ.

_____.1958. *Novos caminhos e novos fins*. 3ª ed. São Paulo, Edições Melhoramentos.

BAUDELLOT, Christian. A sociologia da educação: para quê? *Teoria & Educação*, Porto Alegre, 3, 1991, pp 29-42.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. 1993. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. Tese de doutoramento, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP/SP.

BOMENY, Helena M.B. 1999.Fernando de Azevedo, sociologia, educação e a ciência brasileira. In: Maio, Marcos Chor, & Villas Bôas, Gláucia (org). *Ideais de modernidade e sociologia no Brasil*. Porto Alegre, Editora da Universidade.

BONTEMPI JUNIOR, Bruno. 2001. *A cadeira de História e Filosofia da Educação da USP entre os anos 40 e 60: um estudo das relações entre a vida acadêmica e a grande imprensa*. Tese de doutoramento, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política e Sociedade. PUC/SP.

BOURDIEU, Pierre.1983. O campo científico. In: ORTIZ, R.(org). *Bordieu*. São Paulo, Ática.

_____. 1998. *A economia da trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva.

CANDIDO, Antonio. 1949. Sociologia: ensino e estudo. *Sociologia*, São Paulo, XI (3):pp. 275-289.

_____.1955. O papel do estudo sociológico da escola na sociologia educacional. In: *Anais do I Congresso Brasileiro de Sociologia*. Sociedade Brasileira de Sociologia, São Paulo.

_____. 1958. Informação Sobre a Sociologia em São Paulo. In : *Ensaio Paulistas*, São Paulo, Editora Anhambi S/A, pp.510-21.

_____.1973. Tendências no desenvolvimento da sociologia da educação. In: Pereira, Luiz & Foracchi, Marialice M.(org). *Educação e sociedade:leituras de sociologia da educação*. São Paulo, Cia. Editora Nacional.

_____. 1992. A faculdade no centenário da abolição. *Novos Estudos Cebrap* , São Paulo, nº 34, pp. 21-30.

CARVALHO, Marta M.C. de.1998. *Por Uma História Cultural dos Saberes Pedagógicos*. (mimeo).

_____.1998. *Molde Nacional e Fôrma Cívica*. Bragança Paulista, Universidade de São Francisco.

_____.s/d. *Pedagogia e impresso de destinação pedagógica: ensaio tópico de incursão dos domínio de história cultural dos saberes pedagógicos*. s/d (mimeo)

_____.1989. O novo, o velho, o perigoso: relendo *A Cultura Brasileira. Cadernos de Pesquisa*, São Paulo(71): 29-35.

CHARTIER, Roger.1990. *História Cultural- Entre Práticas e Representações*. Lisboa, Difel.

_____.1998. *A Ordem dos Livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XVI e XVII*. 2ª ed. Brasília. Editora Unb.

CHERVEL, André. 1990. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, nº 2, pp. 177-229.

CORRÊA, Mariza.1988. A revolução dos normalistas. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo(66):3, pp.13-24.

COSTA PINTO, L.A.1949. Ensino da sociologia nas escolas secundárias. *Sociologia*, São Paulo, XI(3) pp. 291-308.

_____. & CARNEIRO, Edison. 1955. *As ciências sociais no Brasil(estudo realizado para a CAPES)*.Rio de Janeiro, CAPES (Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

CUBAN, Larry.1992. Como os professores ensinavam: 1890-1980. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, 6, pp. 115-27.

CUIN, Charles Henry & Gresle, François. 1996. *História da Sociologia*. São Paulo, Ensaio.

DANDURAND, Pierre & OLLIVIER, Émile. 1991. Os paradigmas perdidos - ensaio sobre a sociologia da educação e seu objeto. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, nº 3, pp. 120- 42.

DIAS, Fernando Correa.1990. Durkheim e a Sociologia da Educação no Brasil. *Em Aberto*, Brasília, 46(9), pp.33-48.

EVANGELISTA, Olinda.1997. *A formação do professor em nível universitário- O Instituto de Educação da Universidade de São Paulo*. Tese de Doutorado Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História e Filosofia da Educação. PUC/SP.

FERNANDES, Florestan.1958. *A Etnologia e a Sociologia no Brasil*. São Paulo, Editora Anhembi.

_____.1966. *Educação e Sociedade no Brasil*. São Paulo, Dominus Editora- Universidade de São Paulo.

_____.1977. *A Sociologia no Brasil*. Petrópolis, Vozes.

FORQUIN, Jean-Claude. 1993. *Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar*. Porto Alegre, Artes Médicas.

_____. 1992. Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, nº 5, pp. 28-34.

GOODSON, Ivor F.1998. *Currículo: teoria e história*. Petrópolis,Vozes.

_____.1990. Tornando-se uma matéria acadêmica: padrões de explicação e evolução. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, 2 : pp. 230-54.

GOMES, Candido Alberto da Costa.1979. Os estudos sociológicos da educação no Brasil *Forum educacional/FGV*, Rio de Janeiro, 3 (4), pp.25-45.

_____.1984. Nota introdutória ao seminário internacional de sociologia da educação. *Forum educacional/FGV*, Rio de Janeiro 8(4), pp.101-04.

_____.1985. *A educação em perspectiva sociológica*. São Paulo, E.P.U.

GOUVEIA, Aparecida Joly.1985. Orientações teórico-metodológicas da sociologia da educação no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, 55, pp.63-67.

_____.1971. A pesquisa educacional no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, 55 (122), pp.209-41.

IGGERS, Georg G. 1995. *La ciência história en el siglo XX: las tendencias actuales*. Barcelona, Editorial Labor.

HUNT, Lynn. 1995. *A Nova História Cultural*. São Paulo, Martins Fontes.

KATSIOS, Kalliópi Alexandra A. 1999. *Um estudo sobre o curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo(1940-1969)*. Tese de Doutorado Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política e Sociedade PUC/SP.

IANNI, Octávio. 1971. *Sociologia da Sociologia Latino-Americana*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

IANNI, Otávio. 1989. *Sociologia da sociologia*. São Paulo, Ática.

KUHN, Thomas S. 1990. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo, Perspectiva.

LEPENIES, W. 1983. "Contribution à une Histoire des Rapports entre la Sociologie et la Philosophie". In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales (Paris)*, v. 47-48, pp.37-44.

_____. 1996. *As três culturas*. São Paulo, Edusp.

MACHADO, Celso de Souza. 1987. O ensino da sociologia na escola secundária brasileira: levantamento preliminar. *Revista da Faculdade de Educação*. São Paulo, 13 (1), pp.115-42.

MACHADO, Olavo. 1996. *O ensino de Ciências Sociais na Escola Média*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação. USP/SP.

MARTINS, José de Souza. 1998. *Florestan- Sociologia e Consciência Social no Brasil*. São Paulo, Edusp.

MELO, Manuel Palacios da Cunha e. 1997. *As ciências sociais no Brasil contemporâneo*. Tese de doutorado, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

MEKSENAS, Paulo. 1992. *A produção do livro didático*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação. USP/SP

MEUCCI, Simone. 2000. *A institucionalização da Sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Unicamp/SP.

MICELI, Sérgio. 1979. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil(1920-1945)*. São Paulo, Difel.

MICELI, Sérgio(Org.). 1989. *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Vértice, Editora dos Tribunais: IDESP.

MILLS, C. Wright. 1975. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro.

MONARCHA, Carlos. 1994. *A escola normal da praça: o lado noturno das luzes*. Tese de doutoramento, PUC/SP.

_____. 1992. As três fontes da pedagogia científica: a psicologia, a sociologia e a biologia. *Didática/ UNESP*, São Paulo, 28, pp. 41-9.

MOREIRA, Antonio F. B. 1990. Sociologia do currículo: origens, desenvolvimento e contribuições. *Em Aberto*, Brasília, 46(9), pp.73-83.

_____. 1995. *Currículos e Programas no Brasil*. 2ª ed. São Paulo, Papirus, 1995.

MUNAKATA, Kazumi. 1997. *Produzindo livros didáticos e paradidáticos*. Tese de Doutorado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História e Filosofia da Educação. PUC/SP.

NAGLE, Jorge. 1976. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo, EPU/MEC.

NOGUEIRA, Maria Alice. 1990. A sociologia da educação do final dos anos 60/início dos anos 70: o nascimento do paradigma da reprodução. *Em Aberto*, Brasília, 46 (9), pp. 49-58.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. 1991. A institucionalização do ensino de Ciências Sociais. In: Bomeny, H. & Birman, P. *As Assim Chamadas Ciências Sociais*. Rio de Janeiro; UERJ: Relume Dumará .

PEREIRA, L. & FORACCHI, Marialice M.1987. *Educação e Sociedade- Leituras de Sociologia da educação*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

PESTRE, D.1996. Por uma história social e cultural das ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens” In: *Caderno IG/*. 6(1), Campinas, SP, Editora da Unicamp.

PONTES, Heloísa.1989. Retratos do Brasil: Editores, Editoras e “ Coleções Brasileira” nas décadas de 30, 40 e 50. In: MICELI, Sérgio(Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Vértice, Editora dos Tribunais: IDESP.

_____.1996. *Destinos mistos: o grupo Clima no sistema cultural paulista (1940-1968)*. Tese de doutorado em Sociologia . Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.

_____.1997. Círculos de intelectuais e experiência social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 12(34), pp.57-69.

POPKEWITZ, Thomas S. 1991. *Sociología política de las reformas educativas: el poder en la enseñanza, la formación del profesorado y la investigación*. Madrid, Morata.

QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de.1972. Desenvolvimento, no Brasil, das pesquisas empíricas de sociologia: ontem e hoje. *Ciência e Cultura*, São Paulo, 24(6), pp.511-25.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira.1984. *História da Educação no Brasil (1930-1973)* Petrópolis, Vozes.

SANTOS, Luciola L. de C. Santos. 1990. História das disciplinas escolares: perspectivas de análise. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, nº2, pp. 21-9.

_____. s/d. História das disciplinas escolares: outras perspectivas de análise. (mimeo.)

SILVA, Tomaz Tadeu da. 1990. A sociologia da educação entre o funcionalismo e o pós-modernismo: os temas e os problemas de uma tradição. Brasília, *Em Aberto*, 9 (46), pp. 3-12.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. 1995. *Fernando de Azevedo e a Cultura Brasileira ou as aventuras e desventuras do criador e da criatura*. Dissertação de mestrado-PUC/SP, 1995.

_____. 2001. *Coleção Atualidades Pedagógicas: do projeto político ao projeto editorial(1931-1981)*. Tese de Doutorado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política e Sociedade. PUC/SP.

VALENTE, Wagner Rodrigues. 1999. *Uma história da matemática escolar no Brasil. 91730-1930* São Paulo, Annablume/FAPESP.

VILLAS BÔAS, Gláucia. 1991. A Tradição Renovada. In: Bomeny, H. & Birman, P. *As Assim Chamadas Ciências Sociais*. Rio de Janeiro; UERJ: Relume Dumará.

_____. 1992. *A vocação das ciências sociais. (1945/1964): um estudo da sua produção em livro*. Tese de doutorado, Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

WARDE, M.J. 1997. Para uma história disciplinar: psicologia, criança e pedagogia. In: FREITAS, M. C. de (org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, , pp. 289-310.

_____. 1998. Questões Teóricas e de Método: A História da Educação nos marcos de uma História das Disciplinas. In: Saviani, D. et alii. *História e História da Educação- O debate teórico- Metodológico Atual*. Campinas, Autores Associados.

YOUNG, Michael. 1989. Currículo e democracia: lições de uma crítica à “nova sociologia da educação”. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 14 (1), pp. 29-40.